

IPARDES

Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**PROJETO CARACTERIZAÇÃO E TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - IPEA/IPARDES**

**ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS:
Espaços da Região Metropolitana de Curitiba**

Relatório II

**Projeto em acordo de cooperação
técnica IPARDES/IPEA**

**CURITIBA
2010**

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA

Márcio Pochmann - *Presidente*

Liana Maria da Frota Carleial - *Diretora de estudos e Políticas regionais, Urbanas e Ambientais*

PROJETO CARACTERIZAÇÃO E TIPOLOGIA SOCIOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS BRASILEIROS

COORDENAÇÃO IPEA

Maria da Piedade Moraes – *IPEA*

Equipe Técnica do IPARDES

Angelita Bazotti

Louise Ronconi de Nazareno

Julia Mitiko Sakamoto (bolsista PROREDES)

Guilherme Wendling Sava (bolsista PROREDES)

Colaboração

Fernando Raphael Ferro de Lima (IPARDES)

Melissa Midori Yamada (bolsista PROREDES do projeto Licenciamento Ambiental)

Editoração

Maria Laura Zocolotti (coordenação), Estelita Sandra de Matias (revisão de texto), Ana Rita Barzick Nogueira (editoração de texto), Dora Silvia Hackenberg (normalização bibliográfica)

159a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Assentamentos precários urbanos : espaços da Região Metropolitana de Curitiba : relatório II. / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2010.

111 p.

Projeto Caracterização e Tipologia Socioeconômica dos Assentamentos Precários Brasileiros.

Acordo de cooperação técnica IPARDES, IPEA

1. Habitação. 2. Assentamento urbano. 3. Favela. 4. Serviços públicos. 5. Região Metropolitana de Curitiba. I. Título.

CDU 332.8 (816.21)

LISTA DE SIGLAS

ANIPES	- Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística
ANTP	- Associação Nacional de Transportes Públicos
APA	- Áreas de Proteção Ambiental
APU	- Assentamento Precário Urbano
CEBRAP	- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM	- Centro de Estudos da Metrópole
COHAB-CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
DER	- Departamento de Estradas de Rodagem
DNER	- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ESF	- Equipe de Saúde da Família (ESF)
FDE	- Fundação para o Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MINEROPAR	- Minerais do Paraná SA - Serviço Geológico do Paraná
MUNIC	- Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PEMAS	- Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PMHIS	- Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PAC	- Programa de Agentes Comunitários
PSF	- Programa de Saúde da Família
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba, composta pelos municípios de: Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Lapa, Mandirituba, Quitandinha, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais
RMC Integrada	- municípios da Região Metropolitana de Curitiba que estão em nível de integração muito alto, alto e médio com o polo, composta pelos municípios de: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Mandirituba e Quatro Barras.
SEDU	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SUDERHSA	- Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
SUS	- Sistema Único de Saúde
UTP	- Unidades Territoriais de Planejamento
US	- Unidades de Saúde

APRESENTAÇÃO

O presente relatório resulta dos estudos realizados pelo IPARDES no âmbito do termo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), firmado em 2008, para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às temáticas do desenvolvimento regional e urbano.

O referido termo de cooperação consolidou a constituição da REDE IPEA/ANIPES, que tem por objetivo o fortalecimento institucional e técnico das instituições de pesquisa filiadas à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES), por meio de ações e pesquisas integradas, intercâmbio institucional e incentivo à disseminação de informações para a sociedade.

O IPARDES participou dessa Rede com cinco projetos de pesquisa, sendo que, em cada um deles, estabeleceram-se parcerias com diversas instituições estaduais, e mesmo municipais, de diferentes regiões do País. Esses projetos estiveram vinculados também ao Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (PROREDES), do IPEA, coordenado pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR). Este programa regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa vinculada às áreas temáticas definidas no planejamento estratégico dessa instituição.

Os projetos nos quais o IPARDES participou envolvem estudos sobre licenciamento ambiental, fortalecimento e qualificação da gestão municipal, caracterização de assentamentos precários urbanos, rede urbana do Brasil e dinâmica do desenvolvimento regional. Uma questão comum aos diversos projetos é a inexistência ou precariedade de informações sistematizadas sobre os temas contemplados, nas diversas escalas de análise. Nesse sentido, todos os projetos caracterizam-se pelo esforço das instituições na busca por informações dispersas em diversos órgãos estaduais e/ou municipais, na realização de levantamento de campo, na organização e consolidação de bancos de dados e na sistematização e análise destas informações.

O PROREDES permitiu, ainda, a contratação de 13 bolsistas pesquisadores, que interagiram com as equipes técnicas do IPARDES, renovando experiências e contribuindo para o aprendizado coletivo institucional.

Dessa forma, cumprindo a missão institucional de produzir conhecimento sobre o Paraná, o IPARDES coloca à disposição da sociedade o resultado desses estudos. Espera-se, com essa difusão, estimular a reflexão e a discussão sobre os temas das pesquisas e os desafios a eles associados.

No mesmo sentido, cabe destacar a importância dessa experiência, rica em interações institucionais, para a atualização dos papéis de nossas instituições de pesquisa nos processos de gestão do desenvolvimento e nos métodos de planejamento da ação estatal contemporânea.

Maria Lúcia de Paula Urban
Diretora-Presidente do IPARDES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 COMO OS MUNICÍPIOS TRATAM OS DADOS SOBRE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	14
2 CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DO PROBLEMA	23
2.1 DIREITO À MORADIA E ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	40
2.1.1 Saúde	42
2.1.2 Educação	54
2.1.3 Transporte	63
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
3.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS	71
3.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE DADOS	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE 1	81
APÊNDICE 2	87
APÊNDICE 3	88

INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui um segundo produto previsto no plano de trabalho do projeto “Caracterização e Tipologia Socioeconômica dos Assentamentos Precários Brasileiros”, o qual está sendo desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em conjunto com outras instituições da rede Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (IPEA/ANIPES).

O projeto da rede foi dividido em três etapas: a primeira, de exploração de trabalhos e dados disponíveis publicamente; a segunda, de concepção preliminar das bases de informações sobre a realidade dos Assentamentos Precários Urbanos (APUs) nas regiões metropolitanas (RMs), e, a terceira, referente à elaboração de projeto para pesquisa de campo sobre as condições desses assentamentos. Os objetivos gerais dessa rede consistem em reunir informações sistematizadas para identificação e mensuração de assentamentos precários urbanos em regiões metropolitanas legais ou grandes cidades e estabelecer os critérios e parâmetros a serem investigados para efetuar uma tipologia de assentamentos precários urbanos no Brasil.

Este texto consolida a segunda etapa e contempla três dos objetivos específicos já previstos no termo de referência do projeto, a saber: 1. analisar diversos bancos de dados visando distinguir e reunir variáveis que caracterizem as condições de assentamentos precários; 2. produzir estudo inicial de caracterização sobre assentamentos precários em regiões metropolitanas paranaenses com dados preliminares sobre equipamentos e serviços públicos existentes; 3. criar esboço de mapeamento dos assentamentos precários da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) a partir de informações coletadas nas prefeituras. O primeiro objetivo também foi tratado em um primeiro relatório, fruto da primeira etapa de trabalho, chamado de “Problemas Habitacionais dos Assentamentos Precários Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba”, reunindo discussões de trabalhos já publicados sobre o assunto, além da exploração sobre alguns dados secundários da RMC a respeito do tema habitacional e da comparação entre trabalhos de abrangência nacional.

Este documento procura dar continuidade a essas discussões, focalizando a identificação, quantificação e representação espacial de assentamentos precários da RMC.

É de conhecimento geral que todos os assentamentos humanos provocam uma série de alterações no meio em que se instalam. No espaço urbano, as exigências de infraestrutura ligadas às habitações demandam cada vez mais reflexões a respeito das instalações de moradias precárias, dos danos e riscos gerais de impacto ambiental e do papel da intervenção do poder público. Dessa forma, as preocupações mais recentes sobre habitação estão associadas à precariedade nas cidades.

Conforme apresentado no primeiro relatório, entende-se o assentamento precário como um núcleo de moradias em que há problemas associados à propriedade da terra e às condições de infraestrutura das moradias e do entorno. Esses núcleos envolvem situações

distintas, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, conjuntos habitacionais invadidos, prédios ocupados etc. Assim, o fundamental nesta segunda etapa é delimitar o problema em números, conectar as informações sobre assentamentos precários a sua localização específica e discutir questões envolvidas na caracterização e relação de espaço dos assentamentos com a especificidade da região metropolitana.

O projeto da rede IPEA/ANIPES adotou, em seu início, três estudos como ponto de partida para o avanço das informações em relação à identificação, quantificação e diferenciação dos assentamentos precários urbanos brasileiros. São eles: “Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004); “Assentamentos Precários no Brasil Urbano” (BRASIL, 2007b), e “Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009). O primeiro relatório discutiu o recorte regional do estudo e caracterizou brevemente a região estudada, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2008 (IBGE, 2008), visando apresentar questões do município sobre habitação. Foram debatidas aí as contribuições de estudos de planejamento urbano e urbanização em Curitiba e seus reflexos sobre a região metropolitana. Nesse mesmo relatório, questionaram-se as definições de assentamento precário urbano, contemplando a relação do planejamento com a ocupação dos espaços urbanos e a formação de assentamentos, e foram feitas comparações entre os dados fornecidos pelo órgão municipal responsável da capital (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC) e as pesquisas nacionais do Observatório das Metrópoles e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP), com o objetivo de esclarecer as dimensões envolvidas na caracterização e classificação dos assentamentos precários.

Sabe-se que o fenômeno urbano metropolitano se sobrepõe ao desenho territorial oficial administrativo. O projeto recorta sua abrangência territorial em 14 municípios da RMC institucional em que o nível de integração metropolitana é muito alto, alto e médio. Quando nos referirmos a eles, utilizaremos a nomenclatura RMC integrada¹. São os municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Este segundo relatório procura ir além da quantificação, usando dados não usualmente trabalhados por outros estudos e relatórios, buscando fontes cartográficas municipais. Não se trata de avaliação sobre a reposição e reconstrução de moradias, mas da relação entre a informalidade e a irregularidade que produzem espaços específicos de moradia e exigem atenção legal e de infraestrutura específicas. O foco inicial está nos limites geográficos e nas condições espaciais dos assentamentos, bem como na

¹ Esta nomenclatura é somente operacional, já que não se refere ao Núcleo Urbano Central, tampouco à Região Metropolitana de Curitiba institucional, que abrange 26 municípios.

caracterização de algumas informações sobre instituições, serviços e equipamentos disponíveis que são sistematizadas pelos poderes públicos dos níveis estadual e municipal. Devido ao seu foco na espacialização de informações, o relatório inclui diversas figuras, geradas a partir de bases cartográficas regionais e municipais, que são resultado das interpretações e reformatação de dados georreferenciados sobre os assentamentos precários de alguns municípios da RMC Integrada. Este produto torna-se significativo para o conhecimento da realidade que os próprios municípios detêm. Para avançar na produção da espacialização, considerou-se essencial fazer contatos diretos com os órgãos municipais responsáveis pelos dados habitacionais, o que efetivamente se deu.

Buscaram-se fontes municipais, pois um dos objetivos do projeto foi comparar as cartografias produzidas pelo Ministério das Cidades, que utilizou as bases do IBGE e as cartografias locais, inclusive para se ter uma representação mais atualizada da espacialidade dos assentamentos precários. Outro esforço de relação interinstitucional foi a procura por informações em órgãos estaduais que fornecessem caracterização sobre os municípios da RMC Integrada. Foram realizados contatos com todas as prefeituras das cidades da RMC Integrada, os quais, muitas vezes, exigiram reuniões entre setores diferentes da estrutura administrativa dos municípios. Foram solicitados dados sobre os assentamentos precários e também sobre outras questões, como espacialização das escolas, dos postos de saúde e da rede de transporte coletivo. Esse levantamento reúne fontes, escalas e tipos de informações diferentes que puderam ser representadas espacialmente, consolidando as figuras deste documento. Aproveitou-se também para realizar um reconhecimento inicial de campo nas reuniões com técnicos das prefeituras. A próxima seção deste trabalho apresenta os procedimentos adotados.

O texto divide-se em três outras partes, além desta introdução, e sua subdivisão se fundamenta nas discussões de metodologia da busca, descoberta, avaliação, recuperação e reformatação de dados municipais sobre assentamentos precários. A primeira parte problematiza as condições de busca, descoberta e avaliação dos dados municipais. A segunda apresenta o dimensionamento geral do problema e as diferenças, por características de localização, dos assentamentos precários, discutindo o acesso e a acessibilidade a serviços públicos nas cidades. A última parte consiste na apresentação de indicações e considerações finais procedentes da interpretação das informações e discussões sobre o próprio processo de pesquisa realizado nesta etapa do trabalho.

Ainda nesta seção introdutória, apontam-se, resumidamente, alguns pressupostos e passos metodológicos.

Metodologia

Para atingir os objetivos deste estudo sobre os assentamentos precários na RMC, procurou-se valorizar as fontes locais de dados, para compará-los com aqueles produzidos nacionalmente. Entendeu-se que é preciso conhecer como os municípios produzem suas informações sobre o tema habitacional e avaliar a maneira como esses procedimentos

locais influenciam no retrato da realidade sobre o tema. Por um lado, reafirmou-se a necessidade de comparabilidade nacional; por outro, não se descartou que ela seja possível mesmo a partir do que foi coletado, interpretado e produzido localmente para propor agregações e sínteses em outros níveis, como o regional, o estadual, e mesmo o nacional.

Para buscar esse tipo de informação, iniciou-se contato com órgãos estaduais que, em sua rotina administrativa, fazem relação interinstitucional com municípios, como a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU). A partir desses contatos, procuramos as secretarias das prefeituras da RMC Integrada. Pelo relato dos órgãos estaduais, supomos que os dados municipais sobre assentamentos estivessem relativamente organizados.

A relação interinstitucional no mesmo nível de governo não consiste em tarefa simples. Há ainda outras dificuldades quando se trata de uma relação entre níveis de governo. Embora todo governo se organize como burocracia² e defina cargos e funções responsáveis para o atendimento a demandas externas nos níveis das secretarias, ainda assim o atendimento nos municípios dependeu dos contatos pessoais prévios que se tinha. Muitas vezes a relação interinstitucional não está prevista como tarefa rotineira na administração municipal, e, portanto, os contatos acabam acontecendo de maneira informal e dependente da boa vontade dos técnicos. Através das redes sociais de que se dispunha, conseguiu-se atendimento mais rápido e facilitado em alguns municípios, mesmo que as pessoas conhecidas não fossem as responsáveis pela área que disponibilizaria as informações. Quando não se dispunha dessa rede social anterior, foi preciso iniciar contato por meios formais e nos submetermos ao tempo e aos trâmites burocráticos, a exemplo do contato, via secretária, solicitando agendamento de reunião, encaminhamento de ofícios e aguardo de resposta por protocolo.

As reuniões com técnicos das prefeituras tinham dois propósitos principais: 1. identificar como os municípios classificavam assentamentos precários, incluindo os procedimentos para quantificá-los e caracterizá-los, no intuito de compreender as responsabilidades, dentro da estrutura organizacional do governo local, pelo assunto; e 2. coletar documentos produzidos localmente sobre esses assentamentos. Além disso, em alguns municípios foi possível fazer um reconhecimento dos lugares identificados como assentamentos precários nos municípios. Para todos os técnicos contatados eram feitas as mesmas perguntas, em que se solicitava uma lista de possíveis documentos a serem repassados.

Todas as prefeituras dos 14 municípios da RMC Integrada foram procuradas para agendamento de reunião. As de Campo Magro, Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras mantiveram contato apenas por telefone, e algumas questões não foram totalmente esclarecidas. Em algumas delas, como Colombo, Piraquara, Pinhais e Curitiba, houve mais

² Utiliza-se aqui o termo burocracia no sentido weberiano e da ciência da administração. Ver Bresser-Pereira e Motta (1987).

A busca de documentação foi específica. Solicitavam-se mapas e arquivos, em formatos que pudessem ser retrabalhados, dos contornos dos assentamentos precários, fotos aéreas dessas regiões, localização georreferenciada dos postos de saúde, arruamento, escolas e rede de transporte urbano da cidade. Muitas vezes, os mapas com os quais as prefeituras trabalhavam para subsidiar suas ações não estavam georreferenciados nem tampouco atualizados. Algumas informações não foram encontradas digitalmente e precisaram ser recuperadas com outros técnicos nas secretarias. No caso de Colombo, por exemplo, a informação dos contornos não existia formalmente, mas somente o nome e a região dos assentamentos precários. Desse modo, visando a uma aproximação do dado, em conjunto com o técnico local, foram desenhados em mapa impresso, sobre o arruamento do município, os polígonos desses assentamentos. Infelizmente, mesmo para os oito municípios que forneceram os contornos dos seus assentamentos precários, somente conseguiram-se dados sobre a rede de transporte público para os municípios de Campo Largo, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais, e faltaram dados sobre escolas do município de Colombo e sobre postos de saúde dos municípios de Almirante Tamandaré e Colombo. A ausência das informações muitas vezes revelou a falta de coordenação dos dados entre as secretarias. Algumas vezes o dado estava num mapa afixado na parede, porém os técnicos não sabiam onde conseguir os arquivos que haviam originado este mapa.

Desse modo, mesmo quando os dados estão disponíveis em forma digital, eles ainda podem precisar de manipulação extensa para adequá-los às representações que se deseja. Foi o caso de diversas informações não georreferenciadas, que precisaram ser retrabalhadas para efetivar o georreferenciamento. Procurou-se integrar as informações espacializadas com cadastros, porém na maioria das vezes as informações cadastrais não estavam atualizadas e diferiam muito de um município para o outro. Em Curitiba, a contagem é feita por domicílios, e em Campina Grande por lotes. Em Piraquara, são visualizadas apenas manchas de precariedade habitacional e não está contabilizado o total de famílias, ou de lotes, ou de domicílios. Assim, reuniram-se as bases espacializadas dos assentamentos precários, levantadas pelos oito municípios, procurando agregar informações compatíveis como área e número de lotes ou domicílios.

A representação cartográfica do presente relatório é proveniente de diversos processos: obtenção de dados em formatos digitais, provindos do autocad e do arcview ou em formatos de figuras (pdf ou jpeg); transformação dos arquivos para o formato *shape*, e georreferenciamento dos dados. Não foi possível realizar um levantamento sistemático de inconsistências cartográficas, nem tampouco checar a coerência dos polígonos dos assentamentos em justaposição com foto aérea ou imagens de satélite. Todos os produtos cartográficos utilizados foram convertidos em figuras, exibindo a dimensão regional e municipal do assentamento.

Com relação a alguns exercícios para identificar padrões de localização dos assentamentos, realizou-se cruzamento de informações com os dados de rodovias, ferrovias, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), hidrografia e declividades, de forma a obter a área dos assentamentos precários que se encontram sobre essas áreas listadas acima. Na tentativa de aprimoramento dos dados, foram sempre utilizados, quando possível, os dados produzidos em menor escala. Considerando que a delimitação das áreas de assentamentos precários possui suas incorreções devido à forma como foram produzidas, nem sempre registradas pelos técnicos municipais, há que se ponderar os dados produzidos.

Portanto, para os dados de Rodovias, Ferrovias e Hidrografia, e para os municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Campina Grande do Sul, Colombo e São José dos Pinhais, foi utilizada a base cartográfica produzida pelo Paraná Cidade em 2000, na escala 1:2.000. Já para o município de Pinhais utilizou-se a base elaborada pelo próprio município. E, para Curitiba, os dados foram produzidos pela COMEC, em 2005, na escala 1:1.000.000.

Em relação aos dados de Declividades, somente o município de Pinhais possui as declividades na escala municipal; para o restante dos municípios utilizou-se a base produzida pela MINEROPAR para a Região Metropolitana de Curitiba em 2006, na escala 1:1.000.000.

E finalmente, para as áreas de proteção ambiental foi empregada a mesma base para todos os municípios, sendo Áreas de Proteção Ambiental e Unidades Territoriais de Planejamento bases da COMEC, produzidas para a Região Metropolitana de Curitiba, em 2006, na escala 1:1.000.000.

Para cada um desses itens existem uma legislação ou normas que regulamentam e definem as faixas de domínio, ou de preservação, onde não deveria haver ocupação de nenhum tipo. Para cada uma delas foram utilizadas as seguintes diretrizes:

- Rodovia - faixa de domínio de 100 metros (50 metros para cada lado) utilizada para rodovias de pista dupla, de acordo com normatização do DNIT;
- Ferrovia - faixa de domínio de 15 metros para cada lado, o que constitui um dado generalizado, pois esta extensão é variável de acordo com cada trecho;
- Hidrografia - cota de 30 metros para cada lado, a partir do eixo do rio, segundo parâmetro da Resolução Conama nº 303/2002;
- Declividades - foram consideradas como áreas de alta declividade, ou encosta íngreme, as áreas com declividade igual ou maior que 30%, seguindo a Lei Federal nº 6.766/79.

No caso das APAs e UTPs, apesar de se encontrarem em área de proteção ambiental, não necessariamente estão irregulares, pois a ocupação pode ser permitida em alguma dessas áreas, com as devidas restrições. O quadro desse cruzamento específico

está no Apêndice deste relatório (quadro A.2.1). Seria necessário verificar o zoneamento para cada uma dessas áreas.

A partir desses parâmetros, foram obtidos dados gerais sobre a localização de áreas dos assentamentos precários, através do cruzamento de informações pela ferramenta *intersect* do *software* ArcGis.

Deve-se fazer a ressalva, quando da análise dos dados, sobre as divergências existentes quanto às escalas utilizadas na elaboração de cada mapa-base. Tendo em vista esta questão, pode-se adiantar que alguns resultados acabam por ser exagerados, dadas as condições peculiares de relevo, mais plano nos municípios de Campo Largo e Campo Magro, o que levou à generalização de áreas com baixa declividade. Quanto aos cruzamentos com os mapas de hidrografia, também ocorreram problemas quando da elaboração de *buffers*, que podem ser atribuídos às diferenças de escala entre os mapas e, conseqüentemente, aos detalhes perdidos com a redução da escala.

Tendo-se as bases municipais, também foram trabalhadas questões sobre acessibilidade a serviços públicos. O foco esteve na especialização dos equipamentos sociais e nas distâncias relativas aos assentamentos precários. Foram abordados apenas os temas transporte, saúde e educação. Estes três temas, além da renda, constituem um conjunto mínimo que habilita grupos sociais a fazerem outras escolhas e a desenvolverem suas capacidades (CARDOSO, 2007, p.1), além de serem estas as informações que maior número de municípios disponibilizou. Conforme já se apontou, alguns dados municipais precisaram ser retrabalhados para constituir uma base georreferenciada em que fossem possíveis as sobreposições de *shapes*. Foram produzidas figuras indicando os equipamentos sociais e as áreas dos APUs a serem apresentadas na terceira seção deste estudo.

Com referência ao domínio da informação e à possibilidade de disponibilização dos arquivos, cada município tratou de maneira diversa a questão. Alguns órgãos/secretarias solicitaram que os arquivos originais não fossem disponibilizados para outros órgãos ou instituições, e que somente os produtos finais em formato de figura fossem repassados. Muitos dos contatos disponibilizaram esboços dos dados, baseados em conversas informais e, às vezes, em percepções sobre o tema. Por isso, cabe ressaltar que os produtos e as análises deste documento baseiam-se em exercícios de aproximação para contabilizar, localizar e produzir informações mais atualizadas sobre os assentamentos precários, não podendo avaliar o grau de precisão das mesmas.

Por fim, espera-se que o esforço de integrar dados produzidos pelos municípios sobre os assentamentos tenha avançado para além da simples descrição e justaposição de dados.

1 COMO OS MUNICÍPIOS TRATAM OS DADOS SOBRE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

O processo de contato interinstitucional com os municípios relaciona-se diretamente com a discussão sobre suas capacidades institucionais. As condições municipais/capacidades institucionais sobre uma determinada área podem revelar a respeito da situação atual e apontar indicações para o futuro desta. O atendimento à demanda dos cidadãos depende de uma organização já instalada, incluindo órgãos, burocracia capacitada, recursos, visando atender a um determinado tema/área de interesse público.³

As diversas atribuições municipais, tendo em vista principalmente suas responsabilidades após a Constituição de 1988, exigiriam uma administração pública relativamente organizada em burocracias especializadas. As políticas de saúde, de educação, de assistência social e habitacional são fundamentais do ponto de vista do bem-estar. Implementá-las com certa eficácia e eficiência demandaria que os municípios detivessem um conjunto de requisitos.

Um requisito básico, evidentemente, consiste no recurso financeiro correspondente a cada área, talvez um dos mais difíceis para a realidade de grande parte dos municípios brasileiros. Mas, há outros requisitos essenciais que fazem muita diferença na condução de políticas públicas. É preciso uma organização formal de equipe e distribuição de funções e procedimentos de cada área. De maneira bastante geral, é óbvio que há necessidade de planejar e, conseqüentemente, diagnosticar circunstâncias e propor ações de modificação ou manutenção das mesmas, bem como de monitoramento de situações. A presença de instrumentos de administração está relacionada também ao capital humano, particularmente à existência, e em número suficiente, de indivíduos com formação para assumirem procedimentos e projetos, e à continuidade da área, ou seja, à maneira como os indivíduos disponíveis são alocados e mantidos (ou não) em determinadas ações de interesse público.

Ressalte-se que desde a implantação de vilas houve políticas voltadas ao interesse público, fossem elas provindas ou não de um Estado; portanto, existe um passado e um caminho desse passado em cada área de política pública. Assim, a tarefa de efetivamente atender à demanda da população, integrar programas, projetos passados e propor continuidade não é trivial.

Para esse caso, interessa discutir um pouco mais esses requisitos encontrados na área habitacional dos municípios da RMC Integrada e, então, examinar a respeito do entendimento de assentamentos precários em cada município. Nessa parte do trabalho,

³ Cabe citar aqui a premissa do trabalho de consultoria do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP) para o Ministério das Cidades sobre o diagnóstico de capacidade institucional dos municípios brasileiros: “a oferta de serviços (ou o atendimento à demanda dos cidadãos) é diretamente dependente da existência de órgãos, recursos e burocracias capazes de planejar e executar programas públicos” (BRASIL, 2007b, p.9).

apresentam-se apenas percepções sobre a maneira de organizar a área habitacional, a partir das conversas realizadas para obter arquivos e informações sobre a identificação, caracterização e acompanhamento de assentamentos precários. Depois, relata-se um pouco mais sobre o entendimento dos municípios sobre assentamentos precários. Reforça-se a sugestão de aprofundamento quanto ao assunto das capacidades institucionais, tal como havia sido mencionado no primeiro relatório deste projeto, ao debater os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais -MUNIC (IBGE, 2008) para a RMC Integrada.

Com base na MUNIC 2008,⁴ todos os municípios reconhecem problemas habitacionais. Mas, o reconhecimento formal de problemas não indica a abordagem para lidar com os mesmos. A primeira diferença qualitativa que podemos encontrar entre os municípios da RMC Integrada diz respeito à ênfase na identificação do que seja assentamento precário. Por exemplo, no caso de Quatro Barras e Itaperuçu, os técnicos responsáveis não identificaram o problema habitacional com a presença de assentamentos precários. Quatro Barras de certa maneira trata a existência de loteamentos clandestinos apenas como algo residual, não identifica nenhuma favela e não avalia que seus conjuntos habitacionais precisem de intervenção municipal. Já Itaperuçu reconhece que há problemas de pobreza na cidade como um todo que se transformam em precariedade habitacional. No caso de Mandirituba, o técnico nos afirmou que provavelmente o município todo encontra-se irregular em relação à aprovação da construção e mesmo ao contrato de posse dos terrenos. Essas são cidades relativamente pequenas e já poderíamos identificar maneiras diferentes de abordar o problema habitacional.

Foi possível, ao menos parcialmente, identificar como a estrutura formal se distribui, de que forma o tema/área habitacional está distribuído na administração direta e indireta do município. Somente a presença de alguma estrutura específica para a área, seja na administração direta ou indireta, mesmo que se considere uma secretaria ou um setor, seria, a princípio, relevante. A existência deles seria um indicativo de continuidade e de uma suposta direção para o assunto em termos de política pública urbana.

Os dados sobre habitação e assentamentos precários não são de exclusiva responsabilidade de um único setor ou órgão nos municípios. Em geral, as cidades possuem um órgão com equipe e funções específicas para abordar os problemas habitacionais. Muitas vezes, em cidades menores, existem apenas um ou dois técnicos para tratar do assunto. Conforme o entendimento do problema, a estrutura também pode se modificar. Observa-se que as companhias de construção de conjuntos e casas populares não são as únicas responsáveis pelo tema.

O problema de assentamentos precários não tem sido visto apenas como um problema de construção de unidades habitacionais. O tema habitacional tem envolvido

⁴ Nos quadros A.1.1 e A.1.2 do Apêndice tem-se o resumo de informações da MUNIC 2008 por município da RMC Integrada.

diversas áreas das prefeituras e vem sendo pressionado cada vez mais pelas ideias de urbanização e regularização fundiária. Isso está relacionado com a ampliação do problema habitacional para uma compreensão de direito à moradia e direito à cidade, que vincula questões e serviços urbanos com melhoria das condições de vida.

A ampliação da autonomia nas iniciativas municipais, a definição de agenda, o desenvolvimento de programas habitacionais e uma alteração na abordagem do problema parecem ser mudanças positivas. O modo como se trata operacionalmente a complexidade do problema em termos de procedimentos e ações públicas, porém, não é tarefa trivial. Nos contatos, a maior dificuldade estava em reunir as informações de diversos órgãos com as quais os técnicos trabalhavam.

Sabe-se que, tradicionalmente, os setores de ação social das prefeituras ocupam-se de atividades com populações empobrecidas. Assim, há uma série de profissionais de assistência social que trabalham em assentamentos precários. Tem-se conhecimento, também, de que órgãos de distribuição de energia elétrica e abastecimento de água estão em constantes obras na cidade e que os setores de urbanismo das prefeituras têm conhecimento quando esses serviços alcançam esses assentamentos. Enfim, há uma série de profissionais de diferentes áreas trabalhando nesses espaços, porém as informações que estes levam e trazem quando em serviço nesses lugares quase nunca são agregadas, sistematizadas e apresentadas como subsídio de acompanhamento sobre as condições dos assentamentos precários. A área habitacional depende da vontade de indivíduos comprometidos e interessados em dar continuidade ao trabalho na área, mas isto não é suficiente. A integração de equipes e informações e a modernização de procedimentos para efetivar ações públicas na área constituem fortes desafios.

Em visitas aos municípios, muitas vezes havia mapas e tabelas afixados nas paredes como material de trabalho e acompanhamento por parte dos técnicos, porém em sua maior parte esses recursos só estavam ali fisicamente. A impressão geral é de que os dados estão muito dispersos entre as secretarias, cada qual produzindo um tipo de coleta, padronização e atualização.

As informações foram disponibilizadas de maneira integral e quase imediatamente somente no caso de Curitiba e Pinhais. Nestas cidades, as informações são trabalhadas em órgãos específicos. Em Pinhais desenvolveu-se um sistema de informações georreferenciadas com acesso a toda a estrutura burocrática do governo. Assim, o que se produz nas secretarias transforma-se em fonte para o sistema e continuamente é atualizado, caso este seja um procedimento estabelecido nas funções das secretarias. Em Curitiba há o IPPUC, que, entre outras tarefas, coordena pesquisas de intervenção urbana e manipula informações de diversos órgãos do governo. Por exemplo, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) trabalha, muitas vezes, com informações sobre seus cadastros e áreas de avaliação para disponibilização de lotes e unidades habitacionais em conjunto com o IPPUC. Este Instituto também mantém a responsabilidade a respeito do diagnóstico, atualização sobre quantidade e imagens dos assentamentos precários.

Muitas vezes, embora haja pessoal capacitado e equipe definida na área habitacional, faltam critérios objetivos de definição e periodização de informações, bem como procedimentos definidos sobre como acompanhar os problemas habitacionais com perspectiva mais abrangente, e não apenas pontual a cada programa ou plano. Ademais, em diversos casos as bases digitais cartográficas e outros tipos de pesquisa local são de responsabilidade de terceiros contratados. Dessa forma, supõe-se que há muito mais dados sobre habitação e assentamentos precários nos municípios do que o que se repassou, ou do que se conseguiu, porém o custo e a dificuldade para ter acesso a eles ultrapassa as condições deste projeto. O esforço seria muito menos de busca de informações do que de construção institucional (BRASIL, 2008) de sistemas e integração de equipes no governo local.

Essas constatações sobre a desorganização e dispersão de informações já foram tratadas no primeiro relatório e no estudo do CEM/CEBRAP sobre Assentamentos Precários no Brasil Urbano:

Na verdade, a questão só será equacionada adequadamente quando forem desenvolvidas rotinas locais de obtenção, utilização e atualização desse tipo de informação. O problema implica, portanto, um esforço não apenas de obtenção de dados, mas de construção institucional de governos locais... (BRASIL, 2008, p.12).

Nota-se que o tamanho da cidade influencia na organização da sua burocracia e, portanto, nos seus procedimentos e condições de produzir informação e acompanhamento. Mas, mesmo nas cidades com estruturas bem definidas, com trajetória de ação na área e equipes constituídas, há uma relativa dificuldade em repassar objetivamente como os dados são coletados, com quais critérios e exigências de periodização. Há uma espécie de inércia procedimental, que abre pouco espaço para reconsiderações sobre como se está buscando e sistematizando informações. As perguntas pareciam triviais, mas as respostas custavam a se tornar objetivas. Por exemplo, certas vezes, o discurso advindo do olhar competente do técnico, pela sua vivência, se sobrepunha a critérios institucionais de reconhecimento do que é um “novo” assentamento precário: “o técnico sabe”, “ele vê a foto e já sabe”, “quem não é treinado não reconhece, mas quem tá aqui há mais tempo percebe”. A ausência de registros administrativos parece fato corrente.

Essas impressões remetem a outra característica da área habitacional, a relativa dependência ou, ao menos, influência da agenda nacional. Em algumas cidades só havia informações disponíveis porque houve, um tempo atrás, um Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), ou recentemente consolidou-se um Plano diretor, ou se fez ou se está fazendo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). Nesses casos, poder-se-ia constatar que faltam no setor público local rotinas de diagnóstico, caracterização e acompanhamento de assentamentos precários. Essas atividades ocorrem em função de verbas públicas vinculadas a programas nacionais, quase sempre desenvolvidas por terceiros. Essas atividades pontuais, mesmo que auxiliadas pela equipe de funcionários locais, produzem dispersão de dados. Diagnósticos realizados pelo setor, diagnósticos dos terceiros contratados, parâmetros desiguais de tratamento das

informações, esta é uma série de questões que exige coordenação para compatibilizar fontes e resultados, o que nem sempre se consegue concretizar.

Com relação às definições dos municípios sobre os assentamentos precários, atenta-se para diferenças nos procedimentos de identificação dessas localidades.

Em geral, a ideia de precariedade está associada à insegurança, efemeridade e fragilidade; as ideias de pobreza e vulnerabilidade também. Assim, surgem diversos conceitos para classificar as possíveis relações de precariedade, como favelas, loteamentos irregulares, ocupações irregulares, ocupações em área de risco, áreas sem aprovação da prefeitura, áreas impróprias para habitação. Essa nomenclatura demonstra que os espaços apresentam alguma inconformidade, sendo áreas problemáticas em relação ao aspecto da legalidade e adequação na ocupação dos terrenos, segundo a legislação municipal, estadual e/ou nacional. Esses espaços, muitas vezes, estão identificados localmente de maneira abrangente como ocupações irregulares. E mesmo esse conceito abrangente relaciona-se com a evolução de outros conceitos e definições nacionais. Há uma incorporação gradual da nomenclatura utilizada em programas e planos nacionais que oferecem recursos e linhas para os municípios se inserirem.

No caso do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, os Assentamentos Precários estão divididos em quatro categorias: 1. favelas, 2. loteamentos irregulares de moradores de baixa renda, 3. cortiços, e 4. conjuntos habitacionais degradados (quadro 1).

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Favelas
Aglomerados de domicílios autoconstruídos, dispostos de forma desordenada, geralmente densos e carentes de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular). Assentamentos que carecem de direito de propriedade e constituem aglomerações de moradias de qualidade abaixo da média. Sofrem carências de infraestrutura, de serviços urbanos e de equipamentos sociais e/ou estão situados em áreas geologicamente inadequadas e ambientalmente sensíveis.
Cortiços
Habitações coletivas, constituídas por edificações subdivididas em cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, superlotadas e com instalações sanitárias de uso comum dos moradores dos diversos cômodos.
Conjuntos habitacionais degradados
Conjuntos habitacionais construídos pelo setor público que se encontram atualmente em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação.
Loteamentos irregulares
Áreas ocupadas por moradores de baixa renda, sem aprovação do poder público ou sem atender às condições exigidas no processo de aprovação, geralmente caracterizadas pela autoconstrução das unidades habitacionais e pela ausência ou precariedade de infraestrutura urbana básica.

FONTES: Ministério das Cidades, UN/Habitat

Todos os oito municípios da RMC Integrada com informações disponíveis não produzem levantamento sistemático sobre cortiços, nem tampouco sobre conjuntos habitacionais degradados. Essa falta de acompanhamento muitas vezes se dá porque as

políticas de habitação estão fragmentadas no governo municipal e as companhias responsáveis pelos conjuntos atuam especialmente na questão da construção de unidade habitacional ou disponibilização individual de lotes, conforme cadastro. E as demais preocupações de adequação da ocupação dos espaços urbanos estão sob responsabilidade de outras secretarias e órgãos, envolvendo ação social, urbanismo, planejamento e obras.

Sobre as outras categorias, não há nomenclatura semelhante em todos os municípios. A identificação da existência e do tamanho de favelas e loteamentos irregulares não está acompanhada de uma caracterização socioeconômica de seus moradores e de um processo contínuo e predefinido de atualização sobre o seu tamanho. Entretanto, em geral os municípios da RMC Integrada produzem classificações que correspondem a duas categorias nacionais (favelas e loteamentos irregulares).

O quadro a seguir resume algumas das condições dos assentamentos precários nos municípios da RMC Integrada que puderam explicar seus procedimentos sobre o tratamento do assunto em sua cidade. Além desse quadro-síntese das condições gerais nos municípios, tem-se uma descrição mais detalhada, por município, no Apêndice deste estudo (quadros A.3.1 a A.3.30).

QUADRO 2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DOS MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA

continua

MUNICÍPIOS	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS				
	Classificações	Procedimentos Gerais de Identificação	Registros Administrativos ⁽¹⁾	Último Levantamento	Estrutura Administrativa Responsável
Almirante Tamandaré	Ocupações com irregularidade fundiária, ocupações em áreas não edificáveis e loteamentos irregulares.	Existiu	Não tem	Em 2005. Aguardam levantamento de 2009.	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas.
Araucária ⁽²⁾
Campina Grande do Sul	Loteamentos irregulares, ocupações em áreas não edificáveis e áreas de subabitação.	Existiu	Não tem	2003	Setor subordinado a outra secretaria.
Campo Largo	Ocupações em áreas não edificáveis, ocupações em áreas legalmente reservadas, ocupações em áreas de reserva verde legal e loteamentos clandestinos.	Existe, baseado em denúncia.	Não tem	2008	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas e órgão da administração indireta.
Campo Magro	Loteamentos irregulares e ocupações em áreas não edificáveis.	Existiu	Não tem	2008	Setor subordinado a outra secretaria.
Colombo	Ocupações em áreas não edificáveis, ocupações em áreas legalmente reservadas, ocupações em áreas de reserva legal e loteamentos clandestinos.	Existiu	Não tem	aproximação /estimativa 2009	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas.
Curitiba	Loteamentos clandestinos (irregulares) em regularização ou sem regularização, e assentamentos em regularização ou sem regularização (ocupações com irregularidade fundiária, ocupações em áreas não edificáveis, e ocupações em áreas legalmente reservadas).	Existe	Não tem	Em 2005. Para o ano de 2007 está em verificação.	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas e órgão da administração indireta.
Fazenda Rio Grande	Ocupações com irregularidade fundiária e ocupações em áreas não edificáveis.	Não existe	Não tem	Aguardam levantamento de 2010.	Setor subordinado a outra secretaria.
Itaperuçu	Loteamentos irregulares e ocupações em áreas não edificáveis.	Não existe	Não tem	Não se aplica.	Setor subordinado à chefia do executivo.
Mandirituba	Ocupações com irregularidade fundiária, ocupações em áreas não edificáveis e loteamentos irregulares.	Não existe	Não tem	Não se aplica.	Setor subordinado a outra secretaria.

QUADRO 2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DOS MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA

conclusão

MUNICÍPIOS	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS				
	Classificações	Procedimentos Gerais de Identificação	Registros Administrativos ⁽¹⁾	Último Levantamento	Estrutura Administrativa Responsável
Pinhais	Ocupações com irregularidade fundiária e ocupações em áreas não edificáveis.	Existe	Não houve esclarecimento	2009	Setor subordinado a outra secretaria.
Piraquara	Ocupações com irregularidade fundiária, áreas não edificáveis e áreas de subhabitação.	Não existe. Produz informações pontuais.	Não tem		Setor subordinado a outra secretaria.
Quatro Barras	Loteamentos irregulares, área sem aprovação prévia do poder público municipal e com falta de titulação correta da terra.	Existiu	Não tem		Setor subordinado a outra secretaria.
São José dos Pinhais	Ocupações em áreas não edificáveis e ocupações com irregularidade fundiária.	Existiu	Não tem	2009	Secretaria Municipal exclusivamente e em conjunto com outras políticas.

FONTE: Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

Áreas não edificáveis: são áreas em faixa de domínio de rodovias e ferrovias em atividade; faixas reservadas da Companhia de Energia; áreas sobre ou margeando sem distância mínima leito de curso d'água; áreas de cavas e pântanos ou alagadiças; áreas sobre encosta íngreme (declividade igual ou superior a 30%); áreas de preservação ambiental (APA); terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública.

Áreas de reserva verde legal: são aquelas áreas que de acordo com leis municipais, estaduais e federais, devem ser reservadas para bosques, matas, em cada terreno e loteamento aprovado.

Áreas legalmente reservada: são áreas que, de acordo com leis municipais, estaduais e federais, devem ser reservadas para equipamentos/logradouros públicos.

Loteamentos irregulares: trata-se da subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, sendo realizada a partir de pequenos promotores imobiliários, ou seja, seus lotes são vendidos no mercado informal. Será identificado como **clandestino ou irregular** quando não tiver aprovação do poder público ou desobedecer aos processos e condições de aprovação exigidos pelo mesmo.

Áreas de subabitação: são locais em que as habitações/unidades domiciliares são precárias, sem água encanada e/ou sem luz elétrica e/ou sem saneamento básico.

(1) Entende-se por registro administrativo a definição explícita e especificada por escrito dos instrumentos que os técnicos responsáveis do poder público usam para identificar e atualizar o que são assentamentos precários e demais informações referentes à questão. Foi adotado para identificar a responsabilidade, no município, pela habitação as mesmas categorias da questão sobre Caracterização do órgão gestor da habitação no município da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2008).

(2) Em Araucária não se conseguiu efetivar contato final para obter as informações necessárias.

Todas as classificações dos municípios assemelham-se na questão da irregularidade em relação à aprovação das diretrizes urbanísticas da cidade. A incorporação da inadequação fundiária justifica-se, já que é um dos elementos centrais no debate sobre precariedade, pois diz respeito ao acesso à terra e à questão da irregularidade da moradia popular. Mas, muitas vezes, associada à irregularidade fundiária tem-se a irregularidade em relação ao tipo de área ocupada, ou seja, as ocupações daquelas áreas geologicamente inadequadas e ambientalmente sensíveis, ou mesmo daquelas que seriam reservadas para que o poder público implante seus equipamentos. Alguns municípios apontam qual o principal problema observado em relação à precariedade na sua própria classificação – alguns enfatizam a ocupação em áreas não edificáveis, outros a existência de loteamentos irregulares, e outros, ainda, a questão da irregularidade fundiária.

Mesmo que a categoria esteja conceituada nacionalmente, no caso da RMC Integrada não se utiliza, na linguagem habitual dos municípios, a categoria *favela*. Lembre-se que as palavras muitas vezes estão marcadas pela sua origem e, neste caso, ela carrega um significado histórico e regional que não atinge todos os municípios brasileiros. O conceito de todas as ocupações de áreas em terreno de propriedade alheia (viáveis ou não à ocupação) com domicílios autoconstruídos, distribuídos desordenadamente, geralmente densas e carentes de serviços públicos essenciais, não necessariamente precisaria ser denominado favela.

Pode-se avaliar, dessa forma, que não há um problema de conceito de assentamento precário nos municípios. As classificações municipais estariam contempladas em categorias nacionais (quadro 3). Mas há um problema de registros administrativos.

QUADRO 3 - COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE CLASSIFICAÇÕES MUNICIPAIS DA RMC INTEGRADA E CATEGORIAS NACIONAIS

CLASSIFICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA	CATEGORIAS NACIONAIS
Loteamentos clandestinos	Loteamentos irregulares
Ocupação em áreas não edificáveis	Favelas
Ocupações em áreas legalmente reservadas	Favelas
Ocupações em áreas de reserva verde legal	Favelas
Assentamentos em regularização ou sem regularização	Favelas
Ocupações com irregularidade fundiária	Favelas
Áreas de subabitação	Loteamentos irregulares ou favelas

FONTES: Secretarias Municipais, Ministério das Cidades

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Toda organização burocrática precisa basear-se em documentação, regras formais e procedimentos objetivos de rotina, como consequência da profissionalização da administração. Um sistema de normas racionais, escritas e exaustivas, define relações de mando, distribuição de tarefas e atividades, sistematicamente, tendo em vista os fins do setor administrativo (BRESSER-PEREIRA; MOTTA, 1987). No entanto, percebe-se que na área habitacional ainda não se implantaram certas rotinas e procedimentos administrativos próprios de uma organização burocrática, racional-legal e impessoal.

A próxima seção trata das quantificações gerais possíveis dos assentamentos precários nos municípios e apresenta a visualização da questão, na tentativa de relacionar a informação com sua localização específica.

2 CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DO PROBLEMA

O crescimento populacional nas cidades esteve acompanhado da periferização da habitação popular. Assim, grandes ocupações irregulares acabaram se consolidando. Ocupação de terrenos, loteamentos clandestinos, formação de favelas, construções irregulares, assentamentos ilegais invadiram a paisagem urbana e representam situações antigas. Pode-se considerá-las soluções encontradas para o morar, as quais denunciam, ao menos parcialmente, a ineficácia das políticas e do planejamento habitacional por parte do Estado e as dificuldades de inserção no mercado formal. Desse modo, atualmente há grande heterogeneidade na forma como as famílias se apropriam do espaço, bem como nos motivos e estratégias que as levam a ocupar esses lugares.

Evidentemente, o crescimento da população foi acompanhado por uma maior demanda por serviços tipicamente urbanos, como habitação, educação básica e superior, saúde pública e transporte coletivo. Nem todos os municípios, contudo, puderam atender satisfatoriamente a essa demanda. A insatisfação com o acesso à educação, saúde e moradia e o aumento no número de favelas, loteamentos clandestinos e ocupação de áreas de risco e/ou de preservação ambiental são ilustrativos do processo acelerado de crescimento da população urbana.

Resgatando um pouco a discussão histórica realizada no primeiro relatório deste projeto, tem-se que Curitiba, a partir de Planos constituídos desde a década de 1950, se expandia seguindo os eixos dos diversos caminhos de entrada da cidade, sendo que o desenvolvimento deveria ser planejado a partir de eixos estruturais. A implementação desses eixos teve como efeito a sobrevalorização dos imóveis nos eixos viários norte-sul e leste-oeste. Uma das consequências desse esforço de planejamento e direcionamento foi a especulação imobiliária (PEREIRA; SILVA, 2007). A tendência de valorização imobiliária dos eixos estruturais acabou influenciando a ocupação mais intensa dos municípios limítrofes por moradores com menor renda.

Devido às dificuldades em lidar com um processo tão acelerado de urbanização, diversas medidas foram tomadas pelo poder público visando fazer frente ao processo de crescimento populacional. Com isso, foram aprovadas leis municipais no sentido de disciplinar a ocupação do espaço urbano e garantir a existência de serviços básicos como educação, saúde e transporte.

Por conta desse processo, a RMC vivenciou um crescimento da oferta de lotes superior ao aumento da população nas décadas de 1960 e 1970. Contudo, como a oferta de

imóveis não esteve vinculada a uma política de crédito direcionada a famílias de baixa renda, as ocupações irregulares foram crescendo. Este crescimento ocorreu em áreas cuja utilização pelo mercado de imóveis estava vetada, seja por questões ambientais ou por restrições urbanísticas. Verificou-se a intensa formação de ocupações irregulares entre 1987 e 2000. A formação de novos assentamentos precários em Curitiba nos anos de 1990 se deu em áreas mais distantes, consolidando a expansão no núcleo central. No mesmo período, municípios limítrofes a Curitiba tornaram-se o destino principal da população de baixa renda, já que nestes municípios se encontravam os imóveis de mais fácil acesso em termos de poder aquisitivo. Segundo Pereira e Silva (2007), foi na década de 1990 que surgiram os principais assentamentos precários na RMC. As autoras observaram que os assentamentos irregulares cresceram juntamente com as ofertas de loteamentos formais nas já consideradas áreas urbanas da RMC Integrada.

De acordo com a visão crítica sobre o planejamento de Curitiba, esse ordenamento institucional da cidade-polo acabou resultando na exclusão das camadas mais pobres, induzindo-as a ocupar os espaços da periferia da metrópole e seu entorno (IPARDES, 2005; BIALECKI, 2008).

Sabe-se que a ótica do planejador é sempre a do olhar competente, que determina o certo e o errado, o parâmetro aceitável, o padrão a ser alcançado. Controle de loteamento e uso do solo são atividades que envolvem o cerne da questão do planejamento e, apesar de legalmente serem de competência do âmbito municipal, suas consequências ultrapassam o município. O planejamento urbano consiste em instrumento necessário para prover melhorias no bem-estar social das cidades. Porém, um processo rígido de planificação pode justamente promover desordens no espaço planejado. Legislação excessiva e procedimentos burocráticos morosos acabam favorecendo uma manutenção da informalidade na ocupação por parte da população que tem dificuldades em se enquadrar nos padrões preestabelecidos. A irregularidade em termos de assentamentos precários compreende a ideia de estratégia de grupos populares e também de falta de ações específicas do poder público.

Tendo em vista as restrições de ocupação do solo e a permanência do problema dos assentamentos precários, procurou-se reunir informações gerais sobre esses assentamentos na RMC Integrada (tabela 1). Conforme se mencionou na seção sobre metodologia, somente 8 dos 14 municípios da RMC Integrada disponibilizaram informações sobre seus APUs.

TABELA 1 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES, NÚMERO E ÁREA DE LOTES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1997

MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS			
	Quantidade	Lotes	Área (m ²)	Média de Lotes por Assentamento
Almirante Tamandaré	88	4.785	1.345.060,11	54,4
Araucária	64	1.621	563.282,56	25,3
Campina Grande do Sul	13	586	138.801,82	45,1
Campo Largo	50	1.719	579.366,70	34,4
Campo Magro	8	730	191.183,57	91,3
Colombo	86	6.274	1.494.606,24	73,0
Curitiba	274	⁽¹⁾ 53.103	10.896.384,32	193,8
Fazenda Rio Grande	22	1.567	581.328,96	71,2
Itaperuçu	16	566	117.603,60	35,4
Mandirituba	3	31	18.743,23	10,3
Pinhais	23	2.241	808.389,15	97,4
Piraquara	47	4.259	2.687.714,60	90,6
Quatro Barras	-	-	-	..
São José dos Pinhais	67	3.820	1.148.606,66	57,0
TOTAL RMC Integrada	761	81.302	20.571.071,52	106,8

FONTES: COMEC (1997), IPPUC (2000)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

O trabalho da COMEC classificava como ocupações irregulares essas áreas com lotes.

Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero.

.. Não se aplica dado numérico.

(1) A referência em Curitiba são domicílios, e não lotes, e o ano de referência é 2000.

No levantamento produzido pela COMEC em 1997, o procedimento adotado foi a conferência dos loteamentos e leis urbanísticas aprovadas nos municípios da RMC e repassadas à COMEC, constando as áreas indicadas como irregulares e aquelas reservadas por legislação. Segundo informações das prefeituras, equipes da COMEC fiscalizaram os loteamentos e produziram desenhos à mão dos lotes irregulares ocupados, exceto para o município de Curitiba. Posteriormente esses desenhos foram repassados para arquivos digitais e georreferenciados. Em alguns casos, também foram indicadas nos desenhos outras características sobre o assentamento, porém não eram informações recolhidas de maneira semelhante em todos as ocupações. Essas informações adicionais não foram reunidas no sentido de criar um banco de dados sobre esse levantamento. Para acessar qualquer outro dado a respeito, inclusive o número de casas nos lotes, é necessário verificar os arquivos originais dos desenhos. Não foi realizado nenhum outro trabalho semelhante para a RMC depois desse levantamento da COMEC, nem tampouco fez-se uma atualização a respeito desses lotes.

Somente Curitiba havia produzido dados a respeito anteriormente. O IPPUC realizou diversos planos e levantamentos, os quais também indicavam dados a respeito de favelas, invasões ou ocupações irregulares de loteamentos. A metodologia dos trabalhos

varia. Esses trabalhos estão disponíveis na biblioteca do IPPUC e nem sempre encontram-se digitalizados. Tem-se a informação de que, a partir de 2000, o levantamento dos assentamentos mantém os mesmos critérios, baseados em conferências por ortofotos. Os dados para 2000 e 2005 foram repassados para este projeto e contêm os contornos dos polígonos dos assentamentos precários, o nome das áreas, a estimativa de domicílios, a área em metros quadrados, a categoria do assentamento e a classificação segundo urbanização da própria prefeitura (ver quadro 2 da seção anterior).

No caso da RMC, não há um Sistema de Informações que possa oferecer subsídios para a comparação de informações de uma série histórica, ou mesmo acompanhar o crescimento, regularização, aumento ou diminuição de assentamentos precários nas cidades compreendendo a questão regionalmente. Por isso não é possível comparar, de maneira linear e direta, os dados de 1997 com os dados reunidos por este projeto. Não há tampouco uma tradição de estudos sobre favelas, áreas pobres, ocupações irregulares. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, o tema dos assentamentos precários tem se transformado em objeto específico de estudos. Antes era tratado como subproduto de um processo de exclusão na metropolização, porém não se produziam caracterizações específicas dessas áreas ou de sua abrangência na cidade.

Assim, para o presente trabalho foi preciso buscar fontes diversas para poder quantificar e localizar os assentamentos precários. Sabendo-se que os municípios produzem estimativas de maneira diferente e focalizam o tema a partir de objetivos diferentes, reúnem-se informações mais atualizadas na tabela 2. E, nesta busca, identificou-se que novas atualizações poderão ser feitas para o próximo ano, tendo em vista a agenda dos planos local e estadual de habitação de interesse social.

TABELA 2 - INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA SOBRE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - 2003/2009

MUNICÍPIOS DA RMC INTEGRADA	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS						POPULAÇÃO 2007
	Quantidade		Unidades ⁽¹⁾	Média de Unidades por Assentamento	Área (m ²)	Ano de Referência ⁽²⁾	
	Abs.	%					
Almirante Tamandaré	23	3,58	2.491	108,30	1.270.476,97	2005	93.055
Araucária	109.943
Campina Grande do Sul	13	2,02	506	38,92	238.987,60	2003	35.396
Campo Largo	89	13,84	3.627	40,75	2.869.377,29	2007	105.492
Campo Magro	10	1,56	636	63,60	464.342,11	2008	22.325
Colombo	37	5,75	3.283	88,73	1.382.464,76	2009	233.916
Curitiba	341	53,03	61.325	179,84	11.802.875,48	2005	1.797.408
Fazenda Rio Grande	75.006
Itaperuçu	22.021
Mandirituba	20.408
Pinhais	39	6,07	3.681.111,67	2009	112.038
Piraquara	82.006
Quatro Barras	18.125
São José dos Pinhais	91	14,15	5.341	58,69	2.128.560,22	2009	263.622
TOTAL	643	100,00	77.209	⁽³⁾ 127,83	23.838.196,10	..	2.990.761

FONTES: Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Os dados municipais são de: Almirante Tamandaré - 2005 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Campo Magro - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Colombo - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Em Almirante Tamandaré a referência é o lote. Há dois assentamentos mapeados que não possuem quantificação de lotes; em Campina Grande do Sul a referência é a família; em Campo Largo a referência é a habitação. Na verificação dos arquivos da prefeitura consideramos somente as áreas que eram identificadas ou pelo nome, ou pela pasta de referência, ou pelo tipo da área classificada; em Campo Magro a referência é o lote. Há dois assentamentos mapeados que não possuem quantificação de lotes; em Colombo a referência é a família. Há três assentamentos mapeados que não possuem quantificação de famílias; em Curitiba a referência é o domicílio; em Pinhais não foi disponibilizado dado sobre a quantidade de lotes, domicílios ou famílias em cada assentamento; em São José dos Pinhais a referência é a família.

As áreas foram calculadas automaticamente pelo programa Arc Giz.

Sinais convencionais utilizados:

... Dado não disponível.

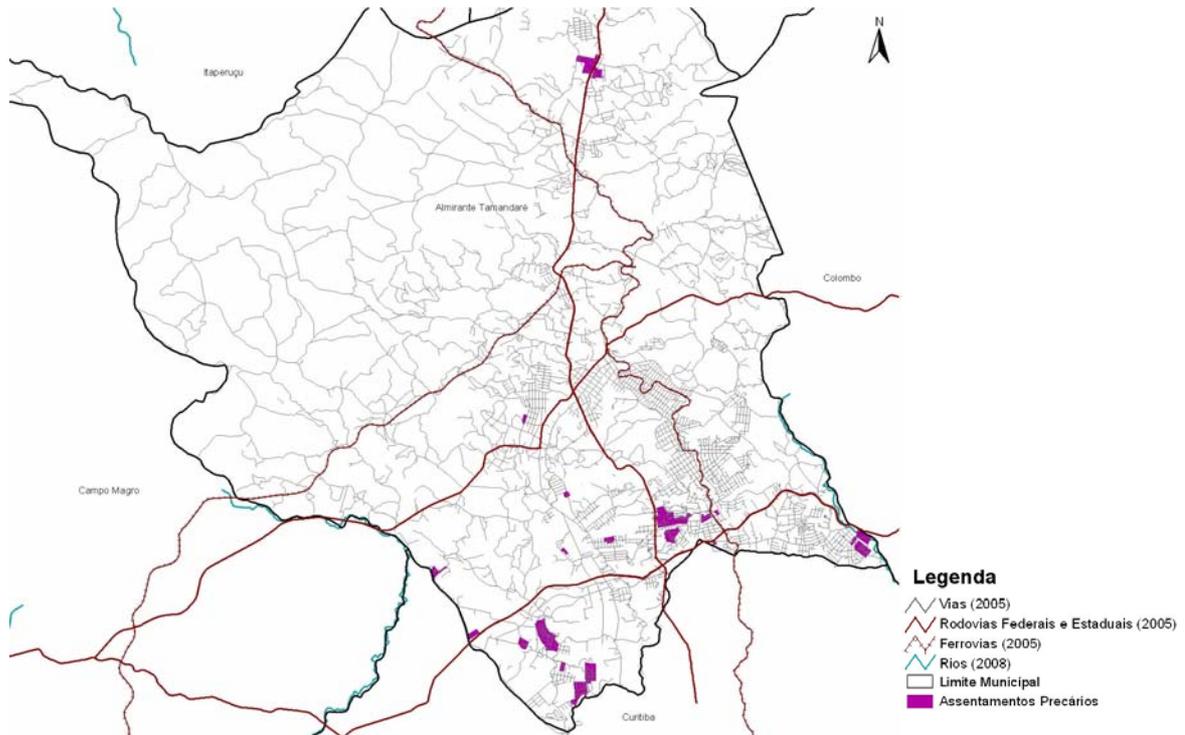
.. Não se aplica dado numérico.

- (1) As unidades referem-se a lotes, ou habitações, ou domicílios ou famílias.
- (2) O ano de referência diz respeito à atualização mais recente e disponibilizada do município sobre os assentamentos precários.
- (3) Para calcular esta média foi retirada do número total de assentamentos do município de Pinhais, já que não havia estimativa de lotes/domicílios para este município.

Em Campina Grande do Sul, pelo Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais, havia 13 assentamentos precários, com 764 famílias. Em 2009, quando nos reunimos com o técnico de urbanismo do município, foi-nos informado que duas dessas localidades já haviam entrado em processo de regularização, por isto restariam 11 assentamentos. São estes dados que constituíram fonte para a construção dos

arquivos vetoriais. No entanto, o Plano de Habitação do Município, de responsabilidade de um consultoria terceirizada, descreveu que além dos assentamentos contabilizados pelo PEMAS (Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais), havia mais 220 famílias em APP em 2003. Ainda, em 2008, foi realizada nova contabilização a partir de ortofotos, tendo encontrado 706 famílias nas mesmas localidades identificadas pelo PEMAS, 666 famílias em APP, dentro da área do PEMAS, e 400 outros domicílios inadequados em áreas urbanas de preservação fora da área do PEMAS. Infelizmente, os arquivos vetoriais produzidos por essa consultoria não foram disponibilizados para este projeto.

FIGURA 2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

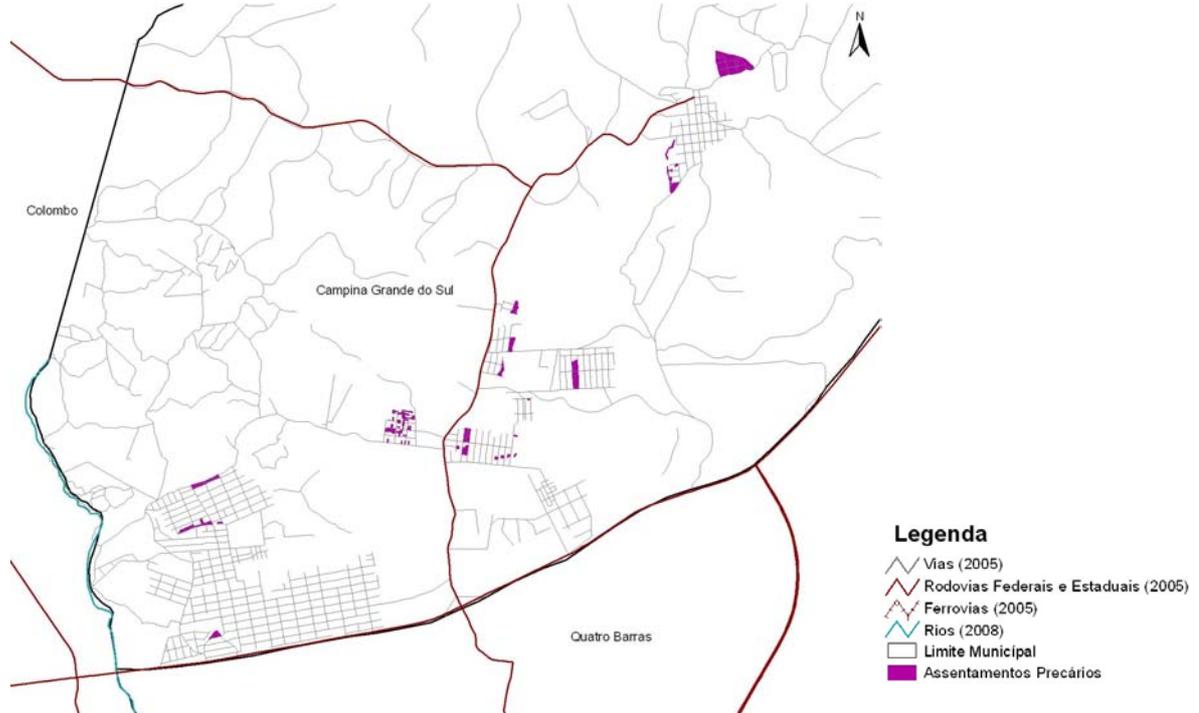


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação - Almirante Tamandaré - 2005

NOTAS: Base Cartográfica – SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

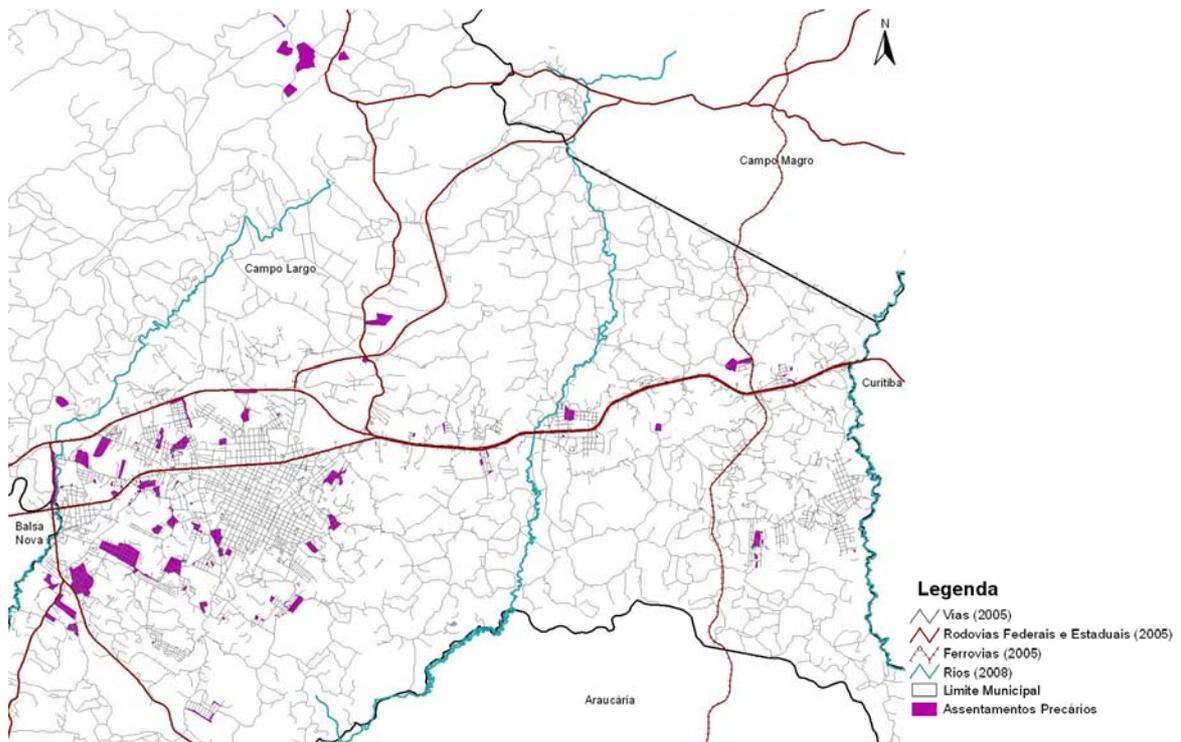
FIGURA 3 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento – Diretoria de Urbanismo - Campina Grande Do Sul - 2003

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

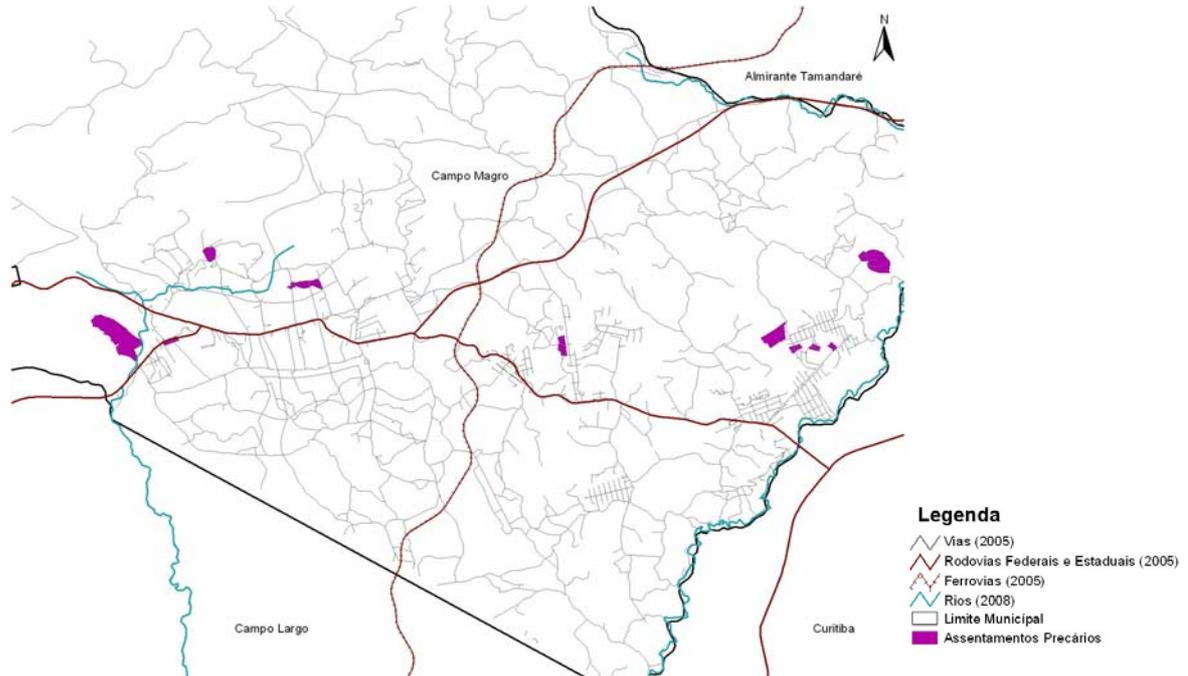
FIGURA 4 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais - Campo Largo - 2007

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

FIGURA 5 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

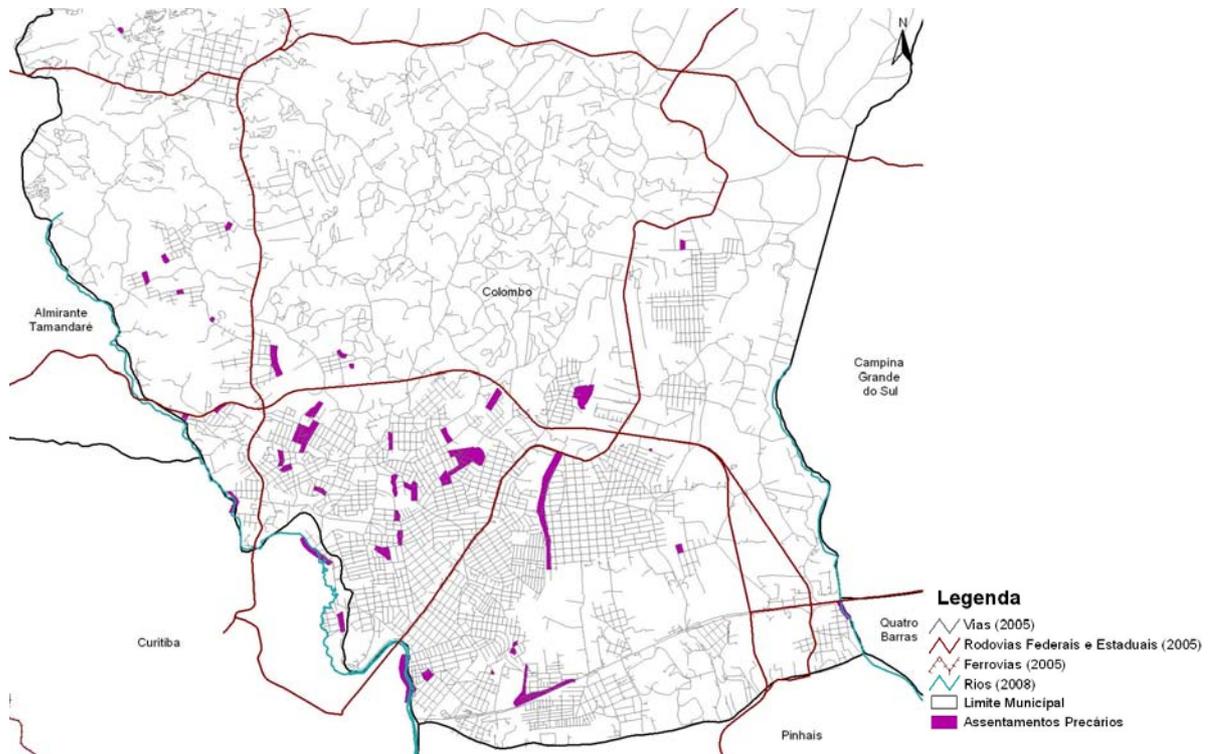


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Campo Magro (2001)

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 6 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE COLOMBO

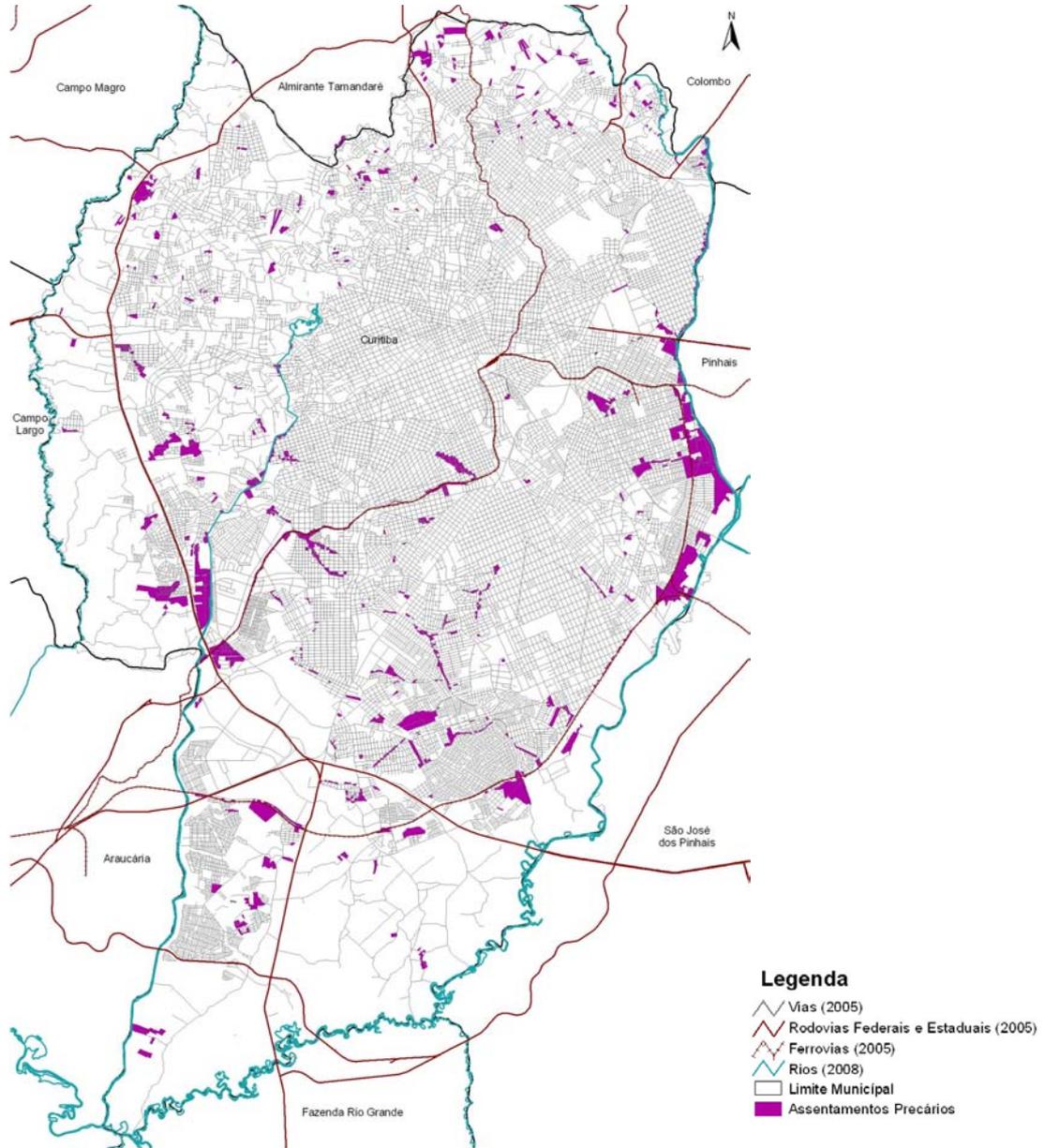


FONTES: COMEC 2005 E SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANOISMO – COLOMBO – 2009

NOTAS: Base Cartográfica – SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 7 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



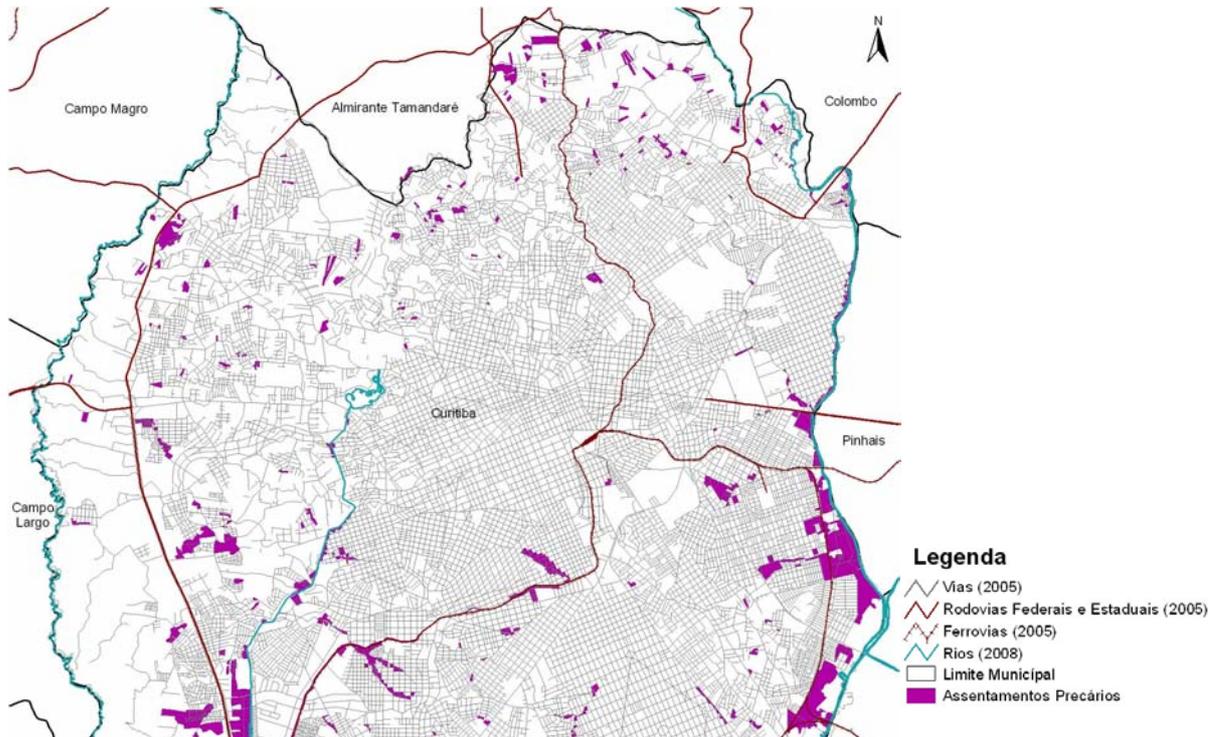
FONTES COMEC 2005 e IPPUC - Curitiba - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

Os dados municipais são de Curitiba - 2005 - IPPUC.

FIGURA 7.1 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NORTE

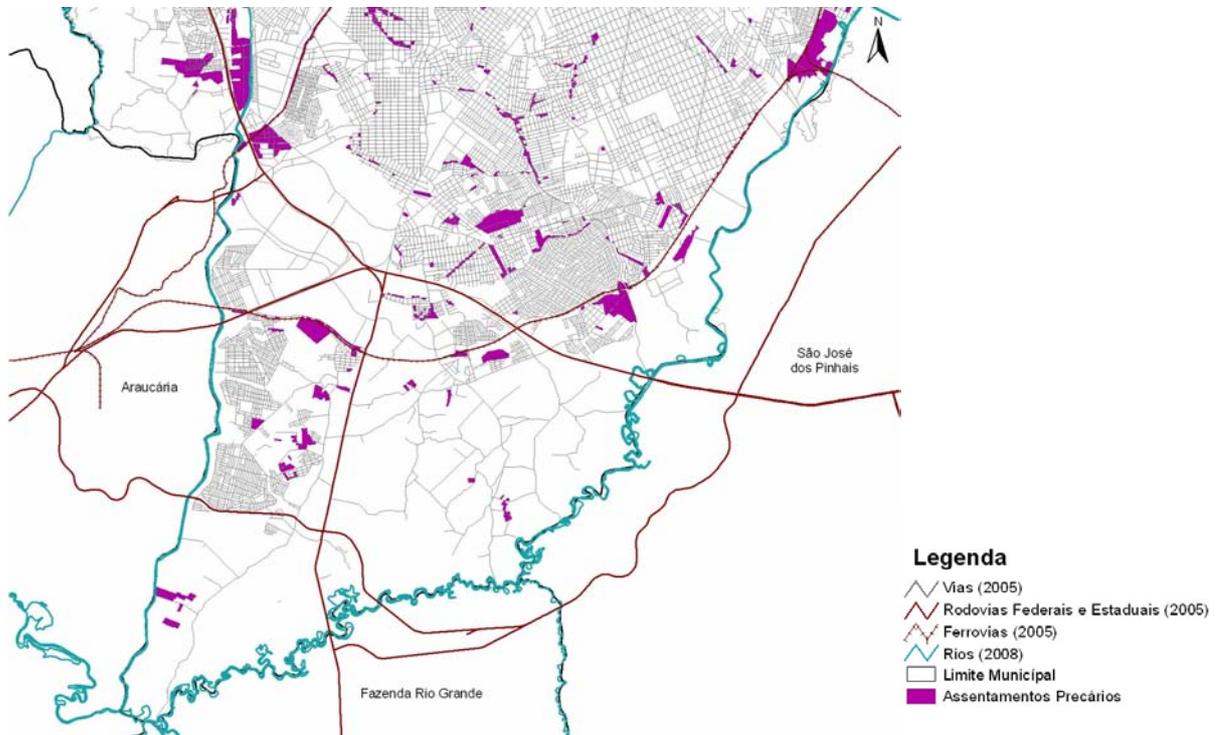


FONTES: COMEC 2005 E IPPUC - Curitiba - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 7.2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUL

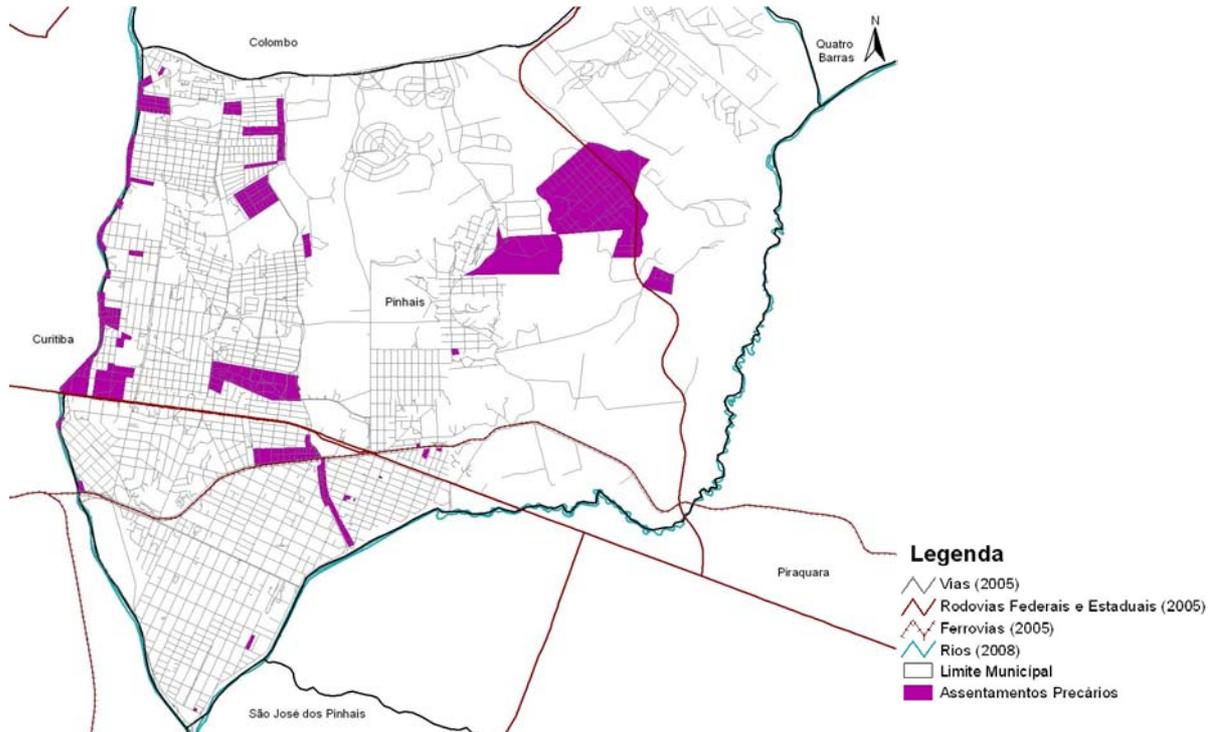


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005.

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 8 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

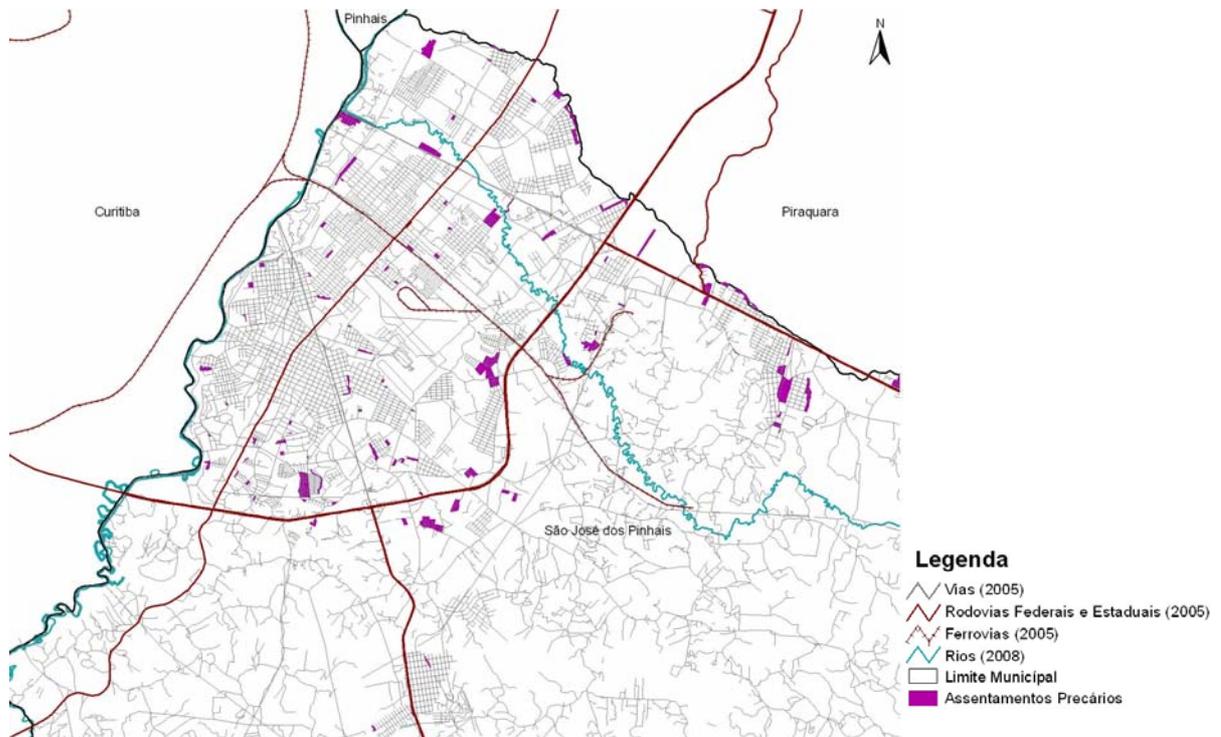


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 9 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação – PINHAIS – 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

De um modo geral, embora muitas áreas levantadas pelos municípios apresentem algumas diferenças em relação ao conceito estrito de favela, por essas não serem tão densas, ou receberem relativo atendimento de serviços públicos, ao se avaliarem suas características mais gerais elas seriam classificadas dentro dessa categoria. Verificou-se que a natureza e a densidade do problema em cada cidade são diferentes. Há diferenças com relação à quantidade das áreas, ao tamanho destas e à concentração de famílias. Por exemplo, a quantidade de famílias/habitações em Colombo e Almirante Tamandaré é alta em relação à quantidade de assentamentos precários registrados, que é mais baixa. É na cidade-polo, Curitiba, que se concentra a maioria dessas áreas bem como de domicílios nessas mesmas áreas. Assim, a ideia de metropolização da irregularidade pode ser relativizada. Reafirma-se, aqui, a convivência, na metrópole, do regular com o irregular.

No primeiro relatório do Projeto, apontou-se para dimensões relacionadas à formação de assentamentos precários. Resgatando a discussão apresentada, identifica-se, primeiramente, que os espaços com restrições legais de ocupação tornam-se potenciais terrenos para estratégias de ocupação informal. São estes espaços as áreas lindeiras a ferrovias e rios e as áreas de preservação permanente. Ainda, a presença, nas cidades, de contingentes populacionais que não conseguem acessar a oferta formal de lotes, pela falta de recursos financeiros, de trabalho e educacionais, sugere que estratégias informais continuarão a existir. A atração populacional para as cidades e a reprodução da vida urbana mantêm a procura por seus espaços. Como ressaltam Miranda, Barros Filho e Souza (2008, p.59):

os espaços resultantes dos processos de ocupação informal apresentam em sua morfologia características estruturais intrínsecas aos procedimentos sociais que o geraram. Características oriundas da organização físico-territorial, das relações entre espaço construído e espaço livre, espaço público e espaço privado, das dimensões das vias e edificações, que se mantêm mesmo após um processo extensivo de urbanização do assentamento.

Assim, tem-se em todas as cidades da RMC Integrada assentamentos precários que se formam na extensão de loteamentos regulares aprovados. Muitas vezes, são aprovados loteamentos distantes das aglomerações já existentes, e cria-se estrutura urbana em espaços mais isolados, favorecendo o espraiamento desses novos “pedaços” urbanos reestruturados. Áreas que por lei deveriam permanecer desocupadas – seja por questões ambientais, como várzeas de rios, bosques, ou pelo risco oferecido pela declividade ou outras características do terreno, ou por estarem reservadas ao poder público para a implantação de equipamentos sociais – acabam ocupadas, o espraiamento de um loteamento muitas vezes se dá pela via informal. A presença de áreas vazias ao longo de loteamentos com infraestrutura estimularia sua ocupação irregular. Este padrão deveria suscitar a rediscussão, pelo poder público, das exigências para aprovação de loteamentos.

Os assentamentos precários apresentam várias configurações. De acordo com as quatro questões principais apontadas por Adauto Lúcio Cardoso (2008): irregularidade, precariedade, vulnerabilidade e carência social, pode-se avaliar que a identificação dos assentamentos pelas prefeituras está se concentrando nas duas primeiras. E, mesmo assim, ainda há dificuldades em estabelecer procedimentos objetivos para avaliar, em cada caso de assentamento, a abrangência da sua irregularidade (se fundiária, urbanística ou de padrão e procedimentos de construção). Do mesmo modo, há dificuldades em avaliar a abrangência da precariedade: referência ao risco e/ou à acessibilidade, e/ou à infraestrutura e/ou ao nível de habitabilidade das edificações e/ou à qualidade ambiental do assentamento.

Dentro da classificação “ocupações com irregularidade fundiária”, muitas vezes os assentamentos identificados são formados a partir de processos relativamente organizados de movimentos de luta pela moradia, lideranças comunitárias, associações de bairro, na ocupação de áreas que, a partir da constatação de sua ociosidade ou subutilização, acabam sendo efetivamente ocupadas. O processo em si dessas ocupações não indica padrões de como a terra pode ser parcelada. E nem sempre a ocupação desse tipo de área seria promovida por movimentos e lideranças predefinidas.

Em relação aos “loteamentos irregulares”, os pequenos promotores imobiliários clandestinos e informais possibilitam parcelamento com características infraestruturais parciais, de modo a garantir acesso futuro a serviços de urbanização. Nesses casos, o arruamento, espaçamento, divisão de quintais seriam relativamente definidos. Muitos desses loteamentos originam-se de espaços anteriormente relacionados ao modo de vida rural e, por isso, tendem a formar assentamentos com certo isolamento espacial e infraestrutural das áreas mais densas das cidades, dificultando adicionalmente a extensão de redes e serviços urbanos a esses locais.

No caso de “ocupações em áreas não edificáveis” e “de reserva verde”, a forma de parcelamento e separação de domicílios é mais desordenada, em que domicílios vão se somando uns aos outros nos espaços vazios disponíveis. Nesse sentido, algumas vezes o poder público pode até se referir a esse tipo de ocupação como assentamentos espontâneos, em contraposição à ideia de uma ocupação organizada por movimentos políticos e lideranças comunitárias. A terra dessas áreas situa-se à margem do mercado imobiliário formal.

Esses exemplos indicam a diversidade de situações com as quais o poder público precisa lidar para abordar a questão dos assentamentos precários.

Com relação a reconhecer demais características sobre os assentamentos, é preciso, ainda, ultrapassar pré-noções e generalizações do senso comum a respeito dessas áreas, e produzir efetivamente, nas prefeituras, procedimentos contínuos de análise sobre o significado particular da carência social e da vulnerabilidade dos grupos que ocupam áreas de assentamentos precários.

Existem poucos trabalhos que caracterizam os grupos sociais em termos de renda, escolaridade e possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Com relação à vulnerabilidade social, ainda são escassas as contribuições para a discussão e operacionalização do que seria a existência ou predominância de grupos sociais com dificuldades de acesso a recursos que os habilitem a participar ativamente da sociedade.

Assim, limitamo-nos a usar dados já produzidos localmente, e elegemos como foco do trabalho a identificação dos limites geográficos e das condições espaciais dos assentamentos, ou seja, buscamos enxergar as informações a partir do chão em que elas se assentam. Por isso, foram realizados exercícios para identificar áreas que estão sobre ou margeando (com distância inadequada) leito de curso de água, sobre ou próximo a faixas de domínio de sistema viário ativo ou sistema ferroviário ativo, em áreas com alta declividade (encosta íngreme). Áreas com essas condições são consideradas impróprias para edificação (não-edificáveis), pelo risco de desabamento, alagamento ou poluição. O resultado dos cruzamentos vem apresentado nas tabelas 3 e 4, a seguir:

TABELA 3 - ÁREA E NÚMERO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC INTEGRADA - 2003/2009

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS														
	Condições de Localização												TOTAL		
	Com alguma parte em encosta íngreme			Com alguma parte em faixa de domínio de ferrovia			Com alguma parte em margem de rio			Com alguma parte em faixa de domínio de rodovia					
	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º
	Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%	
Almirante Tamandaré	83.330,98	6,56	13	1.883,92	0,15	1	122.099,31	9,61	8	5.869,71	0,46	2	1.270.476,97	100,00	23
Campina Grande do Sul	4.126,11	1,73	2	-	-	-	78.461,62	32,83	12	-	-	-	238.987,60	100,00	13
Campo Largo	68.242,73	2,38	13	-	-	-	578.657,01	20,17	64	74.920,43	2,61	14	2.869.377,29	100,00	89
Campo Magro	12.607,02	2,72	3	-	-	-	10.149,25	2,19	6	-	-	-	464.342,11	100,00	10
Colombo	2.521,30	0,18	5	-	-	-	629.149,30	45,51	31	56.270,49	4,07	5	1.382.464,76	100,00	37
Curitiba	80.510,29	0,68	26	173.820,17	1,47	28	3.565.770,02	30,21	288	13.152,41	0,11	13	11.802.875,48	100,00	341
Pinhais	7.636,23	0,21	1	34.732,61	0,94	5	228.374,88	6,20	26	37.030,86	1,01	1	3.681.111,67	100,00	39
São José dos Pinhais	1.811,65	0,09	1	6.820,99	0,32	1	127.755,96	6,00	22	38.674,37	1,82	10	2.128.560,22	100,00	91
TOTAL	260.786,32	1,09	64	217.257,68	0,91	35	5.340.417,34	22,40	457	225.918,26	0,95	45	23.838.196,10	100,00	643

FONTES: COMEC (2006), MINEROPAR (2006), Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Os dados municipais são de: Almirante Tamandaré - 2005 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Campo Magro - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Colombo - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Foram utilizadas as diretrizes: rodovia - faixa de domínio de 100 metros (50 metros cada lado) utilizada para rodovias de pista dupla, de acordo com normatização do DNIT; ferrovia - faixa de domínio de 15 metros cada lado, dado generalizado, pois esta extensão é variável de acordo com cada trecho; hidrografia - cota de 30 metros para cada lado, a partir do eixo do rio, segundo parâmetro da Resolução Conama nº 303/2002; declividade - encosta íngreme são as áreas com declividade igual ou maior que 30%, seguindo a Lei Federal nº 6.766/79.

Um mesmo assentamento pode ocorrer em áreas com diferentes condições de localização.

Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero.

TABELA 4 - ÁREA E NÚMERO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC INTEGRADA - 2003/2009

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS																
	Condições de Localização												TOTAL				
	Com alguma parte em faixa de domínio de ferrovia e também sobre margem de rio			Com alguma parte sobre margem de rio e em encosta íngreme			Com alguma parte em faixa de domínio de rodovia e também sobre margem de rio			Com alguma parte em faixa de domínio de rodovia e em encosta íngreme							
	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º	Área (m ²)		N.º		
	Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%			
Almirante Tamandaré	-	-	-	7.019,01	0,55	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1.270.476,97	100,00	23
Campina Grande do Sul	-	-	-	43,58	0,02	1	-	-	-	-	-	-	-	-	238.987,60	100,00	13
Campo Largo	-	-	-	7.872,79	0,27	7	-	-	-	-	-	-	-	-	2.869.377,29	100,00	89
Campo Magro	-	-	-	544,89	0,12	2	-	-	-	-	-	-	-	-	464.342,11	100,00	10
Colombo	-	-	-	11.467,30	0,83	6	-	-	-	33,83	0,002	1	-	-	1.382.464,76	100,00	37
Curitiba	75.834,51	0,64	23	-	-	-	14.779,40	0,13	11	-	-	-	-	-	11.802.875,48	100,00	341
Pinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.681.111,67	100,00	39
São José dos Pinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.128.560,22	100,00	91
TOTAL	75.834,51	0,32	23	26.947,57	0,11	19	14.779,40	0,06	11	33,83	-	1,00	-	-	23.838.196,10	100,00	643

FONTES: COMEC (2006), MINEROPAR (2006), Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Os dados municipais são de Almirante Tamandaré - 2005 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Campo Magro - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Colombo - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Foram utilizadas as diretrizes: rodovia - faixa de domínio de 100 metros (50 metros cada lado) utilizada para rodovias de pista dupla, de acordo com normatização do DNIT; ferrovia - faixa de domínio de 15 metros cada lado, dado generalizado, pois esta extensão é variável de acordo com cada trecho; hidrografia - cota de 30 metros para cada lado, a partir do eixo do rio, segundo parâmetro da Resolução Conama nº 303/2002; declividade - encosta íngreme são as áreas com declividade maior que 30%, seguindo a Lei Federal nº 6.766/79.

Um mesmo assentamento pode ocorrer em áreas com diferentes condições de localização.

Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero.

Nota-se que a grande maioria dos assentamentos precários identificados pelos municípios tem pelo menos alguma parte de sua área sobre margem de rio. Essa identificação está relacionada com as características da RMC, a qual está toda desenhada pelo curso de rios e abriga grande área de bacias hidrográficas.

Levando em conta as limitações nos cruzamentos de dados, pode-se afirmar que em torno de 25% das áreas desses assentamentos precários identificados estão em áreas com limites para sua ocupação. Também com base nesses dados se comprova a convivência, dentro de um mesmo assentamento precário, de diferentes condições de ocupação da terra. Um assentamento pode se estender da margem de um rio avançando em encosta íngreme e alcançando as bordas de um loteamento regular aprovado; este é apenas um exemplo, sendo o caso da Vila União, em Almirante Tamandaré. Além disso, sabendo-se que 25% das áreas dos assentamentos estão em áreas com limites para ocupação, tem-se, por outro lado, que 75% destas áreas foram identificadas como precárias relativamente a outras condições, de irregularidade fundiária, num tipo favela ou loteamento irregular. A condição de localização é apenas um dos elementos capazes de descrever as particularidades a respeito dos assentamentos precários. Infelizmente a falta de padronização nos dados obtidos e disponibilizados pelos municípios limitou a abrangência das descrições sobre eles. Tal limitação também reduziu a possibilidade de validar hipóteses para uma tipologia de assentamentos precários que incrementasse ou reestruturasse as categorias definidas pelo Ministério das Cidades.

O que se apresentou foram os exercícios possíveis para uma caracterização mais geral das condições dos assentamentos na RMC Integrada.

2.1 DIREITO À MORADIA E ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

O debate sobre o direito à moradia traz em seu bojo a compreensão de uma noção ampliada deste conceito. O exercício desse direito implica a possibilidade de acesso ao solo urbano e a uma diversidade de equipamentos e serviços públicos. O tratamento multidimensional da questão da habitação é realizado tanto por estudiosos que buscam delinear formas de mensurar e caracterizar os assentamentos humanos nas cidades, como por aqueles atores e instrumentos que buscam regulamentar a temática enquanto agenda política. A habitação como direito de cidadania encontra-se desde o debate internacional, com a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, à publicação da Carta sobre o direito à cidade, elaborada no Fórum Urbano Mundial em 2006, em Barcelona.

Essa Carta, desenvolvida desde 2004 no Fórum Social das Américas, em Quito, vincula claramente o direito à moradia ao conceito amplo de direito à cidade, estipulando que todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, bem como à preservação da memória e da identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa Carta. O Direito à Cidade diz respeito ao usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social, relacionando-se a questão da acessibilidade plena aos espaços, serviços e equipamentos de que as cidades dispõem. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, com base em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e um padrão de vida adequado (SAULE JUNIOR, 2005).

Já no Brasil, o direito à moradia foi incluído entre os direitos sociais com a Emenda Constitucional 26/2000, alterando a Constituição Federal de 1988. Tanto no âmbito internacional como na Constituição brasileira, “entende-se a moradia, portanto, de uma forma ampliada, como a habitação em si e também como o solo e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades, cuja acessibilidade ela possibilita” (CARDOSO, 2007). No mesmo sentido, os estudos em torno da caracterização dos assentamentos precários urbanos insere como variável classificatória, além do acesso à infraestrutura urbana, a acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos (CARDOSO, 2008).

Couto (1981) denomina os equipamentos públicos de equipamentos comunitários. Segundo o autor, estes equipamentos desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade. Campos Filho

(1999, p.111) relaciona diretamente o uso dos equipamentos comunitários e sua importância à população com renda familiar de até dez salários mínimos, apontando que, quanto mais baixa a renda dos moradores, maior a dependência dos serviços da rede estadual e municipal, daí a importância de a cidade oferecer estes equipamentos, atendendo à demanda da população.⁵ Dentre os principais serviços a serem oferecidos como forma de proporcionar bem-estar à população estão a oferta de educação (o que demanda escolas e professores), serviços de saúde pública (rede de saneamento básico aliada a postos de saúde e hospitais) e serviços de transporte coletivo (que garantam o acesso da população, também, às áreas da cidade onde existe oferta de trabalho).

Neste capítulo buscou-se, portanto, uma aproximação da configuração dos APUs indicados pelos municípios com base nesta articulação entre direito à moradia e acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos. Este esforço visa a uma caracterização preliminar quanto à disponibilidade, aos moradores das áreas em análise, ao acesso a transporte coletivo, saúde e educação. Como salientou Cardoso (2007, p.1), estes três elementos, além da renda, constituem um conjunto mínimo que habilita grupos sociais a fazerem outras escolhas e desenvolver suas capacidades. Trata-se de elencar estas variáveis a fim de construir uma base comparativa não apenas entre os assentamentos precários urbanos da RMC Integrada mas também com os demais estados que compõem a rede de pesquisa.

No entanto, o que seria falar sobre acesso e/ou acessibilidade aos serviços públicos? Ao buscarmos estudos que tratassem desta temática, deparamo-nos com a discussão sobre estas categorias, fazendo-se necessário clarear quais nossos limites de análise neste relatório a partir dos dados obtidos e da metodologia utilizada.

Inserido no debate sobre o direito à cidade e a noção de acessibilidade, Morales (2007) aponta esta categoria como referente à possibilidade que cada pessoa ou grupo tem de participar de atividades necessárias ou desejadas. Assim, o conceito de acessibilidade está relacionado, de uma forma geral, às facilidades e dificuldades de chegada e saída de um determinado ponto ou lugar, dentro de uma rede de transporte ou área considerada. Para esse autor, “a acessibilidade possui um conceito amplo e complexo, que mede quais destinos e atividades a pessoa consegue atingir e fazer, dentro de suas possibilidades. A acessibilidade é, portanto, uma medida que mostra com mais clareza o grau de equidade no uso da cidade” (MORALES, 2007, p.148). É importante ressaltar que a acessibilidade, a

⁵ Um postura de antecipação deveria ser levada em conta na formulação de diretrizes urbanísticas, tanto para o planejamento da cidade como um todo quanto na abertura de novos loteamentos. De acordo com Guimarães (2004, p.134), “da área loteada das cidades serão destinados, para uso público, no mínimo 35% (incluindo o sistema viário), dos quais 15% serão utilizados exclusivamente para equipamentos comunitários e áreas livres para uso público”.

partir desta concepção, depende diretamente da oferta e da qualidade dos equipamentos e do transporte público; quanto menores a oferta e a qualidade destes serviços, menor é o potencial de acessibilidade à cidade.

Palermo, Portugal e Souza (2005), ao estudarem a desigualdade no acesso à saúde na Região Sul do País, chama atenção para a centralidade dessa categoria. Para os autores, esta noção constitui objetivo de qualquer serviço e apresenta-se como orientador de toda política voltada à assistência à saúde. Ainda, salientam o modo como as categorias acesso e acessibilidade têm sido utilizadas de forma indistinta e argumentam que ambas são complementares. A acessibilidade seria o resultado de um conjunto de fatores de distintas dimensões, e o acesso em termos geográficos apresenta-se como um dos componentes desta categoria, uma vez que relaciona a localização dos equipamentos e serviços aos demandantes das políticas.

De modo geral é possível estabelecer uma primeira dimensão, a acessibilidade em relação à distância geográfica. Trata-se da distância entre o usuário e o serviço público, incluindo a viabilidade e a rapidez do acesso. Verifica-se que cada setor – transporte coletivo, saúde e educação – apresenta especificidade que se relaciona com as dimensões da acessibilidade, ou seja, há um conjunto de fatores relacionados às necessidades dos usuários e à oferta de cada tipo de serviço.

Neste relatório, centramo-nos no primeiro aspecto, a distribuição espacial dos serviços em relação ao local de moradia, buscando apontar a existência ou não dos equipamentos e serviços públicos nos APUs como forma de caracterização da precariedade neste quesito. Tal recorte relaciona-se aos dados disponibilizados pelas prefeituras referentes à distribuição geográfica desses serviços. Entende-se que apenas um trabalho de campo poderia subsidiar uma análise qualitativa sobre o tipo de uso ou de não uso dos equipamentos pela população residente nessas áreas. Para a sistematização dos dados apresenta-se, separadamente, uma breve problematização de cada serviço público, bem como as figuras com a espacialização dessas informações.

2.1.1 Saúde

A análise do acesso à rede de serviços de saúde nessas áreas pesquisadas nos remete à compreensão do modo como a política assistencial à saúde tem se organizado nas últimas décadas no Brasil. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi formulado oficialmente na Constituição de 1988 e instituído no ano de 1990, porém possui trajetória mais longa. Ele reflete os arranjos travados e a luta de interesses entre os diferentes atores nesse processo. Nos estudos sobre o SUS destaca-se a atuação de participantes do Movimento Sanitarista que teriam desempenhado papel decisivo no processo e desenho da reforma do setor por meio da busca de alianças de outros movimentos sociais e parlamentares. O contexto de enfrentamento ao regime militar teria possibilitado o encontro de diferentes atores em defesa

de um projeto balizado pelos princípios da valorização da participação, descentralização e do caráter público das ações em saúde (PAIM, 2009, p.36).

Nesse sentido, uma mudança fundamental incorporada ao SUS refere-se aos destinatários dos serviços de saúde. Desde 1930, início da intervenção estatal na assistência à saúde, até a Constituição Federal de 1988, havia uma segmentação entre aqueles que tinham acesso à assistência à saúde e os que não o tinham. Os vínculos trabalhistas eram os critérios utilizados para delimitar o público-alvo, e todos aqueles que não estavam inseridos no mercado formal de trabalho ou que não tinham a profissão reconhecida pelo governo eram excluídos deste grupo (MENICUCCI *apud* NASCIMENTO, 2009).

A nova política de assistência à saúde passa a ser formulada, desse modo, em um contexto caracterizado pela desigualdade de acesso da população aos serviços médicos. Foi o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 que definiu o caráter universal do direito à saúde.⁶ Os princípios doutrinários e preceitos estipulados pelo SUS são: universalidade - direito à saúde e aos serviços para toda a população; equidade - acesso em igualdade de condições aos diferentes níveis de complexidade (serviços disponíveis) do sistema; e integralidade - oferta de ações preventivas e curativas, ações básicas, de média e alta complexidades.

Entre as características quanto à forma de organização, destaca-se a participação popular na gestão e no controle do sistema, implicando a formação dos Conselhos de Saúde e a descentralização entre níveis de governo na administração. Este processo de descentralização gerou a responsabilidade, para as gestões municipais, da chamada Atenção Básica. Segundo Bodstein (2002), esta “municipalização” na gestão da rede de serviços da saúde colabora para a configuração das distintas realidades locais, vinculando-se aos modos como cada administração municipal apropria-se e relaciona-se com o SUS. No momento em que a esfera municipal passa a ser o principal agente na gestão da rede de serviços básicos de saúde, o cenário da grande diversidade entre os municípios, caracterizados pela desigualdades sociais, regionais e intrarregionais, intensifica-se no que se refere aos serviços ofertados. Cabe destacar, entre as mudanças geradas a partir da implementação do SUS, o que segue:

A partir desses princípios e diretrizes, há uma criação de serviços de saúde em áreas onde antes eram inexistentes ou escassos. Também estimula a formação e seleção de agentes estatais e reconhece o direito ao acesso à saúde a outros antes excluídos. Certamente trata-se de uma ampliação relativa e limitada, uma vez que, segundo analistas, a dotação orçamentária não corresponde ao necessário para sua operacionalização. Contudo, configura-se outro contexto social, o qual possibilita, inclusive, ações de reivindicações de direito por parte daqueles que se sentem mobilizados por exigir do Estado o seu cumprimento (PAIM, 2009, p.38).

⁶ “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 1988).

O contexto da desigualdade no acesso à saúde é tematizado por Travassos, Oliveira e Viacaval (2006), os quais, ao tratarem do princípio da equidade previsto no SUS, distinguem a desigualdade em saúde da desigualdade no uso ou no consumo de serviços de saúde. Para eles, as desigualdades em saúde são reflexo das desigualdades sociais e têm como critério a renda *per capita* da população. Em pesquisas anteriores utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, os autores observaram, por exemplo, que a taxa de morbidade no Brasil para a população urbana tendeu a aumentar inversamente à renda familiar *per capita*. Também ao tratar da desigualdade no uso dos serviços de saúde encontraram o mesmo padrão de distinção, o que ela denominou de uma relação perversa. Os grupos de menor renda adoeciam mais, porém utilizavam menos os serviços públicos de saúde. Para os autores estas desigualdades no uso desses serviços são fruto do caráter seletivo da estrutura do sistema de saúde.

Outro aspecto salientado por Travassos (1997) refere-se às condições precárias de moradia e alimentação, as quais, segundo ela, seriam determinantes para experiências de uma vida menos sadia. Ao tratar da acessibilidade aos serviços de saúde deve-se levar em conta que para a promoção e prevenção da saúde e controle de doenças as ações de saneamento básico são fundamentais. Conforme material do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007a), a presença de uma rede de abastecimento de água, serviços de coleta de lixo e esgotamento sanitário são aspectos centrais para a promoção da saúde e prevenção de doenças cuja transmissão é vinculada à falta de infraestrutura de moradia adequada.

As desigualdades em saúde e no acesso aos serviços do setor embasaram inúmeras reflexões na elaboração e implementação não apenas do SUS, mas especialmente do Programa de Agentes Comunitários (PAC) e do Programa Saúde da Família (PSF), implementados em 1991 e 1994, respectivamente. Estes programas incorporaram, em sua formulação, os princípios da universalidade, equidade e integralidade para operacionalizar a organização da atenção básica. O PSF ganha destaque neste texto, uma vez que é considerado o instrumento para organizar as ações básicas em saúde, caracterizando-se como a “porta de entrada” ao sistema de saúde público. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007a), deve ser o primeiro recurso a ser procurado quando há uma necessidade/problema de saúde; ou seja, para qualquer necessidade, seja um atendimento médico, exame, internamento, entre outros, a pessoa deve passar pela unidade de saúde. Assim, deve ser de fácil acesso e disponível e, neste sentido, a espacialização das unidades de saúde nas APUs é importante para a análise da acessibilidade a este serviço.

A equidade em saúde, segundo Nascimento (2009), explicita o pressuposto de que no interior da universalidade a assistência à saúde deve atentar para as desigualdades. Este ideário é claro na formulação do PAC, o qual, operando inicialmente nos estados nordestinos, visava ampliar a cobertura do sistema público às populações de periferias urbanas e às populações rurais, focado sobretudo na população materno-infantil. A implantação do PSF, em 1994, configura-se como uma estratégia política que visou à mudança do modelo de assistência à saúde, estabelecendo uma reestruturação nos níveis de atendimento. Ambos os programas vinculam a população a uma equipe básica de saúde.

No caso do PSF, além dos agentes comunitários de saúde previstos no PAC há a incorporação de um médico generalista, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários. Cabe a esta equipe realizar diagnóstico, identificar necessidades e organizar a demanda a partir da população do território estabelecido, das famílias e dos domicílios, realizando assistência integral e atividades de orientação e de promoção da saúde (BRASIL, 2007a).

De acordo com Souza (2007, p.44), a estratégia do PSF “abandona a área delimitada pelos muros dos serviços de saúde, enraizando-se na vida social a partir do espaço/domicílio de cada família”. Visitas domiciliares são previstas entre as atribuições das equipes e, neste sentido, e utilizando a linguagem dos atores da saúde, além de “porta de entrada” o PSF pode se constituir como um serviço que vai até a casa da população. Entre as inovações desta política destaca-se a identificação e delimitação de um território de abrangência. Ao se buscar as diretrizes sobre o raio de ação ou, ainda, a área de abrangência deste equipamento público, verificou-se que o território de abrangência não é delimitado por uma distância geográfica. Se por um lado, entre os princípios orientadores do PSF, destaca-se a busca da ampliação do acesso por meio da localização das unidades de saúde em áreas próximas ao local de moradia das pessoas, a organização do trabalho das equipes PSF e sua abrangência diz respeito ao número de famílias a compor o território-área. A definição desse território, conforme documento do Ministério da Saúde, deve “levar em consideração tanto aspectos geográficos que limitem ou facilitem o acesso à unidade de saúde (presença de morros, rios), como também aspectos sociodemográficos (tamanho da população, perfil socioeconômico), de transporte da população (ruas, estradas, linhas de ônibus) e epidemiológicos (áreas de maior ou menor risco sanitário)” (BRASIL, 2007a).

A portaria 648 recomenda que cada Equipe de Saúde da Família (ESF) atenda de 600 a 1.000 famílias, correspondentes a 2.400 a 4.500 habitantes. Já a recomendação de acompanhamento para cada agente comunitário de saúde é em torno de 200 a 250 famílias, responsabilizando-se por uma região onde residem de 440 a 750 pessoas, dependendo da densidade populacional e da facilidade de acesso à Unidade de Saúde.

A fim de disseminar essa política entre os municípios brasileiros, o governo estabeleceu incentivos financeiros para que as gestões adotem o PSF. Mesmo assim, ainda há custos que podem ser limitadores em relação à adesão. É comum, entre os municípios e no interior destes, a desigual adesão ao programa.

Conforme material divulgado pelo Ministério da Saúde, além da acessibilidade geográfica aos serviços de saúde deve-se levar em conta um segundo aspecto, o denominado *acesso sócio-organizacional*. Esta dimensão refere-se à organização da oferta dos serviços: o horário de funcionamento, o tempo e a forma de marcação de consultas, a presença de filas, a oferta de cobertura após o horário de funcionamento, entre outros. (BRASIL, 2007a, p.39). Aliam-se às questões organizacionais os aspectos referentes à percepção de saúde do usuário e à confiança nos serviços prestados. Enquanto a percepção sobre saúde influencia a relação entre necessidade e demanda pelos serviços, a confiança no serviço pode colaborar para que o usuário busque atendimento em outro local

que não o mais próximo de sua moradia. Além dessas dimensões, Palermo, Portugal e Souza (2005) destacam a acessibilidade econômica, incluindo os gastos com transporte, consumo de tempo e faltas ao trabalho como elementos que influenciam no uso dos serviços da rede de saúde.

Ao se buscarem estudos sobre acesso aos serviços de saúde e políticas de saúde, verifica-se, conforme apontaram Bousquat, Cohn e Elias (2006), a ausência de análises que incorporem a abordagem espacial. De modo geral, as análises associam o padrão de desigualdade social existente no Brasil a uma desigualdade no acesso aos bens e serviços de saúde. Contudo, a inclusão “do espaço como categoria de análise vem se apresentando como uma rica possibilidade teórico-metodológica, capaz de fornecer subsídios para se desvendar as lógicas aí existentes” (BOUSQUAT; COHN; ELIAS, 2006, p.2). Tal análise pode colaborar para os intensos debates em torno do caráter do PSF, nos quais se discute se o programa é de fato uma política de cunho inclusivo, instalando-se em regiões precárias quanto às condições de infraestrutura urbana, de ausência de equipamentos e serviços públicos, caracterizando a vulnerabilidade social dos moradores.

Explorar a existência do PAC ou do PSF nos Assentamentos Precários Urbanos possibilita uma melhor qualificação do tipo de assistência à saúde ao qual esses moradores têm acesso. Apresentamos a seguir informações sobre o número de equipes do PSF e de agentes comunitários e a respectiva cobertura populacional em termos do total da população. Obteve-se o dado georreferenciado do PSF apenas no caso de Curitiba; nos municípios de Campina Grande do Sul, Campo Magro, Pinhais e São José dos Pinhais elaborou-se o georreferenciamento a partir dos dados municipais disponibilizados e da base de dados do Ministério da Saúde. Já no caso de Campo Largo não foi possível realizar a distribuição espacial das Unidades de Saúde com PSF.

No quadro 4, bem como nas figuras, a seguir, apresenta-se a distribuição espacial das Unidades de Saúde nos municípios pesquisados. Tem-se uma visualização geral do local dessas Unidades, da abrangência⁷ em relação à cidade como um todo, bem como da distribuição espacial das Unidades com equipes do PSF.

⁷ Uma vez que o sistema de saúde planeja a oferta dos serviços a partir da densidade populacional, adotou-se como parâmetro o raio de abrangência de 2.000 metros, conforme sugerido pelo estudo de Romanini (2007).

QUADRO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, SOBRE A ABRANGÊNCIA ESPACIAL DESTAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC INTEGRADA

CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIOS					
	Campina Grande do Sul	Campo Largo	Campo Magro	Curitiba	Pinhais	São José dos Pinhais
População	36.644	110.796	23.328	1.828.092	116.984	272.530
Equipes de Saúde da Família	6	15	6	175	2	17
Cobertura Populacional (n de ESFx3.500)	20.700 (56,49%)	51.750 (46,71%)	20.700(88,73%)	603.750 (33,03%)	6.900 (5,90%)	58.650 (21,52%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	40	80	37	551	29	154
Cobertura Populacional (n de ACSx575)	23.000 (62,77%)	46.000 (41,52%)	21.275 (91,20%)	580.750 (31,77%)	16.675 (14,25%)	88.550 (32,49%)
Equipes de Saúde Bucal	6	12	3	147		
Cobertura Populacional	36.644 (100%)	82.800 (74,7%)	20.700 (88,7%)	1.014.300 (55,5%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	9.183	28.311	3.874	595.353	34.551	68.743
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	7.237	9.915	528	522.478	19.793	38.242
Unidade de Saúde	5	19	4	112	10	24
Urgências Médicas ou Unidade de Saúde 24 horas	1	9	-	1
Especializada (Centro de Especialidades, Mãe Curitiba, Centro de Orientação e Aconselhamento Odontológico) ou Centro de Especialidades ou/e Unidade de Saúde - Atenção Integral à Mulher	11	2	2
Centro de Atenção Psicossocial (álcool e outras drogas, transtorno mental e infantil)	12	1	1
Hospital Geral	1	1	7
Hospital Psiquiátrico	1	
Clínica Odontológica ou Especialidade Odontológica	5	1
Laboratório de Análises Clínicas	1	5	...
Centro Social Rural	1	-	-	-	-	-
Assentamentos Precários	13	89	10	341	39	91
Com Unidades de Saúde	0	1	0	4	0	2
Coberto pelo raio de abrangência da US	13	75	9	327	35	63
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	0	2	1	4	2	9
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência da US	0	11	0	6	2	17

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. Nº 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para a equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

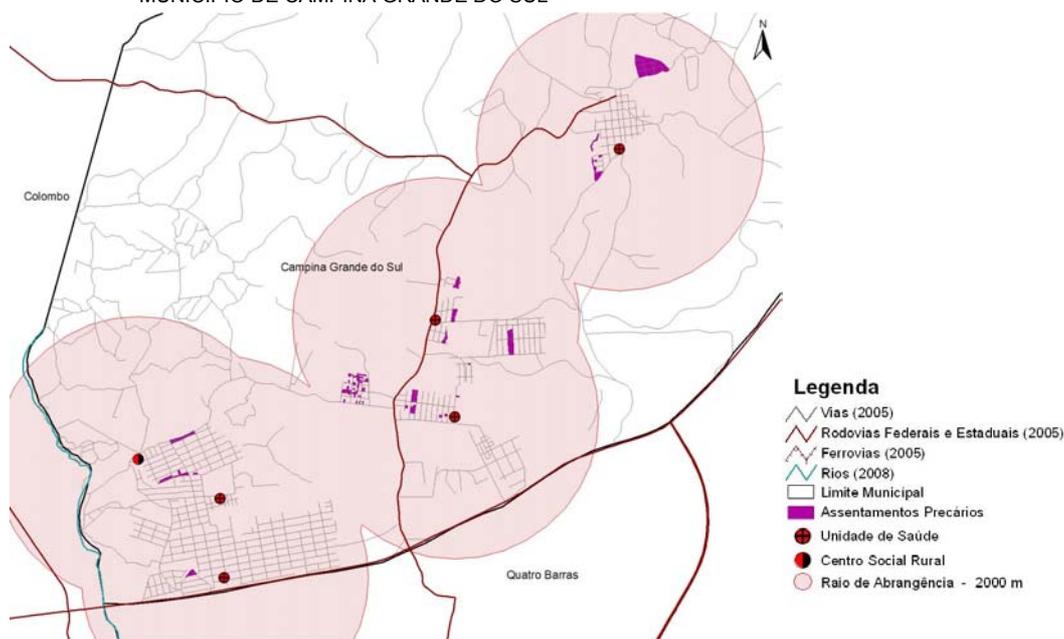
Os dados municipais são de: Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Sinais convencionais utilizados:

... Dado não disponível.

.. Não se aplica dado número.

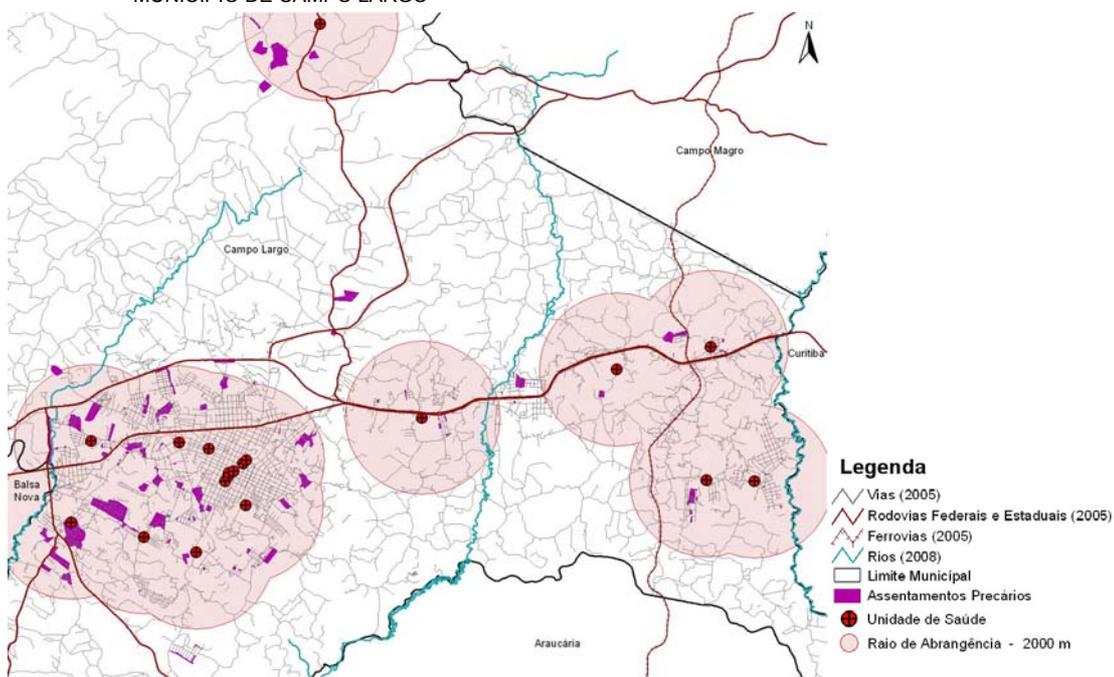
FIGURA 10 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo - Campina Grande do Sul - 2003

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

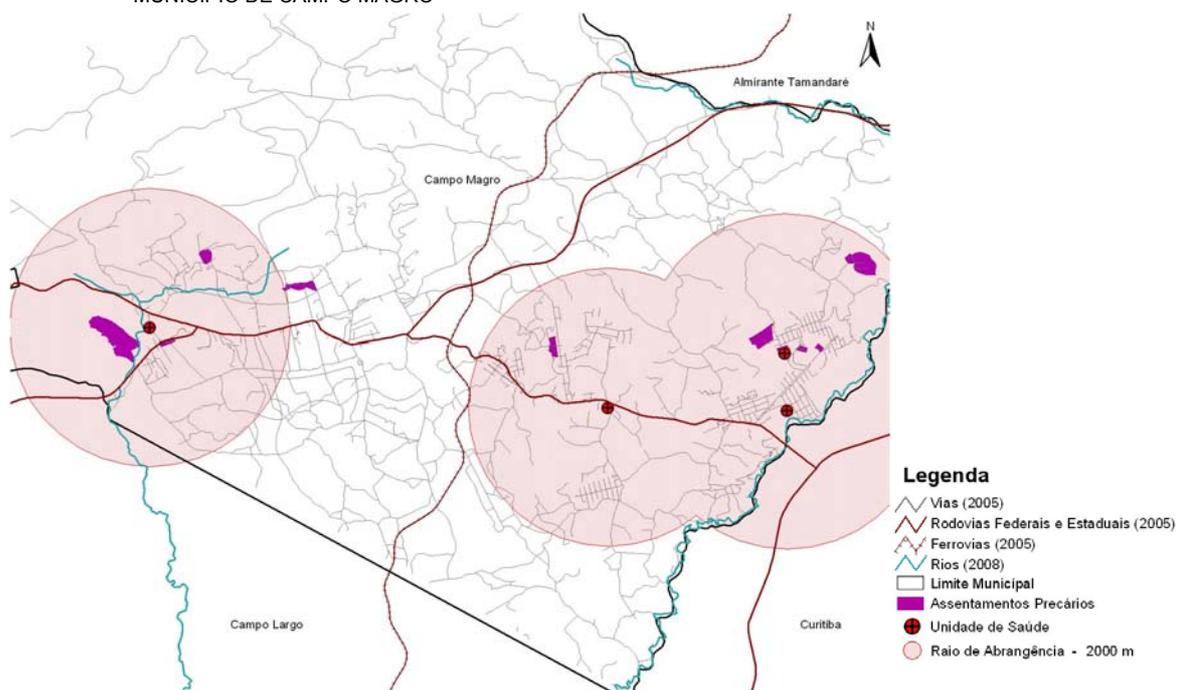
FIGURA 11 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais - Campo Largo - 2007

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

FIGURA 12 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

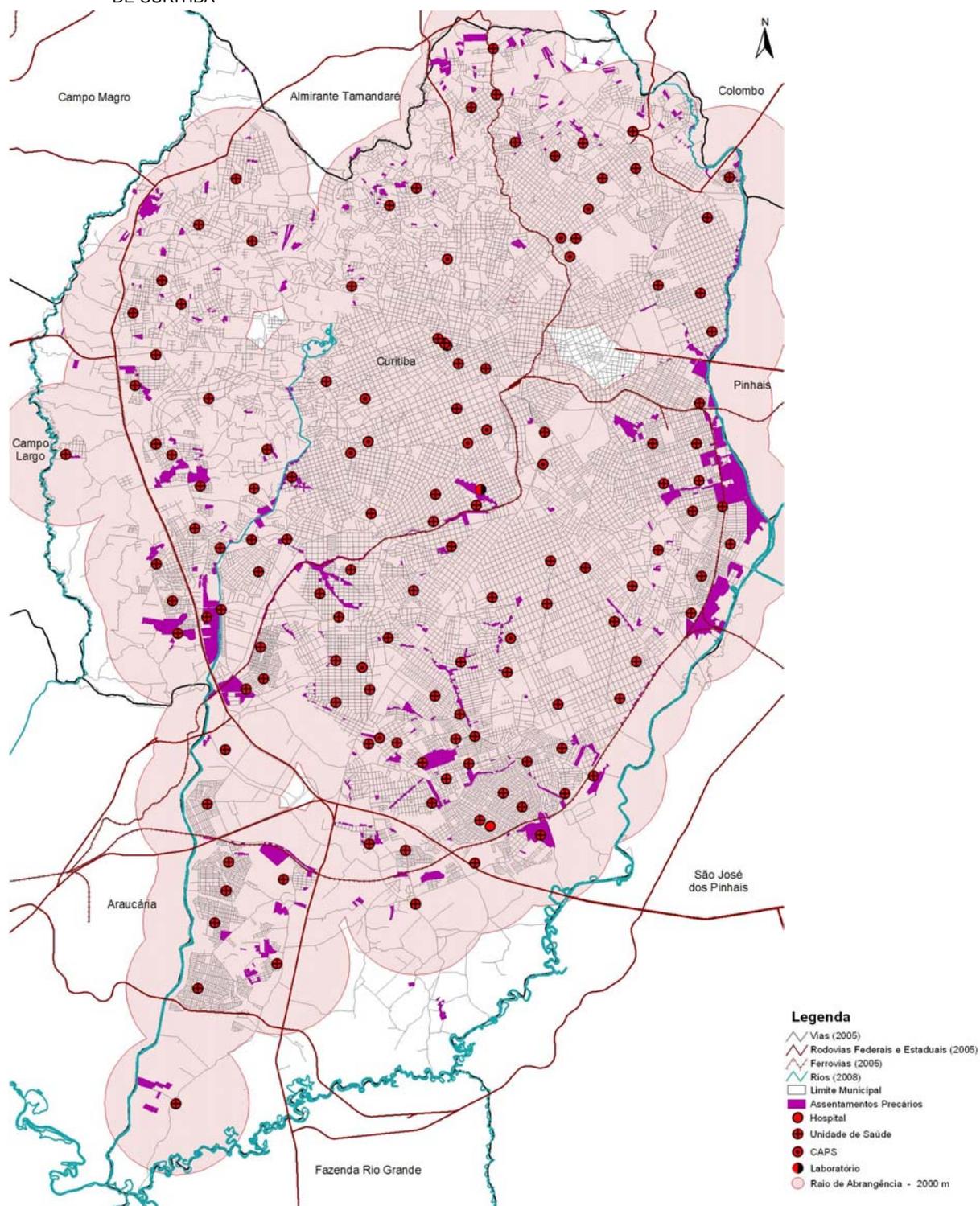


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Campo Magro - 2007

NOTAS: Base Cartográfica – SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 13 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

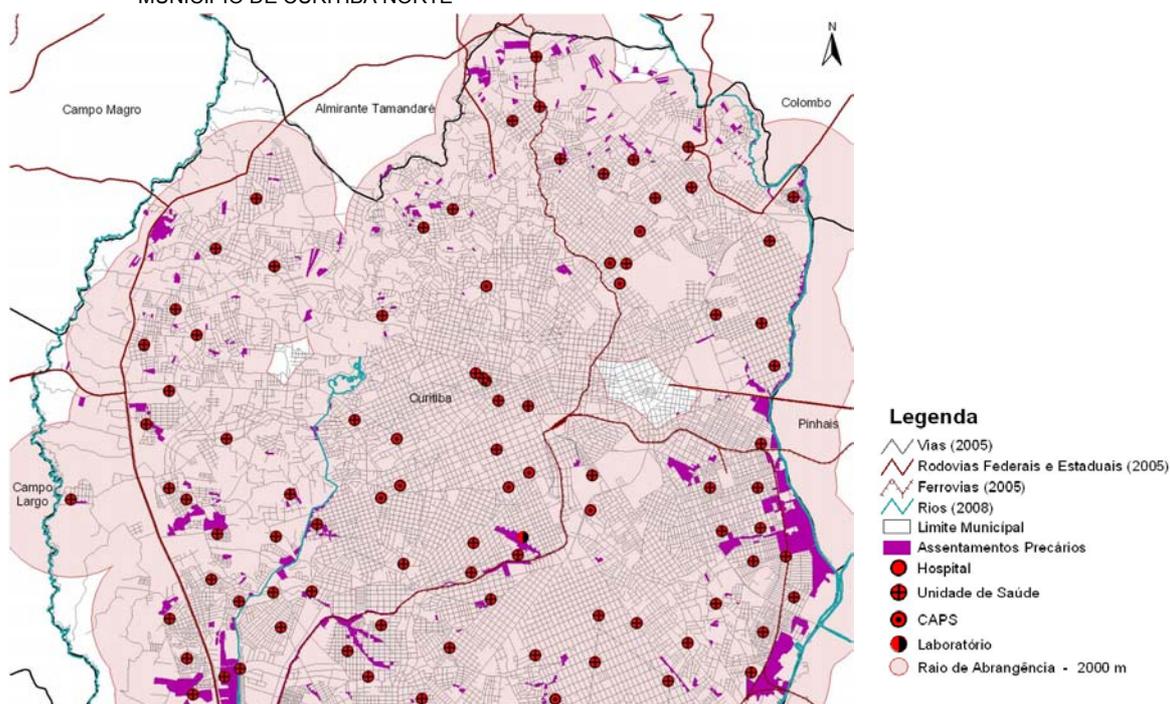


FONTES: COMEC 2005 E IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 14 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NORTE

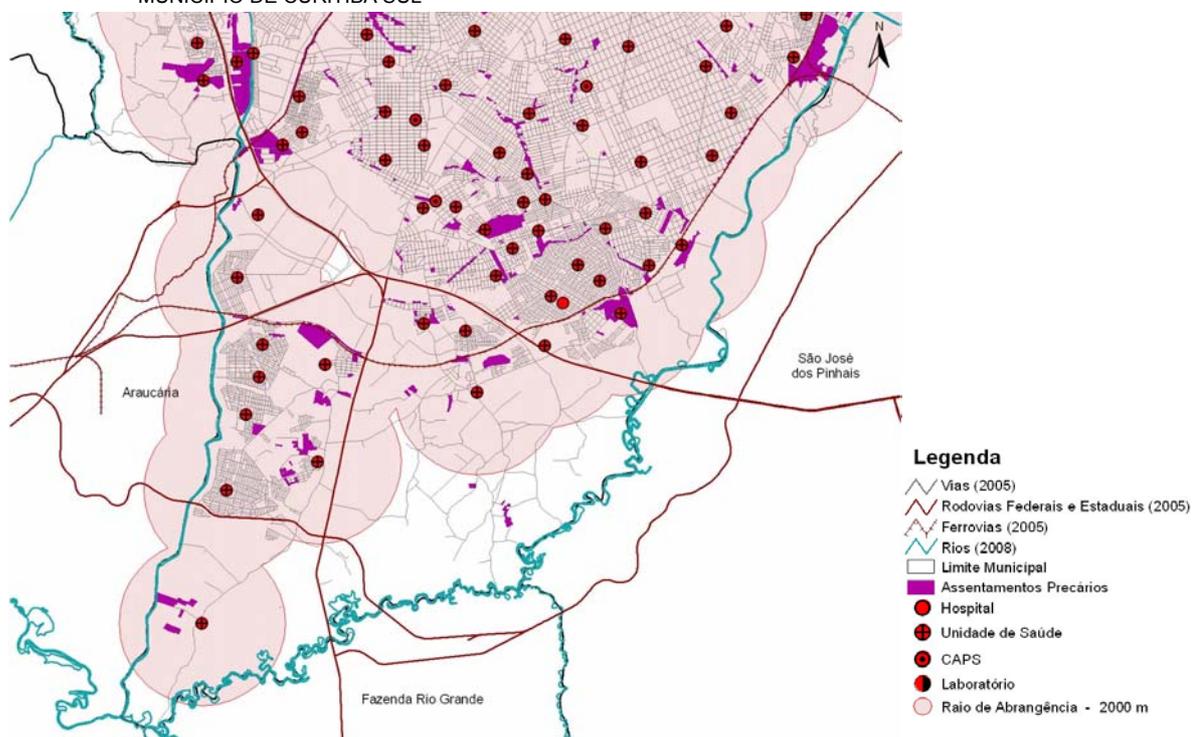


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 15 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUL

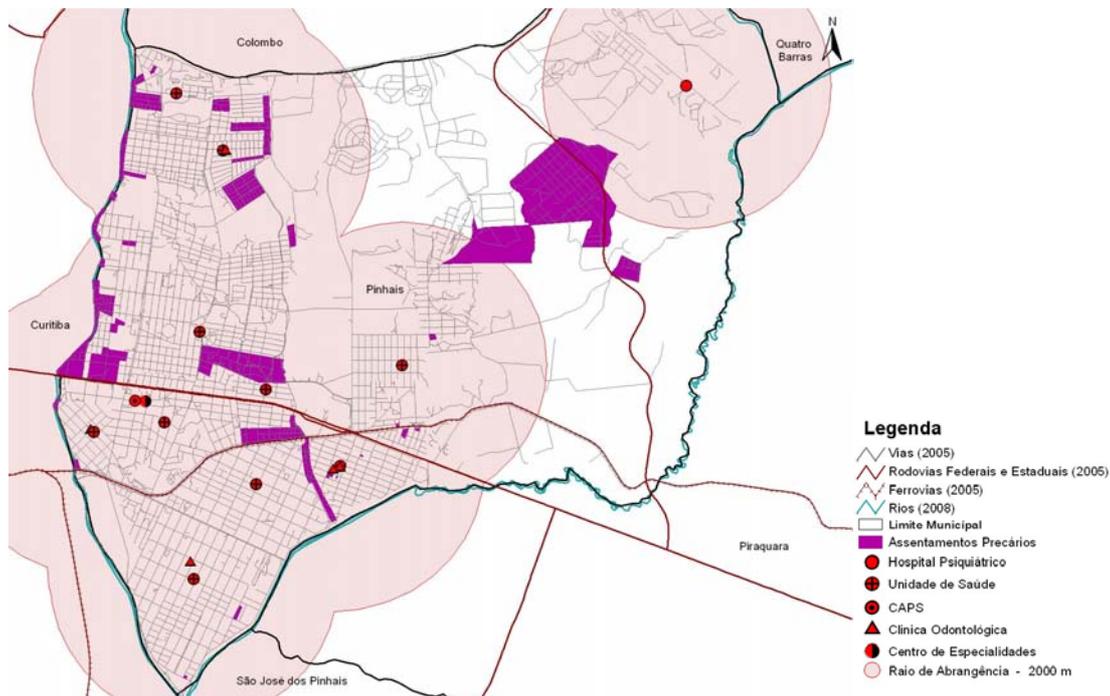


FONTES: COMEC 2005 E IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 16 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

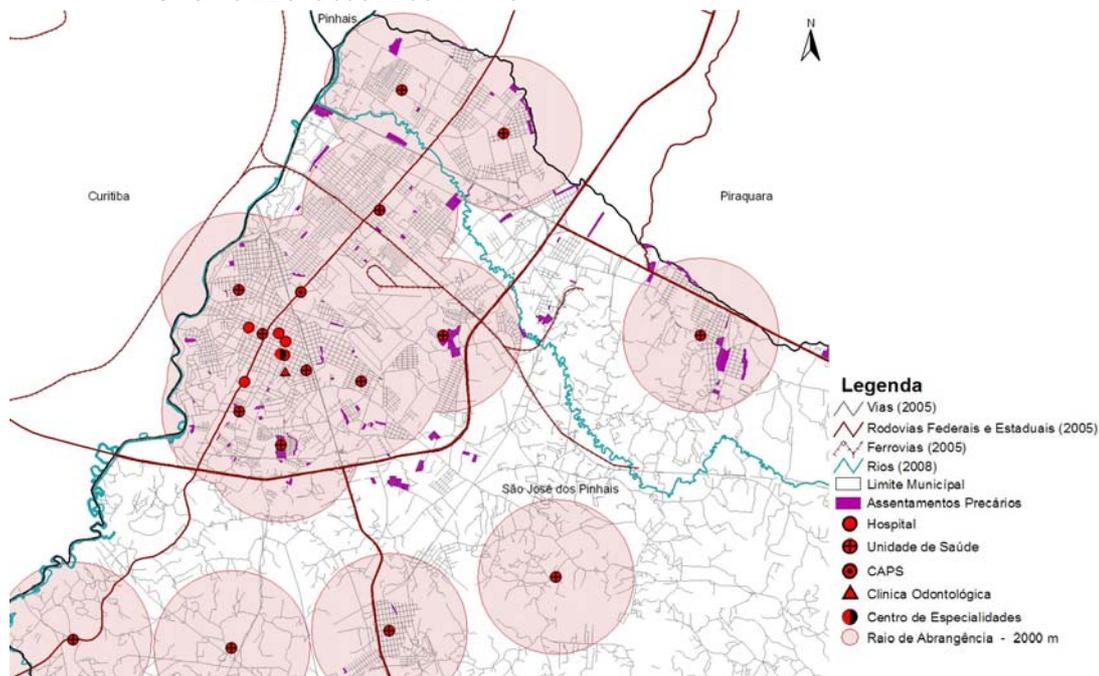


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica – SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 17 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação - São José dos Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) configuram-se como a “porta de entrada” para o sistema de saúde. A noção de acesso rápido e fácil relativiza-se no caso dos serviços da saúde. Diferentemente dos equipamentos da educação, em que o aluno os frequenta diariamente, a busca por atendimento médico se dá de modo mais esporádico. Neste caso, além da proximidade quanto à distância física, a acessibilidade à unidade de saúde depende de meios de transporte eficazes para garantir o uso do serviço, uma vez que o raio de abrangência não leva em conta o deslocamento a pé por parte do usuário.

Ao se adotar a distância de 2.000 metros da Unidade de Saúde como raio de abrangência, observa-se que quase a totalidade dos APUs estão cobertos por este serviço. Dos 583 APUs em análise, cerca de 36 estão totalmente fora da área de abrangência e 18 encontram-se parcialmente cobertos. Destaca-se a presença de Unidades de Saúde no interior de APUs em Curitiba (4), Campo Largo (1) e São José dos Pinhais (2), ou seja, nestes assentamentos a população possui próximo as suas residências o acesso ao sistema de saúde.

Nos municípios com menor população – Campo Magro, Campina Grande do Sul e Campo Largo – verificou-se apenas a oferta dos serviços de Saúde Básica, com a presença das UBSs. Neste caso, os pacientes que precisarem de um serviço especializado ou de internação hospitalar terão que buscar atendimento em município vizinho, geralmente na capital, Curitiba. Mas, também têm-se hospitais como o Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, o qual também é procurado por moradores de outras cidades.

Os seis municípios em que foram obtidos dados deste setor adotaram os programas PSF e PAC. A partir do quadro 4 é possível comprovar o que se afirmou anteriormente como desigualdades quanto à adesão. Campina Grande do Sul, Campo Magro e Campo Largo possuem entre 40% e 90% de cobertura populacional por estes programas; por outro lado, São José dos Pinhais, Curitiba e Pinhais apresentam as menores taxas de cobertura. Entre esses municípios, destaca-se o caso de Pinhais com a menor adesão ao PSF, atuando com apenas duas equipes.

Ao se observar a localização dessas equipes nas figuras, verifica-se que essas estão instaladas nas Unidades de Saúde mais distantes da área em que se concentra o maior número de APUs, ou seja, em Pinhais estes assentamentos estão privados deste tipo de serviço. Por outro lado, a distribuição espacial do PSF em Curitiba se dá às margens do município. As equipes concentram-se nas áreas leste e sul da capital, nas divisas com Pinhais, São José dos Pinhais e Araucária, áreas que comportam o maior número de moradores em APUs.

Uma das implicações da existência do PSF em uma unidade de saúde próximo a um assentamento precário diz respeito à maior possibilidade de acesso aos serviços de saúde. Entre as concepções deste programa está a vinculação dos funcionários à população, realizando visitas domiciliares mensais para as famílias que compõem o território de abrangência da equipe.

Ao delimitar o acesso geográfico (raio de abrangência) para a caracterização da acessibilidade aos serviços de saúde nos APUs, verifica-se, de modo geral, a oferta deste

serviço aos moradores. É possível afirmar que existem unidades de saúde numa distância considerada adequada para que os moradores dos assentamentos sejam atendidos. No entanto, apenas a existência da unidade não garante a acessibilidade. A acessibilidade sócio-organizacional e econômica, tal como problematizada anteriormente, põe em relevo outras variáveis para melhor qualificação sobre o uso efetivo deste serviço. Questões como horário e capacidade de atendimento, existência de filas, percepção dos moradores sobre a qualidade do serviço, gastos com transporte, entre outras, colaboram para a efetivação do acesso ao serviço de saúde.

2.1.2 Educação

Hoje praticamente não há país que não garanta, em seus textos, o acesso dos cidadãos à educação básica. Não são poucos os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhecem e asseguram o acesso a esse serviço aos cidadãos. A educação é um direito fundamental do homem, de acordo com o art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Do mesmo assunto ocupam-se a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, em seu artigo 13. A educação escolar é considerada uma dimensão fundante da cidadania e facilitadora no processo de participação nos espaços sociais e políticos. O vínculo do direito à educação escolar com a democracia tem a legislação como suporte (CURY, 2002).

No entanto, a realização do acesso universal à educação básica muitas vezes entra em choque com as condições sociais adversas presentes em nosso país. No Brasil, a Constituição de 1988 garantiu, em termos legais, para todos os “cidadãos”, igualdade de acesso à escola. Não se trata de dizer que a efetivação deste direito ocorre de modo geral e, muito menos, de entrar no debate sobre a qualidade das condições da educação básica ofertada no País, mas apenas de pontuar o reconhecimento deste acesso como um direito previsto.

Para garantir o acesso à educação básica e a implantação de unidades escolares, o planejamento urbano precisa levar em conta a demanda populacional existente nos diversos locais da cidade. No livro *Planejamento Urbano*, Paulo Roberto Dias Morales define alguns parâmetros para a necessidade de equipamentos sociais relacionados com o tamanho da população. Segundo o autor, “entende-se por equipamentos urbanos tudo o que a comunidade necessita para desenvolver suas atividades de ensino, cultura, lazer, saúde, comunicação, saneamento, entre outros” (MORALES, 2007, p.24).

O número de pessoas (densidade populacional) é um fator que influi na implantação e distribuição espacial de uma escola e em sua capacidade de atendimento. A

partir de uma classificação em quatro níveis de unidades territoriais, Morales (2007) propõe que em uma unidade residencial (1.000 a 3.000 habitantes) é necessária a implantação de uma pré-escola; uma unidade de vizinhança (3.001 a 15.000 habitantes) demanda uma escola de ensino fundamental; enquanto a escola de ensino médio só se faz necessária no setor ou bairro (15.001 a 60.000 habitantes).⁸ Em termos gerais, a quantificação abstrata da demanda por escolas seria o primeiro passo para dar conta do direito à educação.

A partir da quantificação, tem-se a discussão da distribuição dos equipamentos, levando em conta a *acessibilidade geográfica*. A acessibilidade geográfica apresenta a distância média entre o indivíduo e o serviço. A preocupação em ter escolas disponíveis é indiscutível, uma vez que cabe ao Estado garantir condições para que o direito à educação básica se concretize (quadro 5). Essa disponibilidade também se refere à disposição geográfica, que pode afetar de modo determinante a interação entre a necessidade de estudar, a matrícula efetiva e a frequência à escola. Uma das primeiras ferramentas para facilitar o acesso é a oferta de unidades escolares o mais próximo possível das residências, uma vez que a distância pode exigir um grande esforço por parte dos estudantes para manterem a frequência às aulas. Assim, quanto menor a distância a percorrer, ou quanto mais fácil for este acesso, maior será, provavelmente, a interação entre a necessidade e o uso do serviço. Contudo, é preciso considerar que as barreiras representadas pela distância têm impacto diferenciado conforme o nível de ensino. No caso da educação, as distâncias podem ser minimizadas pela concessão de transporte escolar.

Ao se centrar na questão da acessibilidade dos usuários ao serviço de educação, outras variáveis influenciam para sua efetivação, entre elas a percepção dos usuários quanto à qualidade e bem-estar no ambiente escolar. Trata-se de uma espécie de acessibilidade sócio-organizacional tal como apresentada anteriormente para os serviços da saúde. No caso da educação, esta dimensão refere-se às representações dos usuários quanto à escola, à relação de confiança junto à instituição escolar, às relações entre o usuário e demais alunos e com o corpo docente, entre outras especificidades do ambiente escolar. É por meio da acessibilidade sócio-organizacional que se poderia avaliar o que faz o aluno permanecer em uma escola, ou buscar outra, ainda que mais distante de sua residência.

⁸ O autor apresenta quatro denominações relacionadas ao escalonamento urbano, o que resulta em uma distribuição mais uniforme dos equipamentos urbanos: 1) **Centro Metropolitano ou Cidade**: conjunto urbano com equipamentos necessários ao atendimento municipal e regional; 2) **Setores ou Regiões Administrativas**: são as unidades territoriais que compõem a cidade, nas quais existem os equipamentos necessários ao atendimento de comunidades de 15 mil a 60 mil habitantes; 3) **Unidades de Vizinhança ou Bairro**: são as unidades territoriais que compõem os setores, nas quais se localizam os equipamentos necessários ao atendimento de comunidades de 3 mil a 15 mil habitantes; 4) **Unidades Residenciais**: são as unidades territoriais que compõem os bairros com os equipamentos necessários ao atendimento de comunidades com até 3 mil habitantes, correspondendo a uma área circular de, aproximadamente, 200 metros de raio e 12,56 hectares (MORALES, 2007, p.23).

Através das figuras dos municípios aqui apresentadas, pretende-se visualizar a existência/oferta ou não de escolas nos assentamentos precários indicados. Nesta análise espacial da distribuição das escolas, pretende-se ter uma visão da precariedade dos assentamentos quanto à cobertura dos serviços da rede de educação.

As figuras apresentadas a seguir mostram a distância de cobertura das escolas. Moretti (1997) afirma: “quanto à localização das escolas, os técnicos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) indicam uma localização preferencial que possibilite o acesso a pé em não mais que 15 minutos, correspondendo a um raio de atendimento de aproximadamente 800 metros”. Para Guimarães (2004, p.238), o dimensionamento dos equipamentos de ensino é calculado em função da população em idade estudantil de 7 a 17 anos (de 25% a 36% da população brasileira) e com o seguinte índice de metro quadrado de construção por aluno: ensino fundamental (1º Grau): 0,864 m² por população e um raio de 800 m das unidades residenciais; e ensino médio (2º Grau): 0,182 m² por população e um raio de 1.600 m das residências. Adotou-se o padrão de 800 metros para a área de abrangência.⁹

⁹ Segundo Campos Filho (1999, p.19), de modo geral é possível afirmar que a proximidade desses equipamentos em relação à moradia é desejável, de modo a permitir que a criança com idade suficiente possa andar a pé sozinha, em poucos minutos e com segurança, de sua casa até a escola. Nos planos de bairros populares, muitas vezes 800 metros têm sido a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até o comércio, serviço ou equipamentos sociais. Esta distância não é definida tecnicamente. Trata-se de uma definição dependente de uma opção por se andar a pé maiores ou menores distâncias.

QUADRO 5 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, SOBRE A ABRANGÊNCIA ESPACIAL DESTAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC INTEGRADA - 2003/2009

CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIOS SELECIONADOS						
	Almirante Tamandaré	Campina Grande do Sul	Campo Largo	Campo Magro	Curitiba	Pinhais	São José dos Pinhais
População Total ⁽¹⁾	93.055	35.396	105.492	22.325	1.797.508	112.038	263.622
Menores de 1 ano	1.578	488	1.345	327	21.112	1.705	4.127
De 1 a 4 anos	6.654	2.278	5.768	1.337	90.601	6.816	17.600
De 5 a 9 anos	9.600	3.551	8.945	2.129	127.551	10.088	23.624
De 10 a 14 anos	10.010	3.744	9.721	2.290	146.240	10.410	24.816
Colégio ou Escola Estadual	17	6	...	3		13	26
Escola Municipal	27	8	...	5	172	30	67
Escolas Municipais e Estaduais de Segundo Grau	21		
Escolas Municipais e Estaduais de Primeiro Grau	10		
Centro Municipal de Educação Infantil ou Creches	16	8	...	2	168	15	33
Escola Municipal de Educação Especial ou Centro Municipal de Atendimento Especializado	...	1	2	...	3	1	15
Escola Rural	17
Ocupações Irregulares	23	13	89	10	341	39	91
Com escolas dentro de seus limites	1	0	3	0	13	3	4
Coberta pelo raio de abrangência da escola	16	11	50	5	260	28	62
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	4	0	17	0	35	3	10
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência da escola	2	2	19	5	33	5	15

FONTES: IBGE, Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

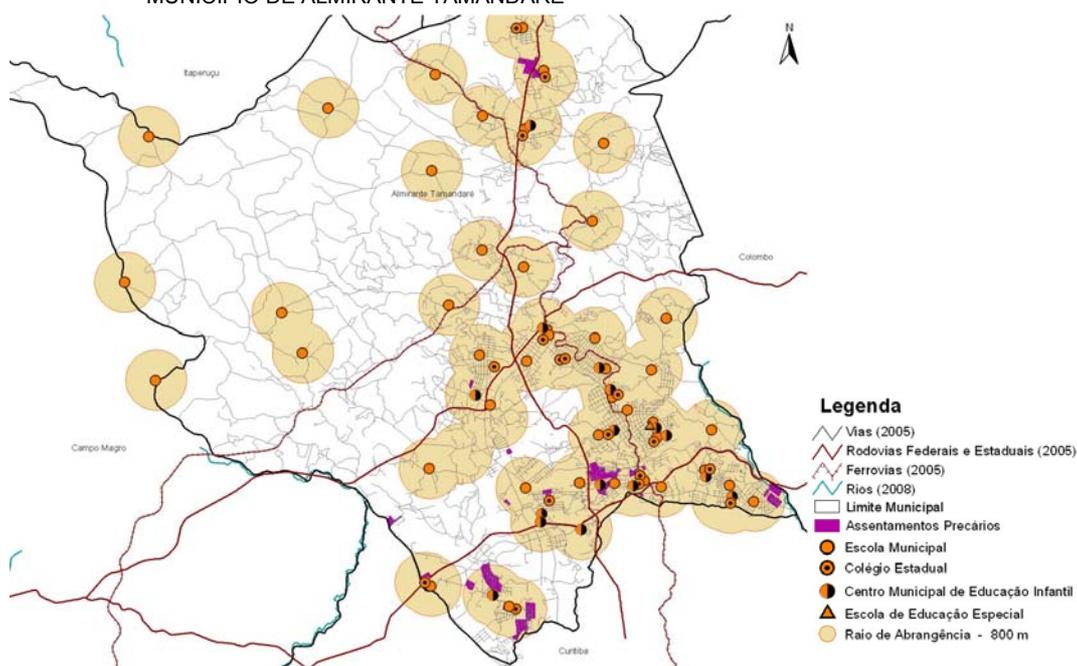
Os dados municipais são de: Almirante Tamandaré - 2005 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Campo Magro - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Contagem Populacional do IBGE, 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e, nesses casos, foi considerada a estimativa do Instituto (IBGE) para a mesma data.

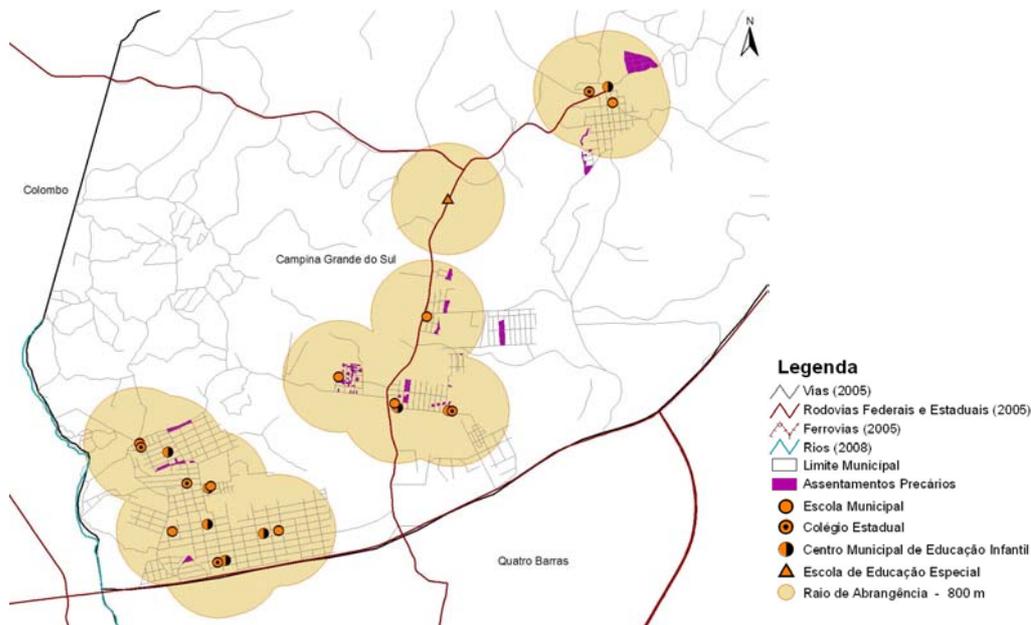
FIGURA 18 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ



FONTES: COMEC e Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento – Diretoria de Urbanismo - Campina Grande do Sul - 2003

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

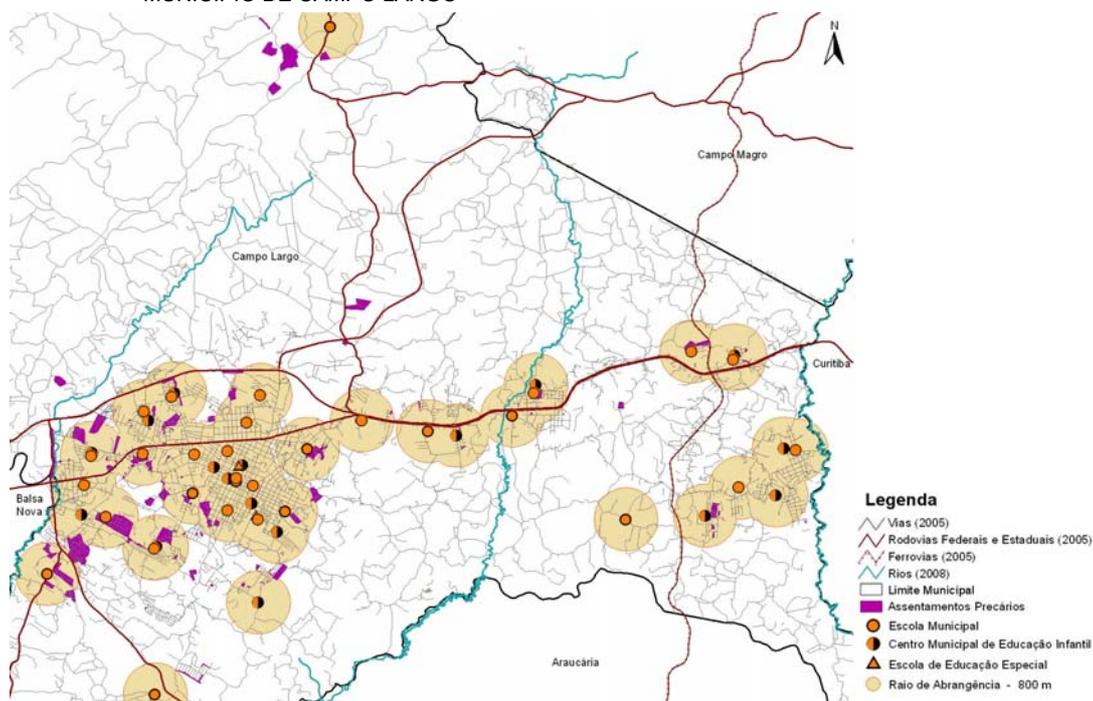
FIGURA 19 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Administração, Finanças E Planejamento - Diretoria de Urbanismo - Campina Grande do Sul - 2003

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

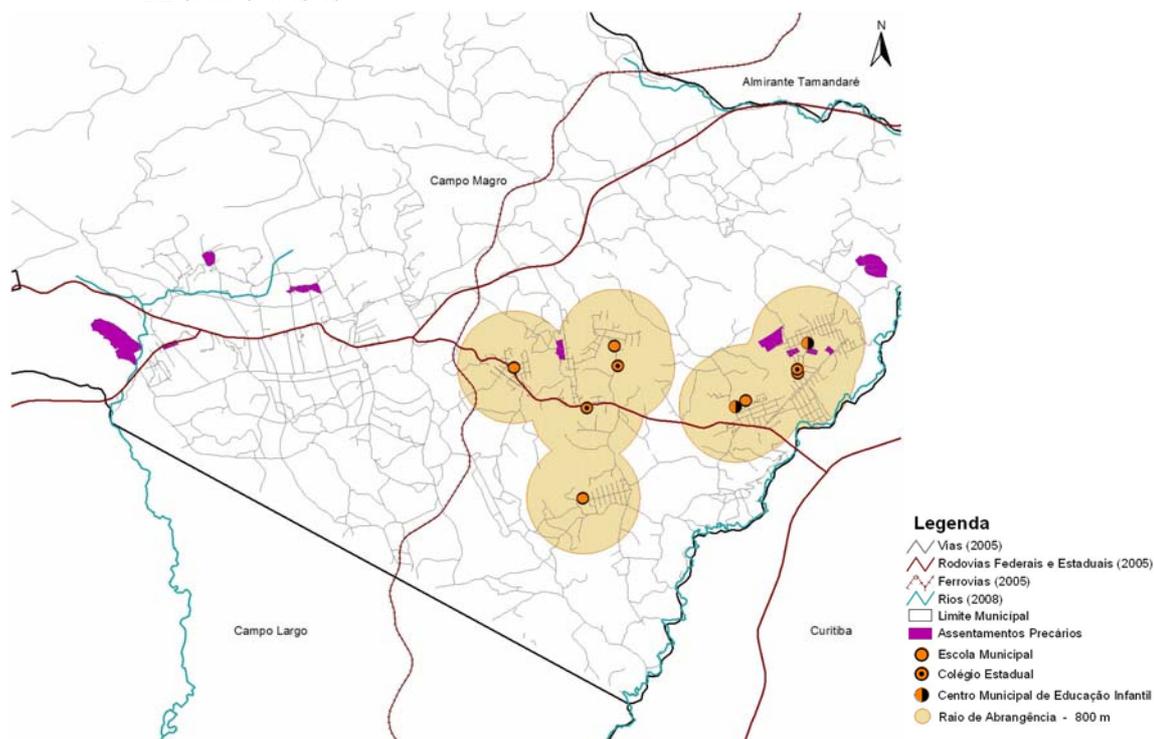
FIGURA 20 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais - Campo Largo - 2007

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

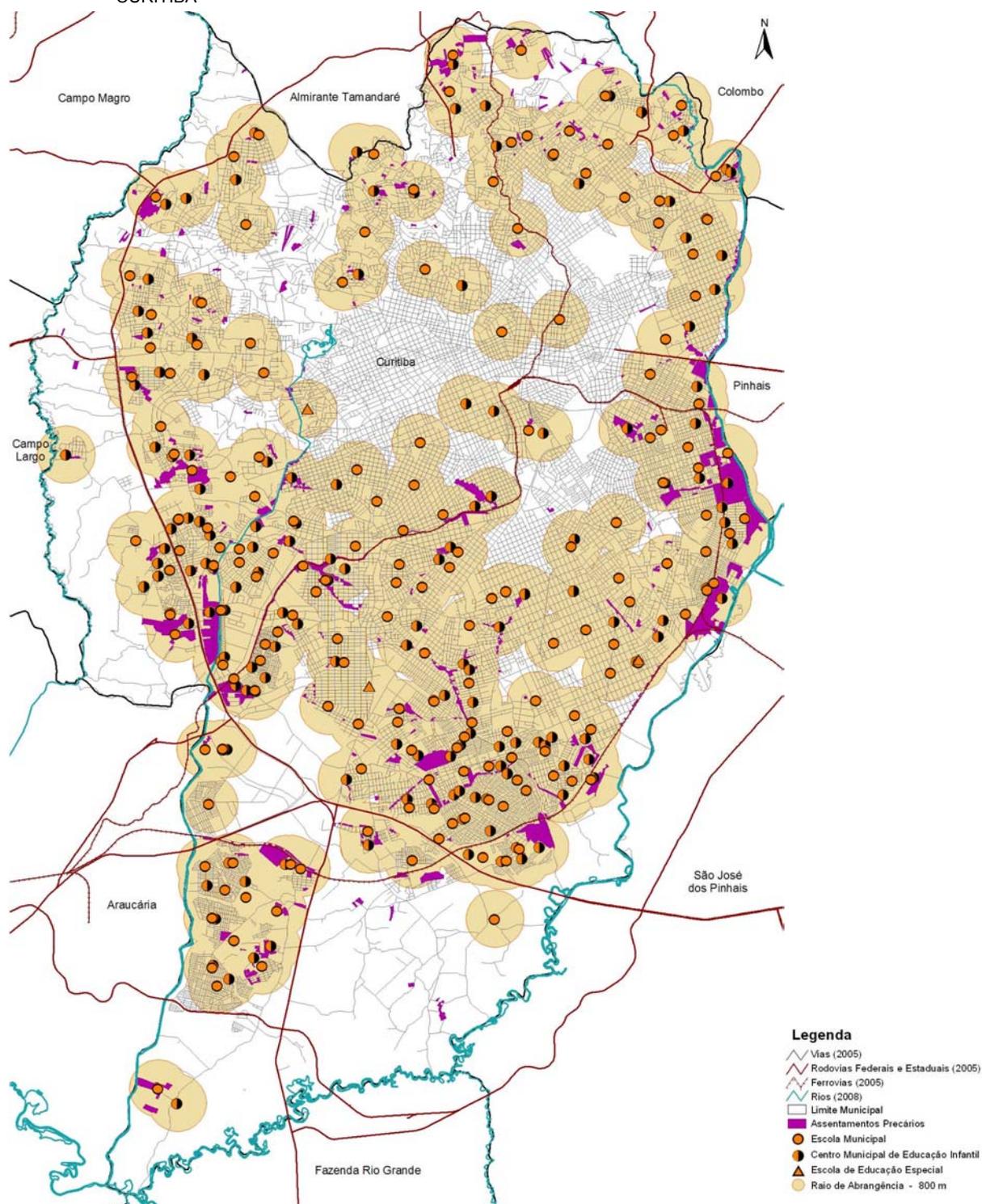
FIGURA 21 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO



FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais - Campo Largo - 2007

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

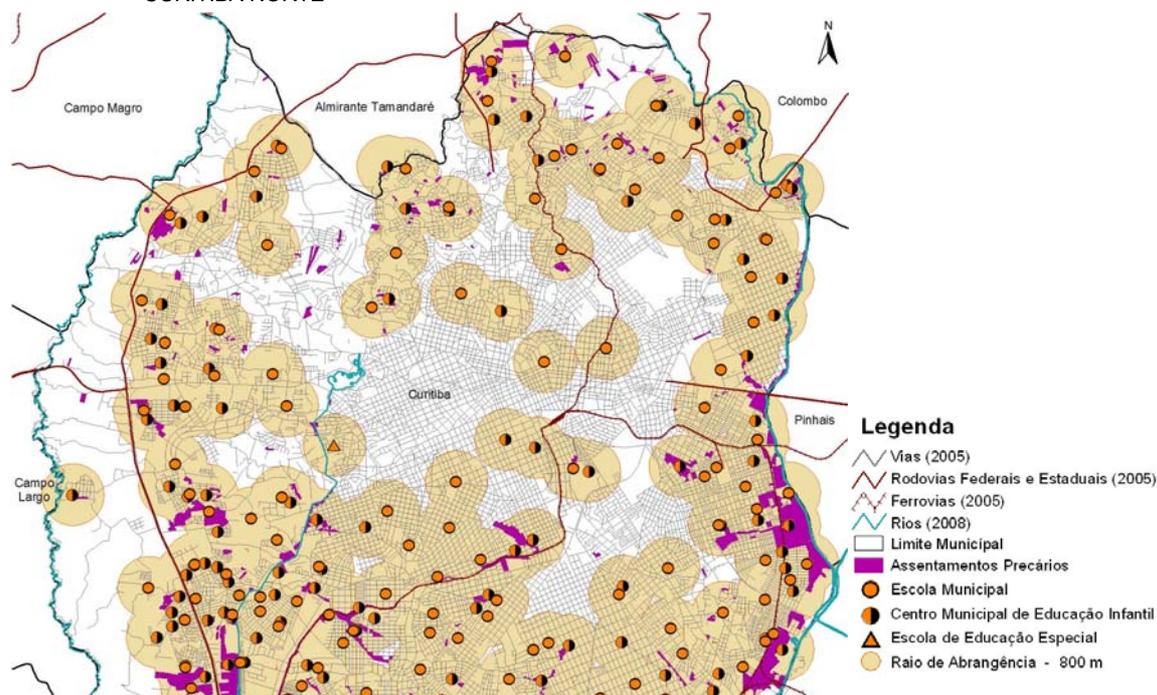
FIGURA 22 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

FIGURA 23 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NORTE

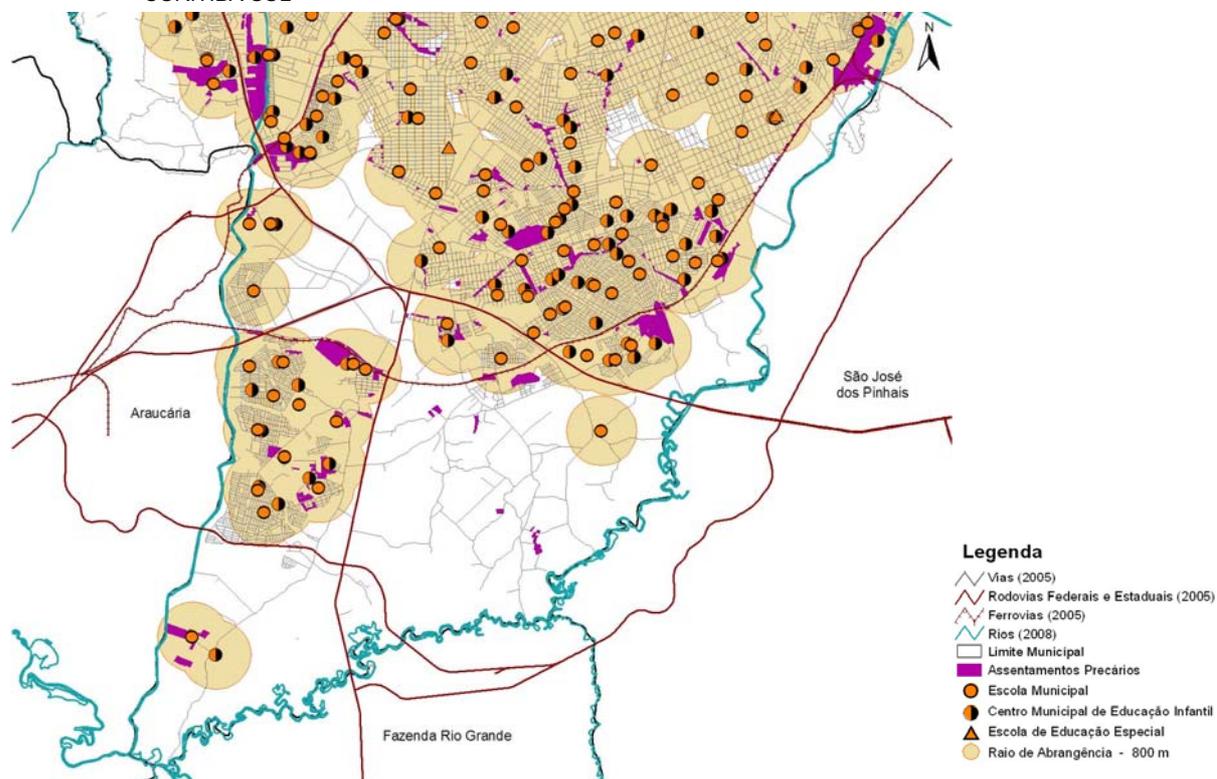


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 24 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUL

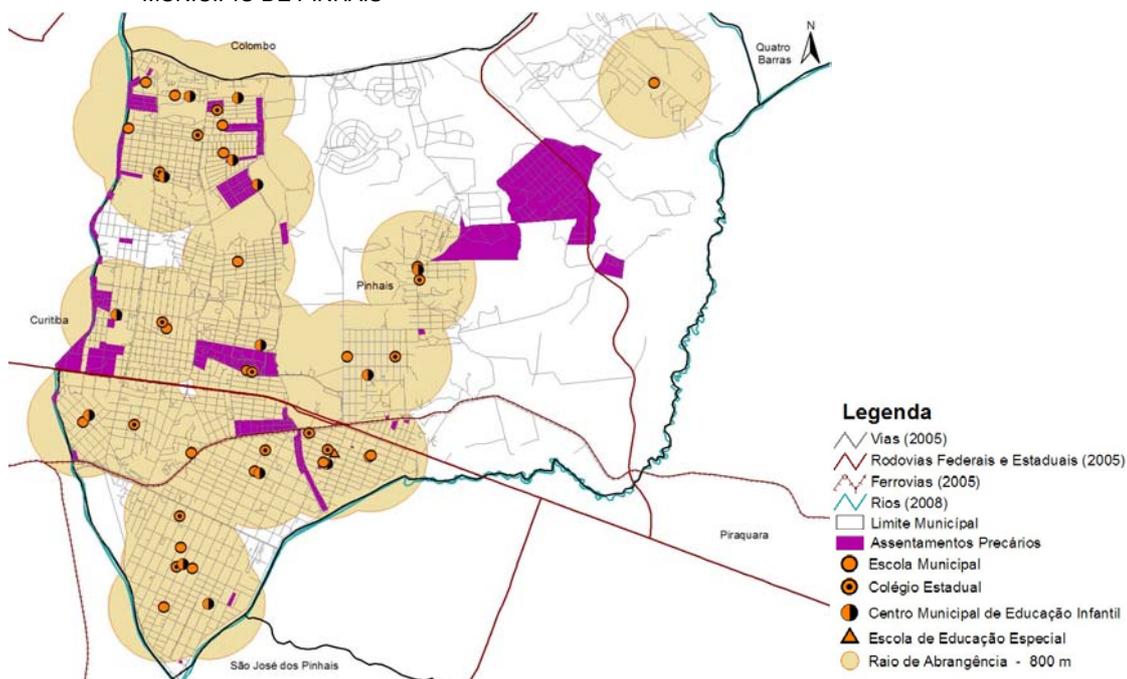


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

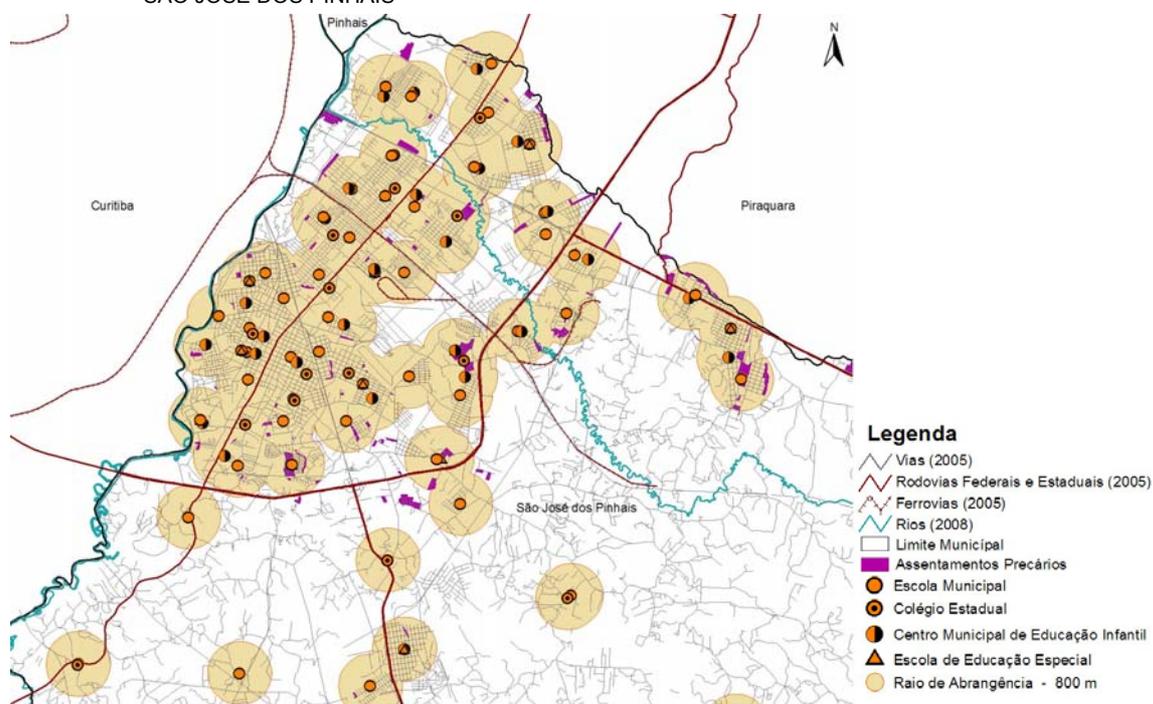
FIGURA 25 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS



FONTES: COMEC e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

FIGURA 26 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E RAIOS DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTES: COMEC e Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação - São José dos Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).
Elaboração IPARDES.

Ao observar esses números, percebe-se que a maioria das ocupações possui escolas dentro de seus limites ou dentro do raio de abrangência de 800 metros. Em torno de 10% a 20% estaria fora desse raio, o que poderia deixar descoberto o público desse serviço. A tentativa de avaliar a cobertura das escolas tendo como princípio a sua localização e distância é um indicativo. Por um lado, relembre-se que a ideia de raio de abrangência está relacionada com a possibilidade de os estudantes irem para a escola a pé em não mais que 15 minutos. Por outro lado, é preciso levar em conta a presença do transporte escolar disponível ao público. Em termos de localização, as escolas estariam presentes para os moradores dos assentamentos precários.

A presença de escolas na área das ocupações ou próximo a estas faz parte da estratégia de urbanização e oferta de serviços na cidade. A escola perto de casa pode facilitar em muito a rotina das famílias, colaborando para a frequência dos alunos às aulas e para a sua formação mínima e possibilitando o convívio social necessário, resultando em melhoria nas suas condições de vida.

A viabilização de infraestrutura urbana favorece a permanência das famílias ou de outras que possam se mudar para o local, exigindo, portanto, que se pense na implantação de equipamentos sociais em conjunto com políticas de reassentamento, realocação e urbanização (simples ou complexa) das áreas de assentamentos precários, principalmente daquelas em áreas de risco.

Pode-se afirmar que a distância entre escola e assentamento precário não parece ser um fator segregador, pois há escolas nas proximidades. Portanto, a distribuição dos equipamentos escolares leva em conta a acessibilidade geográfica. Com esses dados, é possível afirmar que a discussão sobre acesso geográfico estaria razoavelmente contemplada. No entanto, questões de segregação dizem respeito a outros problemas de acessibilidade, vinculados à qualidade dos serviços, a oportunidades de avanço escolar específico, de atividades extraclasse, de formação cultural e de contatos com pessoas diversas – dimensões mais amplas que teriam muito mais influência em caso de segregação social do que a distância geográfica.

2.1.3 Transporte

As cidades normalmente podem ser representadas como uma aglomeração de casas, estabelecimentos comerciais e outros estabelecimentos que, diferentemente do que ocorre no espaço rural, encontram-se reunidos de forma compacta e densa. À medida que a cidade cresce e se torna mais complexa, os deslocamentos internos passam a depender cada vez mais de algum planejamento prévio e organização das vias pelo poder público. O transporte interno de mercadorias e pessoas torna-se dependente de meios mais sofisticados de transporte.

As cidades são formadas por elementos de mobilidade: pessoas, automóveis, bicicletas, motos, ônibus, caminhões etc. Por isso, a organização dos fluxos de tráfego tornou-se uma preocupação básica do planejamento urbano. O planejamento precisa garantir a mobilidade, permitindo acesso aos serviços públicos e também ao trabalho, como um direito do cidadão. É dever do Estado prover sistemas coletivos de transporte adequados e assegurar o convívio de múltiplos e diferenciados deslocamentos de pessoas nas cidades.

O planejamento urbano deve buscar, entre outros fatores, a sustentabilidade. Em face desta meta, é necessário prover mobilidade aos cidadãos sem descuidar dos aspectos relacionados ao meio ambiente, o que permite falar em mobilidade urbana sustentável como um novo paradigma de planejamento. A mobilidade urbana sustentável deve ser o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. Para tanto, uma readequação dos espaços urbanos deve ser promovida. Esta readequação, contudo, deve ser realizada, como nos informa Campos (2008), de forma a garantir dois objetivos principais: a qualidade ambiental e a adequação da oferta de transporte ao contexto socioeconômico.

Entende-se que o transporte público adequado precisa ser, ao mesmo tempo, acessível financeiramente e fisicamente, além de disponível e aceitável (GOMIDE; LEITE; REBELO, 2006, p.8). Em outro estudo de Gomide (2003), a privação do acesso ao transporte é vista como um dos fatores de segregação socioespacial dos mais pobres e, portanto, como uma barreira à inclusão social, porque dificulta ou impede o acesso aos estudos e ao trabalho.

Um dos fatores que podem contribuir para a acessibilidade do cidadão e a viabilidade do transporte coletivo é a densidade populacional. Nas discussões sobre urbanismo existe uma corrente que entende a densidade demográfica como fator de grande importância para o desenvolvimento de políticas de infraestrutura urbana.

Para Acioly Junior e Davidson (1998), a densidade consiste em referencial importante para se avaliar técnica e financeiramente a distribuição e consumo da terra urbana, infraestrutura e serviços públicos em uma área. Pode-se pensar que em uma região com maior número de pessoas o transporte coletivo torna-se viável, pois há maior demanda pelo serviço em diferentes horários e para diferentes destinos.

Jacobsen afirma que os custos implicados no fornecimento de linhas longas para atender a demandas em horários bastante específicos são altos e comprometem a qualidade e produtividade do sistema. Já em comunidades densas, o ganho de produtividade do sistema de transporte público permite a oferta de frequências altas associadas a níveis de conforto elevados a custos relativamente baixos, quando comparados aos praticados em zonas pouco densas (JACOBSEN *et al. apud* MONTEIRO, 2009, p.35). Nesta mesma linha de

argumentação, os estudos de Mascaró (1987) apontam que, quanto maior a densidade, menores serão os custos da infraestrutura urbana.

No Brasil, o ônibus é o principal meio de transporte coletivo utilizado nas cidades. Na RMC Integrada ele é o único. Segundo o sistema de informações desenvolvido pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2008), uma frota de aproximadamente 99.705 ônibus circula nas cidades brasileiras, transportando em média um bilhão de passageiros por mês, no ano de 2008. Algumas cidades contam ainda com sistema de metrô e ferrovias, mas de modo minoritário.

Em seu estudo, Andrade (2000) mostra que o transporte coletivo é o principal item de despesa com serviços públicos das famílias de baixa renda nas regiões metropolitanas pesquisadas. Quando se trata de estudos de APUs, muitos apontam certa segregação espacial relacionada com a renda das famílias. Beatriz Pontes afirma:

Com relação ao aspecto da distribuição de renda, verificou-se, nas áreas metropolitanas brasileiras, como foi visto, uma tendência para o afastamento físico das populações de nível de renda mais baixo, no sentido da periferia dessas áreas. Por outro lado, a supervalorização dos serviços intra-urbanos, resultante da disponibilidade de serviços de infra-estrutura, favoreceu a concentração de população de médio e alto nível de renda justamente nesses espaços. Isso significa que, enquanto essa população dispõe de serviços mais baratos de transporte coletivo e pode utilizar-se do transporte particular, a população de nível de renda mais baixo vem arcando com custos elevados de um transporte ineficiente e precário (PONTES, 2005, p.62).

Segundo a autora, a população de nível de renda mais baixo vem tomando sobre si os custos elevados de um transporte ineficiente e precário. Por isso, investir em transporte público eficiente pode implicar atingir positivamente a população de renda mais baixa.

A história do planejamento urbano em Curitiba também nos leva a entender que a disponibilização das linhas de transporte foi pensada para afastar parte da população de baixa renda, quando se previam conjuntos habitacionais distantes e uma linha de transporte específica. Associada a isto tem-se a aprovação de loteamentos distantes e, imediatamente após, a constituição de linha de ônibus para atendê-los. O sistema de terminais periféricos que captam os ônibus alimentadores, provindos de áreas distantes, facilita, mas também induz o espraiamento da cidade e o distanciamento das camadas de baixa renda.

No quadro a seguir têm-se os dados de transporte coletivo por município:

QUADRO 6 - SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC INTEGRADA

CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIOS			
	Campo Largo	Curitiba	Pinhais	São José dos Pinhais
População total contagem 2007	105.492	1.797.508	112.038	263.622
Densidade demográfica (hab./km ²)	87	4.250	1.935	295
Linhas de ônibus	21	422	38	85
Linhas metropolitanas	18
Linhas rurais	11
Linhas urbanas	56
Número de municípios que têm integração no transporte público	3	17	4	3
Ocupações irregulares	89	341	39	91

FONTES: IBGE (2007), IPARDES, Secretarias Municipais

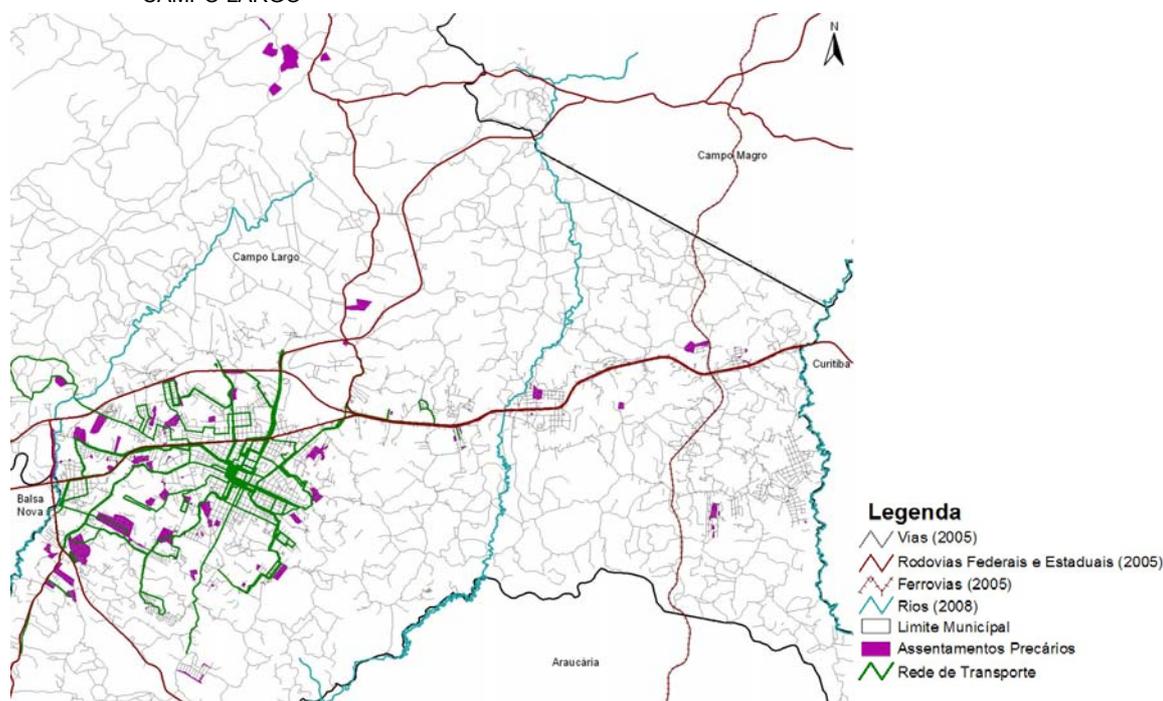
NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Os dados municipais são de: Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

FIGURA 27 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

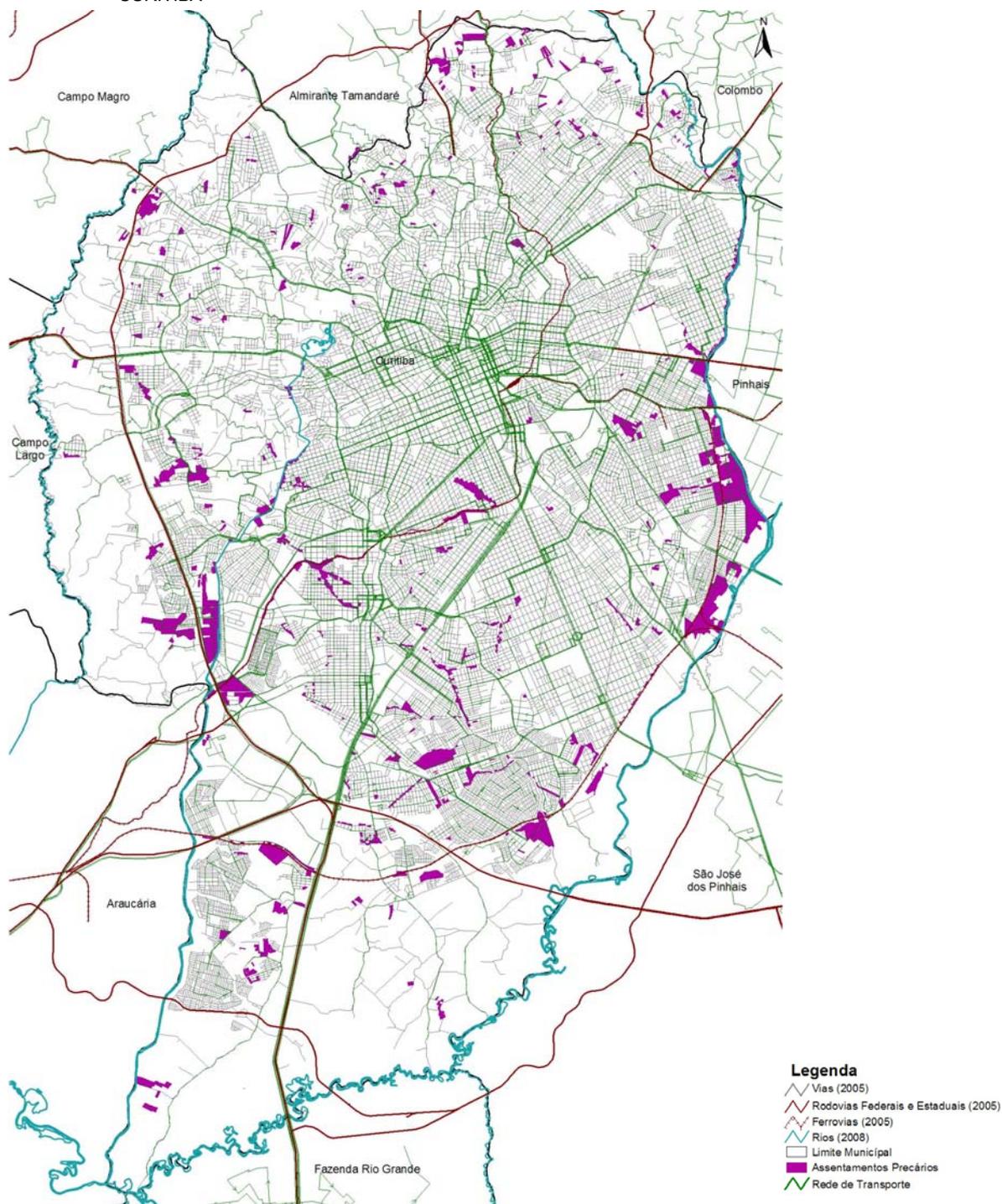


FONTES: COMEC 2005 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais - Campo Largo - 2007

NOTAS: Base Cartográfica – SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 28 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

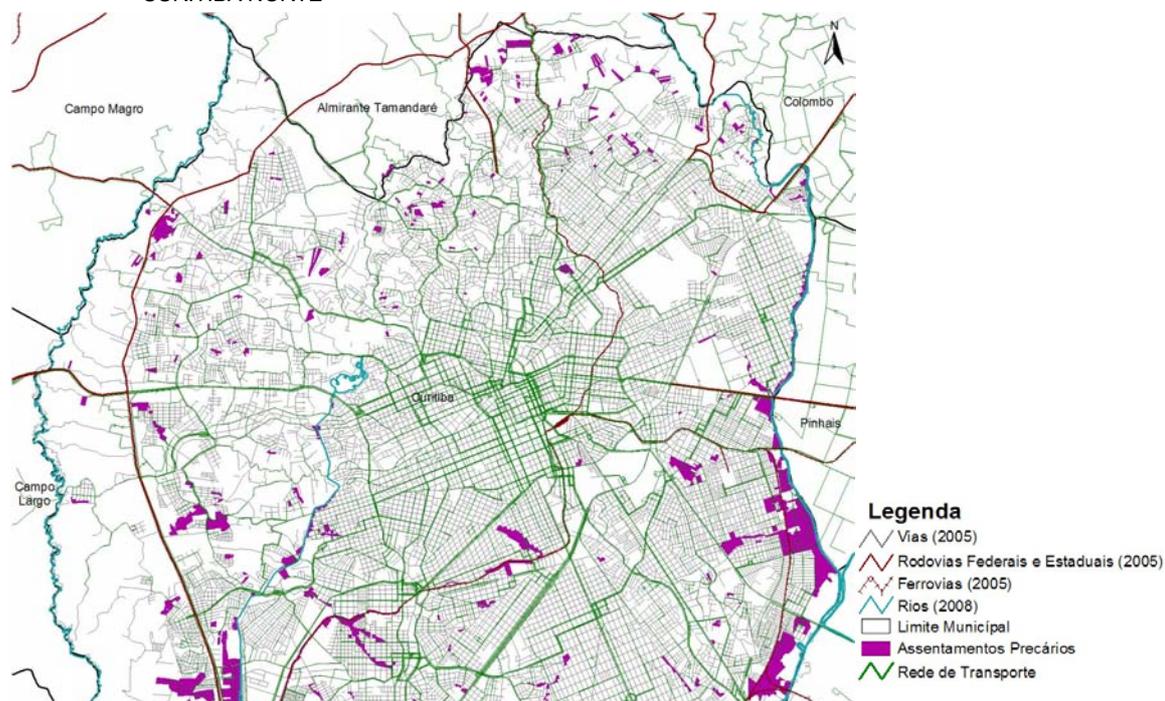


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - Curitiba - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 29 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NORTE

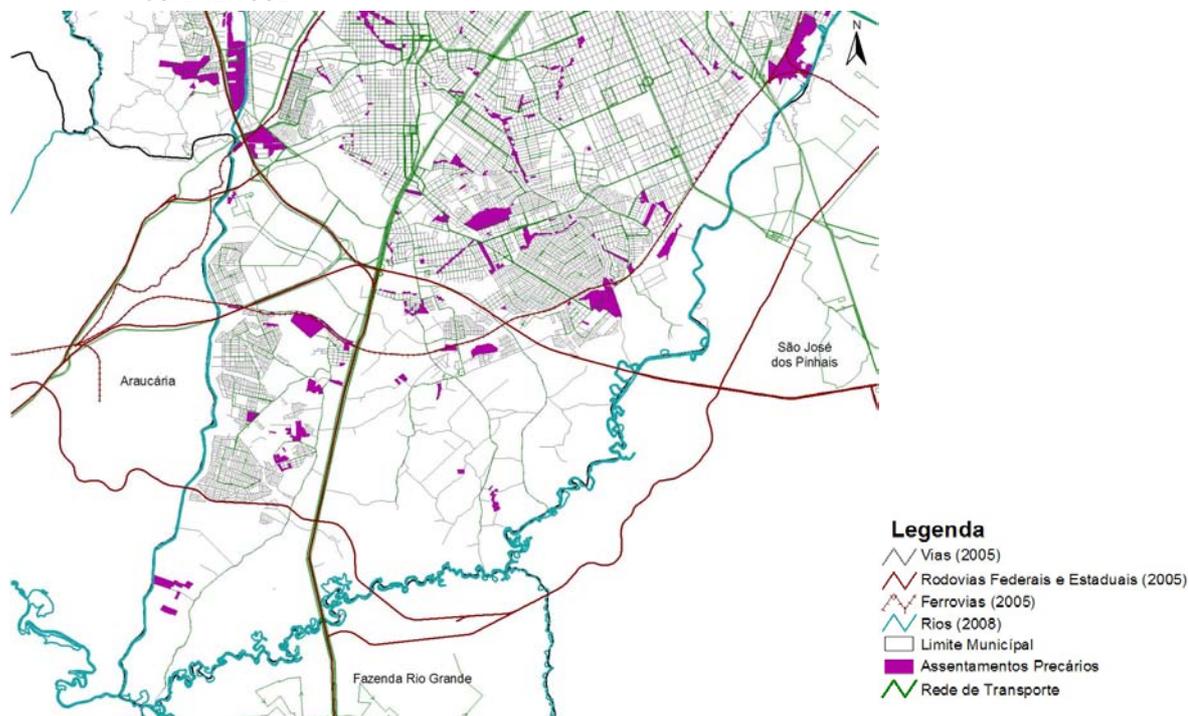


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - CURITIBA - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 30 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA SUL

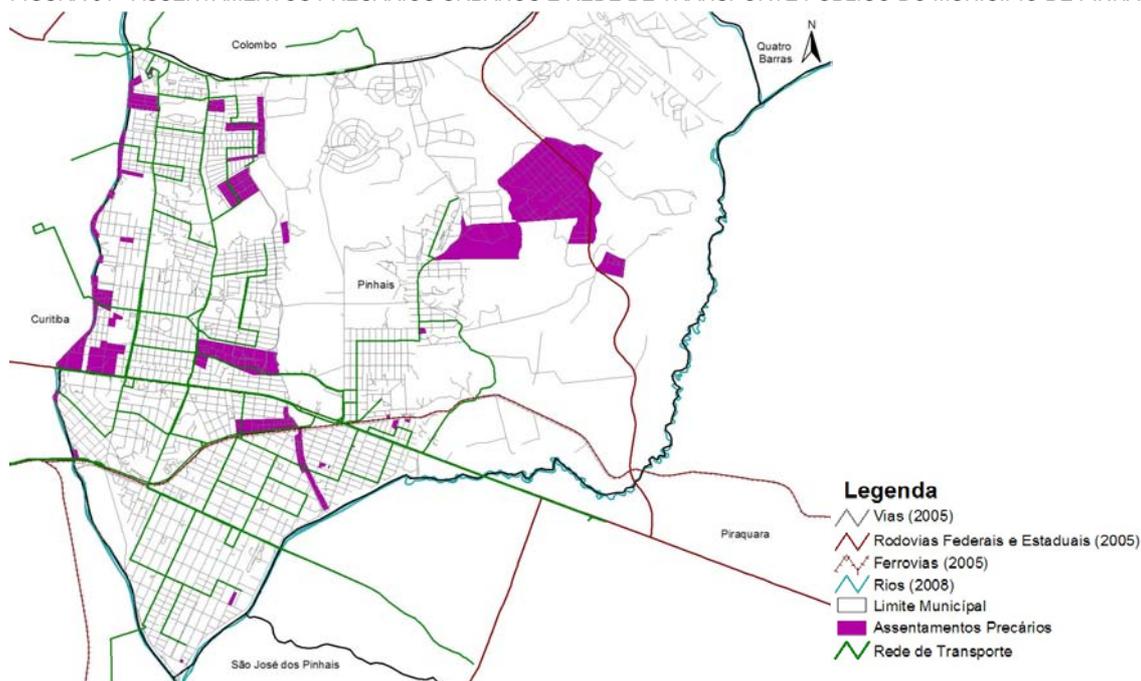


FONTES: COMEC 2005 e IPPUC - Curitiba - 2005

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 31 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

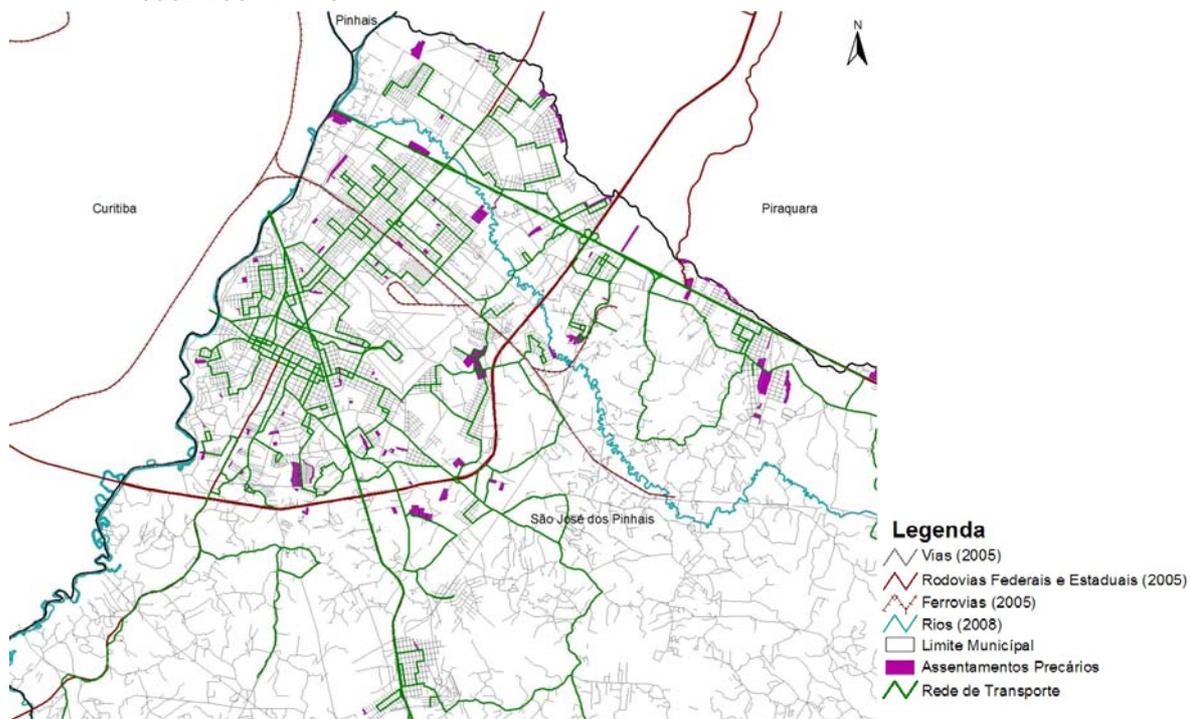


FONTES: COMEC e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

FIGURA 32 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS E REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTES: COMEC e Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação - São José dos Pinhais - 2009

NOTAS: Base Cartográfica - SEMA (2004).

Elaboração IPARDES.

Pinhais, situado a leste de Curitiba, pode ser considerado como um dos municípios com maior nível de integração com a Rede Integrada de Transportes (RIT) de Curitiba. Este fato é confirmado pela existência de linhas de biarticulados que circulam por canaleta exclusiva, fazendo a integração direta com o centro da capital paranaense. Além disso, possui 38 linhas de ônibus e integração direta com quatro municípios da região metropolitana. Quanto às ocupações irregulares elas são bem atendidas pelo transporte coletivo, com exceção das que estão próximas à Barragem do Iraí, que ficam em lugar bastante isolado do município, sem transporte coletivo nem escolas.

O município de São José dos Pinhais localiza-se a oeste de Curitiba. A divisa municipal com Curitiba, Pinhais e Piraquara é a mais bem servida por linhas de ônibus, concentrando-se aí, também, a maioria das ocupações irregulares. É possível afirmar que a população residente nestas áreas tem acesso facilitado aos espaços do município e região.

Para Campo Largo não temos os dados sobre os ônibus metropolitanos, por isto a área limítrofe a Curitiba fica descoberta, aparecendo com linhas de ônibus somente a parte central do município. Campo Largo possui ocupações irregulares espalhadas por todo o município e retém “baixa¹⁰” densidade demográfica, o que dificulta a implantação de um sistema de transporte que atenda a todo o município. Pelos mapas que analisamos este é o município em que as ocupações irregulares recebem menos atendimento de transporte público. Retomando, sabe-se que em uma região mais densa em termos de população o número de passageiros por quilômetro tende a aumentar, reduzindo o custo do transporte coletivo para os usuários e permitindo um serviço com maior frequência e mais opções, tornando o transporte público coletivo mais eficiente e atrativo.

Curitiba, evidentemente, destaca-se entre esses quatro municípios pelo grande número de linhas de ônibus. Todo o município está coberto pelo sistema de transporte, as áreas de ocupações irregulares são atendidas, porém não há dados sistematizados disponíveis sobre a regularidade e os horários. Observa-se, por outro lado, que algumas ocupações irregulares próximo à Fazenda Rio Grande não estariam bem atendidas pelo transporte coletivo. Em geral, os ônibus metropolitanos que transitam entre os municípios da região servem bem ao entorno de Curitiba, permitindo o deslocamento intermunicipal.

Os dados disponibilizados permitem afirmar que os assentamentos precários estão cobertos por linhas de transporte coletivo. No entanto, as cidades que possuem sistemas de transporte coletivo convivem com problemas como sucateamento da frota, elevados índices de acidentes, superlotação e tarifas elevadas. Portanto, muitas vezes o problema do transporte coletivo urbano não se resume à oferta e à regularidade das linhas de ônibus, mas se estende à qualidade e ao custo do serviço, destacando-se aqui as altas tarifas e as deficiências na oferta às áreas mais pobres. Este último fato é apontado como um dos principais motivos da privação ao serviço de transporte pelas populações de baixa renda.

¹⁰ Dentre os quatro municípios para os quais se analisa o transporte, Campo Largo é o que possui a menor densidade demográfica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos gerais do projeto eram reunir informações sistematizadas para identificação e mensuração de assentamentos precários urbanos em regiões metropolitanas (RMs) legais ou grandes cidades e estabelecer os critérios e parâmetros a serem investigados e observados para efetuar uma tipologia de assentamentos precários urbanos no Brasil. Quanto aos objetivos específicos, estes consistiam em: 1. analisar diversos bancos de dados com o intuito de distinguir e reunir variáveis que caracterizem as condições de assentamentos precários; 2. produzir estudo inicial de caracterização sobre assentamentos precários em regiões metropolitanas paranaenses com dados preliminares sobre equipamentos e serviços públicos existentes; e 3. criar esboço de mapeamento dos assentamentos precários da RMC a partir de informações coletadas nas prefeituras. Pode-se dizer que os objetivos foram atendidos. Estas considerações finais retomam, brevemente, a análise dos dados obtidos, do processo de obtenção dos dados e das condições da área habitacional nos municípios.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Pode-se assumir que os assentamentos humanos precários são um fenômeno permanente nas cidades e que as intervenções do poder público não conseguiram eliminá-lo. Há, em geral, grande desconhecimento quanto aos fenômenos envolvidos na existência, formação e permanência desses assentamentos. Ademais, existem dificuldades para empreender análises do problema com cobertura nacional, regional e mesmo local. A mensuração tanto do número de assentamentos quanto das pessoas que neles vivem é tarefa complexa, pela dificuldade de se chegar a todos os locais, pelo rodízio dos moradores, pela dinâmica intensa de formação de novos assentamentos e pela situação crítica dos governos em decidir que atenção dispensar para seus problemas.

A presença e formação dos assentamentos precários pressupõe uma coexistência variada de estratégias fora da regulamentação e de formas de sobrevivência acionadas pela esfera da sociabilidade e vizinhança, produzindo combinações de irregularidade, precariedade e, muitas vezes, vulnerabilidade.

Com relação aos dados municipais obtidos, em geral os assentamentos precários localizam-se em áreas fora do mercado formal de terras, exigindo que maior número de ações públicas de contenção de ocupação dessas áreas seja realizado. Além disso, muitas estratégias de ocupação estão vinculadas à infraestrutura do entorno, como se pode observar pelos diversos assentamentos precários que se fazem no prolongamento ou extensão de loteamentos aprovados.

Os dados municipais mostram que Curitiba concentra em número absoluto de locais e famílias os problemas de assentamentos precários. Ademais, a média de famílias por ocupação na capital é muito maior. Somente Campo Largo teria uma proporção maior

de famílias em relação ao total da população do município. Contudo, é preciso levar em conta as situações diferenciadas dos assentamentos entre as cidades. Esses dois municípios entendem como assentamentos precários tanto favelas como loteamentos irregulares e clandestinos, mas em Curitiba a predominância é de favelas (258 em 341), e em Campo Largo é de loteamentos irregulares (63 em 89).

Acrescente-se a isso que existe uma diferenciação interna aos municípios. Por exemplo, em Curitiba observa-se que há diferenças no tamanho dos assentamentos: ao sul eles são maiores e ao norte são menores, havendo uma pulverização desses. As diferenças ocorrem internamente em cada município, dependendo da forma como o poder público identifica essas áreas. Em Pinhais, foi classificada como assentamento precário uma grande porção de terra por ser Área de Proteção Ambiental (APA), mas as supostas casas ali assentadas são poucas, estão espalhadas, são de difícil acesso e visualização. Já em outros municípios, vários aglomerados de casas, separados uns dos outros, podem ser considerados como uma mesma área de assentamento precário.

A localização dos assentamentos está relacionada com a formação da malha urbana dos municípios da RMC, em que a política de aprovação e a construção efetiva de loteamentos têm influência determinante. Por exemplo, a localização de assentamentos nos municípios limítrofes à capital, como em Colombo e Almirante Tamandaré, está determinada pela continuidade da mancha urbana de Curitiba e vinculada ao processo de aprovação dos loteamentos nessas cidades limítrofes que obedeceram às tendências de crescimento populacional e dinâmica da cidade-polo. O anel de ocupação intensiva, de densidade crescente sob bases urbanísticas precárias e que circunda Curitiba, oferece ao mesmo tempo a oportunidade e o contexto de desafio à construção da sustentabilidade regional.

Pode-se dizer, também, que grande parte do que se considera assentamentos precários é derivada dos loteamentos formais regulares, seja por subverterem o plano aprovado, transformando-se em irregulares; seja por serem implantados anteriormente aos procedimentos completados da aprovação pública, transformando-se em clandestinos; seja por se aproveitarem de áreas reservadas à não ocupação na extensão desses loteamentos. As demais áreas de assentamentos precários também podem ser consideradas “sobras” das terras do mercado formal. Os nomes das ocupações muitas vezes são tratados pelo poder público a partir dos nomes dos bairros onde elas estão inseridas, exigindo conhecimento e vistoria local para entender o que é regular e o que não é. Foram observados muitos assentamentos pequenos e pulverizados em toda a RMC.

O que igualmente se deve admitir é o fato de que a irregularidade e a precariedade se misturam à regularidade e à urbanização consolidada. Neste caso, muitas vezes, nos municípios, não se identificam algumas áreas como assentamentos precários, e assim teríamos subestimação quanto ao dimensionamento do problema.

Ao elencar a acessibilidade aos serviços e equipamentos públicos como variável para a caracterização da precariedade nos assentamentos em tela, observa-se que as distâncias entre os equipamentos sociais e as moradias diz pouco a respeito de uma suposta segregação. Pelas figuras aqui apresentadas tem-se a representação de que os assentamentos precários da RMC possuem a cobertura dos serviços de saúde e educação, o que nos permite dizer que, de alguma forma, estas áreas fazem parte da paisagem urbana consolidada e, aos poucos, vão se integrando mediante ações do poder público.

Uma das ações de integração são as redes de transporte coletivo. A RMC tem o transporte coletivo centrado na alternativa ônibus. Em geral, os ônibus metropolitanos promovem o deslocamento diário, de ida e volta, de grandes contingentes populacionais. Mas, outros meios de transporte também poderiam ser facilitados, pensando-se nas condições econômicas da população. Caberia, também, avaliar outras propostas de convivência entre meios de transporte. Não se pode realizar levantamento específico, mas a presença de bicicletas chama a atenção nos assentamentos, e pode vir a ser valorizada em ações públicas que facilitem seu uso.

Após a realização deste exercício, observa-se que outras variáveis precisam ser levadas em conta para uma maior aproximação e qualificação sobre a acessibilidade aos equipamentos públicos. Apenas a análise a partir dos raios de abrangência não é suficiente para uma caracterização da precariedade quanto ao acesso a esses equipamentos.

Além da discussão sobre a acessibilidade geográfica há questões sobre a qualidade dos serviços e o efetivo atendimento ao público desses assentamentos. Questiona-se se a população confia nas escolas e postos de saúde do entorno e os procura, se os profissionais que trabalham nessas instituições estão preparados para atender seu público e de que maneira o fazem. Enfim, como se operacionaliza o acesso democrático ao espaço urbano e seus produtos, permitindo inclusão, ou seja, convivência com a diversidade social, sem espaços de segregação.

Uma vez inaugurada uma ação pública, como a implantação de um equipamento social no assentamento precário, caminha-se para a validação da ocupação e a consolidação desta na estrutura urbana. Do mesmo modo, a ação de ocupação da população, mesmo em seu início, também provoca consequências no entorno. Avaliar quais são essas consequências e manter certas áreas livres de ocupação humana devem ser esforços coletivos constantes para o planejamento sustentável. Os problemas habitacionais envolvem questões de direito e responsabilidade pública. Por um lado, tem-se a necessidade de garantir os direitos e o acesso da população aos serviços urbanos. Por outro, deve-se avaliar se existem limitações ambientais e de tipo orçamentário por parte do poder público. Ambas as questões precisam ser trabalhadas juntas para contribuir com um planejamento em que equidade, justiça e sustentabilidade sejam os fundamentos. Precisam ser formulados, em conjunto com opções sobre viabilização de unidades habitacionais

adequadas, instrumentos que contemplem avaliação sobre regularização fundiária, realocação e reassentamento, urbanização de áreas consolidadas, reintegração com outras partes da cidade e contenção de novas ocupações irregulares.

3.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE DADOS

O avanço deste trabalho de pesquisa no Projeto “Caracterização e Tipologia Socioeconômica dos Assentamentos Precários Brasileiros” reforçou algumas conclusões já discutidas no relatório anterior. A principal delas diz respeito à dispersão do conhecimento. Dispersão em relação aos níveis de governo, mas também intragoverno. Os dados sobre habitação ainda são insuficientes e não estão facilmente disponíveis, além da falta de padrão que dificulta as agregações para análises mais gerais e regionais. Merece ser averiguado, também, o desencontro de informações do mesmo município para a área habitacional. Reclama-se, assim, que uma variedade de fontes de informação se relacionem entre si. As complicações em relação a retrabalhar dados, criar parâmetros e definir rotinas são desafios para todos os municípios, grandes e pequenos. No caso dos grandes, a preocupação se concentra em articular secretarias e equipes diversas, rever procedimentos e produzir materiais de uso contínuo para o governo. No caso dos pequenos, a tarefa inicia-se já em capacitar funcionários que possam consolidar informações de fontes diferentes e estipular rotinas que as articulem.

Com relação a este trabalho, a desigualdade de informações entre os municípios dificultou a agregação e a avaliação e, mesmo, a descrição da dimensão regional dos assentamentos precários. Os problemas habitacionais ultrapassam a circunscrição de um município, tornando ineficiente o repasse isolado de uma política por um só governo local. Assim, a coordenação de setores, equipes e informações extrapola a circunscrição de uma burocracia local, e, por isso, a efetiva ação do governo nacional no sentido de induzir à padronização e processo de capacitação institucional torna-se fundamental.

Observou-se uma grande necessidade de organização de dados sobre habitação. A falta de informações das condições socioeconômicas das famílias presentes nos assentamentos mostra um retrato impreciso sobre os moradores, sobre suas reais oportunidades e razões para ocuparem os espaços de assentamentos precários. Precisa-se de estudos abrangentes que efetivamente discutam aspectos sociais e culturais dos assentamentos, coletem dados próprios e produzam análise dessas situações com vistas a subsidiar ações.

As dificuldades principalmente de agregação das informações disponibilizadas e a exigência, mas impossibilidade, de vistoria de campo para suprir lacunas nas informações deixaram ainda muitas questões a serem desenvolvidas a respeito da espacialidade dos assentamentos, suas distinções internas e externas, as consequências para seu entorno, entre outras. As informações têm problemas quanto à abrangência. Acredita-se que há muito mais

dados nas prefeituras do que foi possível recuperar e retrabalhar, porém não se tem como dimensionar isto. A falta de clareza nos critérios para identificação e atualização dos locais como assentamentos precários por parte dos municípios suscita certa insegurança sobre um dimensionamento geral mais preciso.

Entende-se que, para uma descrição e caracterização mais abrangente das áreas de assentamentos precários em termos coletivos, e do perfil de moradores em termos domiciliares, haveria necessidade de pesquisa específica, avaliando-se e determinando-se claramente de quem é a competência institucional para agregar informações desse tipo e nesse nível de abrangência. Avaliava-se que, a partir de uma descrição de cada lugar em que certos dados mínimos pudessem ser estimados, poder-se-ia tentar classificar as áreas em torno de suas semelhanças e diferenças, contribuindo para o aperfeiçoamento de uma tipologia de assentamentos precários. No entanto, faltam, primeiramente, as estimativas básicas preliminares; segundo, outros dados são de difícil produção e exigem investimento do poder público para sua aquisição e atualização periódica; ainda, não há consenso nacional sobre o que seria fundamental constar em caracterizações sobre essas ocupações. Este trabalho de verificação e checagem de campo estava fora do alcance e possibilidades da equipe deste projeto. Mas, é necessário que seja realizado por equipes locais, vinculado aos procedimentos de trabalho de rotina dos setores das prefeituras responsáveis pelas informações habitacionais e urbanísticas. Este esforço auxiliaria na construção de um sistema nacional de informações sobre as questões habitacionais. Ficou-se limitado em relação à construção de uma tipologia, pela precariedade dos dados produzidos localmente e pela falta de estrutura para realizar esse tipo de levantamento sistemático e exaustivo na base.

Como panorama global, ao avaliar as informações disponibilizadas pelos municípios identifica-se uma desigualdade entre eles nos seguintes quesitos: capacitação profissional dos funcionários, modelagem da equipe e do setor dentro de órgãos e secretarias, e procedimentos burocráticos estabelecidos. Percebem-se, ainda, questões gerais que ainda precisam ser superadas. São elas: 1. dispersão de informações; 2. falta de procedimentos rotineiros de acompanhamento, atualização, dimensionamento e caracterização (não somente espacial, mas socioeconômica) de assentamentos precários; 3. dificuldades para criar sistemas de dados que se mantenham como fonte e subsídio para ações públicas; 4. complexidade de articulação de profissionais, setores e ações no intuito de abordar os problemas habitacionais; 5. qualificação da burocracia local; e 6. dificuldades de integração da dimensão socioeconômica e cultural na avaliação de ações sobre assentamentos precários.

Conforme se ressaltou anteriormente, foram apresentadas apenas percepções sobre a forma de organizar a área habitacional no que diz respeito à identificação e atualização de informações sobre assentamentos precários. De maneira geral, os problemas e dificuldades apresentados indicam a necessidade de melhoria na gestão municipal para

tratar das questões habitacionais. Profissionalização de tarefas e qualificação profissional de técnicos municipais são alguns dos temas relevantes para serem discutidos e efetivados. O trabalho do CEM/CEBRAP sobre Capacidades Administrativas (BRASIL, 2008) já havia revelado que a capacidade institucional dos municípios brasileiros para desenvolver programas habitacionais era pouco desenvolvida em 2004 e utilizava poucos instrumentos de política habitacional. Além disso, levando em conta esse estudo, tem-se que a existência dessas capacidades administrativas faz diferença na implementação de programas, políticas e ações para a área. Assim, é preciso elevar as capacidades institucionais municipais para auxiliar nas estratégias de desenvolvimento institucional descentralizado da Política de Habitação.

Há também que se reavaliar responsabilidades e competências em relação à RMC, no que diz respeito a carências e integração de ações sobre moradia e infraestrutura urbana. As alternativas de parcerias entre municípios para a solução de problemas comuns ainda não representam uma solução adequada, e os órgãos técnicos criados em apoio às unidades metropolitanas, a exemplo da COMEC, manifestam dificuldades na gestão regional dos espaços urbanos em crescente complexidade.

Conclui-se que o poder local deva contemplar como procedimento de trabalho rotineiro uma avaliação dos aspectos de carência de infraestrutura e serviços urbanos nas áreas de assentamentos precários. Nessa rotina, seria possível identificar outras irregularidades como a urbanística e edilícia, a precariedade nas condições de acessibilidade, de infraestrutura urbana (saneamento básico, calçamento, pavimentação, iluminação pública, entre outros) e das condições de habitabilidade (densidade por cômodo, ventilação adequada, estrutura residencial segura etc.).

O poder federal pode induzir a que os poderes locais produzam rotinas de obtenção, padronização, atualização e utilização de dados, para que assim seja possível a comparação e confiança sobre as informações, ao serem agregadas. Parece cada vez mais importante produzir essas induções por parte do governo nacional em relação aos outros níveis de governo. Todavia, estas precisam ser respaldadas pela experiência da atuação municipal. Como já se aponta, é importante construir um sistema de informação para a área de habitação.

Nessa direção, percebe-se, por um lado, que alguns esforços realizados poderão contribuir positivamente para a criação desse sistema. O Ministério das Cidades preocupou-se efetivamente em viabilizar estudos sobre as Capacidades Institucionais dos municípios na área de habitação (BRASIL, 2008) e, especificamente, sobre a quantificação e reavaliação de dados gerais sobre os assentamentos precários (BRASIL, 2007b). O desenvolvimento da Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2004), a criação do Fundo Nacional e do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, e a exigência da reaplicação de Planos Estaduais e Locais de Habitação de Interesse Social, além de outros

planos setoriais, são fatores indutores. Por outro lado, nota-se que há vontade por parte dos técnicos municipais em melhorar seus dados e que, em alguns lugares, já são realizados esforços para incorporar avanços tecnológicos na representação da realidade e melhor distinguir as questões envolvidas na ocupação do solo urbano, o que expressa um movimento positivo. Contudo, torna-se imprescindível produzir avaliação geral sobre as condições, a qualidade e a presença ou ausência de dados nesses planos e nas iniciativas locais de entendimento do problema. O objetivo consiste em propostas de soluções viáveis na constituição de um sistema de informações que auxilie os diversos níveis de governo e possibilite efetivas intervenções públicas em prol do acesso amplo e democrático ao espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ACIOLY JUNIOR, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ANDRADE, T. A. **Dispêndio domiciliar com o serviço de saneamento e demais serviços de utilidade pública**: estudo de sua participação no orçamento familiar. Relatório Final. (Projeto BRA/92/028 – PMSS). Brasília: [s.n.], 2000. Mimeografado.

ANTP - Agência Nacional de Transportes Públicos. **Relatório geral de mobilidade urbana 2008**. Disponível em: <<http://portal1.antp.net/site/simob/Lists/rtgrl08/rtgrlc.aspx?AspXPage=g%5F208EA817AB414706B02A11A82309B7D6:%2540%255Fx0069%255Fd1%3D1>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

BIALECKI, Karla Regiane. **Planos urbanos e o espaço da habitação**: a questão habitacional em Curitiba (1940-2007). 179f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

BODSTEIN, Regina. Atenção básica na agenda da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v.7, n.3, p.401-412, 2002.

BOUSQUAT, Aylene; COHN, Amélia; ELIAS, Paulo Eduardo. Implantação do Programa Saúde da Família e exclusão sócio-espacial no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, v.22, n.9, p.1935-1943, set. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção primária e promoção da saúde**. Brasília: CONASS, 2007a. (Coleção Progestores - Para entender a gestão do SUS, 8).

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <<http://www.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação; São Paulo: CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole, 2007b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Capacidades administrativas, déficit e efetividade na política habitacional**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação; São Paulo: CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; MOTTA, Fernando C. Prestes. **Introdução à organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPINA GRANDE DO SUL. **Plano estratégico municipal para assentamentos subnormais (PEMAS) de Campina Grande do Sul**. Campina Grande do Sul: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Diretoria de Urbanismo, 2002.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras**: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. **Uma visão da mobilidade urbana sustentável**. 2008. Disponível em: <http://www.viverbemnacidade.org.br/img/vb_mo_biblioteca/20080410183303.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. **Cadernos do CEAS**, Salvador: CEAS, n.230, p.51-80, abr./jun. 2008.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf>. Acesso em: nov. 2009.

COUTO, Sérgio. A. Frazão. **Manual teórico e prático do parcelamento urbano**. Rio de Janeiro: Forense. 1981.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v.23, n.80, p.169-201, set. 2002.

GARCIA, Dolores; RIERA, Pere. Expansion versus density in Barcelona: A valuation exercise. **Urban Studies**, Essex: Longmann Group, v.40, n.10, p.1925-1936, set. 2003. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/cgi/content/abstract/40/10/1925>>. Acesso em: maio 2008.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Transporte urbano e inclusão social**: elementos para políticas públicas. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 960).

GOMIDE, Alexandre de Ávila; LEITE, Sabina Kauark; REBELO, Jorge. **Transporte público e pobreza urbana**: um índice-síntese de serviço adequado. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1209).

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração urbana**: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: ProLivros, 2004.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2005. 1 CD-ROM.

MASCARÓ, Juan Luis. **Desenho urbano e custos de urbanização**. Brasília: Mhu-Sam, 1987.

MIRANDA, Livia; BARROS FILHO, Mauro; SOUZA, Maria Ângela. Considerações sobre as áreas precárias da Região Metropolitana do Recife: o sistema de informações geográficas das áreas pobres do Recife (SIGAP) e o estudo Assentamentos Precários no Brasil Urbano (CEM/Cebrap). In: TIPOLOGIA e caracterização socioeconômica dos assentamentos precários: Região Metropolitana do Recife (RMR): relatórios parciais I e II. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ : Observatório de Políticas Públicas/UFPE/FASE, 2009. p.47-128

MONTEIRO, Priscila Zanon. **Os limites do planejamento urbano**: estudo de densidades e carregamentos nos eixos estruturais norte e sul de Curitiba- PR. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

MORALES, Paulo Roberto Dias. **Planejamento Urbano**: enfoque operacional. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2007.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social**: recomendações para elaboração. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 242f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. **Reprodução, desigualdade e políticas públicas de saúde**: uma etnografia da construção do "desejo de filhos". Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**: relatório de atividade 1. [S.l.]: IPARDES, 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPARDES, IPPUR, FASE. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: set. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Vulnerabilidade socioambiental das regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2009.

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. **Políticas institucionais e participação de usuários**: etnografia em espaços de disputa pelas atribuições do Estado entre moradores da periferia de Porto Alegre e agentes estatais. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PALERMO, Patrícia Ullmann; PORTUGAL, Marcelo Savino; SOUZA, Frederico H. **Um estudo sobre a desigualdade no acesso à saúde na região sul**. 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa14_texto3.pdf>. Acesso em: jan. 2010.

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. Mercado imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, n.18, p.77-93, 2007.

PONTES, Beatriz Maria Soares. O planejamento dos transportes nas áreas metropolitanas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, n.14, p.51-66, jul./dez.2005.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento urbano e equipamentos comunitários**: o caso de Passo Fundo/RS. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo, 2007.

SAULE JUNIOR, Nelson. **O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática**. 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=28>. Acesso em: dez. 2009.

SOUZA, Maria Fátima de. **Programa de Saúde da Família**: estratégia de superação das desigualdades na saúde? Análise do acesso aos serviços básicos de saúde. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2007.

TRAVASSOS, Claudia. Equidade e o Sistema Único de Saúde: uma contribuição para debate. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, v.13, n.2, p.325-330, abr. 1997.

TRAVASSOS, Claudia; OLIVEIRA, Evangelina G.; VIACAVAL, Francisco. Desigualdades geográficas e sociais no acesso aos serviços de saúde no Brasil: 1998 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde.

APÊNDICE 1

QUADRO A.1.1 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO E CURITIBA - 2008

continua

QUESTÕES	ALMIRANTE TAMANDARÉ	ARAUCÁRIA	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPO LARGO	CAMPO MAGRO	COLOMBO	CURITIBA
Caracterização do órgão gestor da habitação no município	Secretaria Municipal exclusiva	Não possui estrutura específica	Setor subordinado a outra secretaria	Não possui estrutura específica	Setor subordinado a outra secretaria	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas	Não possui estrutura específica
Existência de órgão da administração indireta desempenhando atividade na área de habitação	não	sim	não	sim	não	não	sim
Existência de Plano Municipal de Habitação	não	não	sim	não	não	não	não
O município está elaborando o Plano Municipal de Habitação?	sim	não	-	sim	não	não	não
Conselho Municipal de Habitação	não	não	sim	sim	não	sim	não
Existência do Fundo Municipal de Habitação	sim	não	sim	sim	não	sim	sim
Existência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação	sim	-	sim	sim	-	sim	não
O Fundo Municipal de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais?	não	-	não	não	-	não	não
Existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim
Cadastro informatizado	sim	sim	não	sim	-	sim	sim

QUADRO A.1.1 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO E CURITIBA - 2008

continua

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA DA HABITAÇÃO	ALMIRANTE TAMANDARÉ	ARAUCÁRIA	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPO LARGO	CAMPO MAGRO	COLOMBO	CURITIBA
Existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
Critérios para classificar favelas							
Ocupação de terreno em propriedade alheia	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade	sim	Não	não	sim	sim	não	não
Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	não	Sim	sim	sim	sim	não	não
Lotes de tamanho e forma desiguais	sim	Sim	não	sim	sim	não	não
Ocupação densa de unidades habitacionais	não	Sim	não	sim	sim	não	não
Construções não regularizadas por órgãos públicos	sim	Sim	sim	sim	sim	não	não
Precariedade de serviços públicos essenciais	sim	Não	não	sim	não	não	não
Existência de cortiços	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
Critérios utilizados para classificar cortiços							
Unidade de moradia de várias famílias	sim	Sim	não	não	não	sim	sim
Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias	não	Sim	não	não	não	não	não
Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções?	sim	Sim	sim	sim	sim	não	sim
Construção em lotes urbanos	sim	Não	não	não	sim	não	não
Subdivisão de habitações em uma mesma edificação	não	Sim	sim	sim	sim	não	sim
Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal	sim	Sim	sim	não	não	não	não

QUADRO A.1.1 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO E CURITIBA - 2008

conclusão

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA DA HABITAÇÃO	ALMIRANTE TAMANDARÉ	ARAUCÁRIA	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPO LARGO	CAMPO MAGRO	COLOMBO	CURITIBA
Existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
Critérios para classificar loteamentos clandestinos/irregulares:							
Sem aprovação prévia do poder público municipal	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais	sim	Sim	sim	sim	sim	sim	sim
Falta de titulação correta da terra	sim	Sim	sim	não	sim	sim	sim
Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado	sim	Não	não	não	não	sim	não

FONTE: IBGE - MUNIC (2008)

QUADRO A.1.2 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2008

continua

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA DA HABITAÇÃO	FAZENDA RIO GRANDE	ITAPERUÇU	MANDIRITUBA	PINHAIS	PIRAQUARA	QUATRO BARRAS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Caracterização do órgão gestor da habitação no município	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Setor subordinado a outra secretaria	Não possui estrutura específica	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado a outra secretaria	Secretaria Municipal exclusiva
Existência de órgão da administração indireta desempenhando atividade em área de habitação	não	não	não	não	não	não	não
Existência de Plano Municipal de Habitação	não	não	não	não	não	não	não
O município está elaborando o Plano Municipal de Habitação?	sim	não	sim	não	sim	sim	sim
Conselho Municipal de Habitação	sim	não	não	não	não	sim	sim
Existência do Fundo Municipal de Habitação	sim	não	não	não	sim	sim	sim
Existência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação	sim	-	-	-	sim	sim	sim
O Fundo Municipal de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais?	sim	-	-	-	sim	sim	sim
Existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim
Cadastro informatizado	sim	sim	não	-	não	não	sim

QUADRO A.1.2 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2008

continua

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA DA HABITAÇÃO	FAZENDA RIO GRANDE	ITAPERUÇU	MANDIRITUBA	PINHAIS	PIRAQUARA	QUATRO BARRAS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim
Critérios para classificar favelas							
Ocupação de terreno em propriedade alheia	sim	sim	-	sim	sim	sim	sim
A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade	sim	sim	-	sim	não	sim	sim
Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	não	sim	-	não	sim	não	sim
Lotes de tamanho e forma desiguais	sim	sim	-	não	sim	sim	sim
Ocupação densa de unidades habitacionais	sim	sim	-	sim	não	não	sim
Construções não regularizadas por órgãos públicos	sim	sim	-	sim	não	sim	sim
Precariedade de serviços públicos essenciais	não	sim	-	não	sim	não	não
Existência de cortiços	sim	sim	não	sim	não	não	não
Critérios utilizados para classificar cortiços							
Unidade de moradia de várias famílias	sim	sim	-	sim	-	-	-
Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias	sim	não	-	não	-	-	-
O mesmo cômodo tem várias funções?	sim	sim	-	sim	-	-	-
Construção em lotes urbanos	não	sim	-	não	-	-	-
Subdivisão de habitações em uma mesma edificação	não	sim	-	não	-	-	-
Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal	sim	não	-	sim	-	-	-

QUADRO A.1.2 - RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) SOBRE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO TEMA HABITACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA INTEGRADA - FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2008

conclusão

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA DA HABITAÇÃO	FAZENDA RIO GRANDE	ITAPERUÇU	MANDIRITUBA	PINHAIS	PIRAQUARA	QUATRO BARRAS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Critérios para classificar loteamentos clandestinos/irregulares:							
Sem aprovação prévia do poder público municipal	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim
Falta de titulação correta da terra	não	sim	não	sim	não	sim	não
Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado	não	não	não	não	sim	não	não

FONTE: IBGE - MUNIC (2008)

APÊNDICE 2

QUADRO A.2.1 - INFORMAÇÕES SOBRE ASSENTAMENTOS QUE ESTÃO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) OU UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO (UTP)

MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
		Número	Área (m ²)
Almirante Tamandaré	APA do Passaúna	1	38.995,22
Campina Grande do Sul	APA do Iraí	4	57.638,37
Campo Largo	APA do Passaúna e do Verde	27	476.835,03
Campo Magro	APA do Passaúna	4	201.047,03
Campo Magro	UTP de Campo Magro	6	263.295,09
Colombo	APA do Iraí	1	24.842,26
Curitiba	APA do Passaúna	22	526.682,86
Pinhais	APA do Iraí	2	72.430,55
Pinhais	UTP de Pinhais	9	1.806.328,48
Pinhais	UTP de Pinhais e APA do Iraí	2	161.110,95
São José dos Pinhais	APA Estadual do Pequeno	1	17.920,73
São José dos Pinhais	UTP de Guarituba e UTP do Itaqui	2	14.191,78
São José dos Pinhais	UTP do Itaqui	23	826.949,47

FONTES: COMEC (2006), Secretarias Municipais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Os dados municipais são de Almirante Tamandaré - 2005 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Campina Grande do Sul - 2003 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Diretoria de Urbanismo; Campo Largo - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais; Campo Magro - 2007 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Colombo - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo; Curitiba - 2005 - IPPUC; Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável; São José dos Pinhais - 2009 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação.

APÊNDICE 3

ALMIRANTE TAMANDARÉ

QUADRO A.3.1 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Responsabilidade	Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Entende-se por assentamentos precários as ocupações e os loteamentos que não possuem registro de imóveis. Há uma tentativa, desde 2005, de atualizar os dados sobre os mesmos, fazendo uma simplificada caracterização do número de famílias, e sobre infraestrutura urbana mínima: acesso a energia elétrica, rede de água, rede telefônica e coleta de lixo.
Caracterização e atualização de informações	Não existe um procedimento definido de atualização dentro da secretaria. Mas, em 2005 foi feito levantamento e as informações estão localizadas em mapa. Em 2009, uma equipe terceirizada também realizou levantamento para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, ainda não repassado para a prefeitura. Também foram definidas áreas como prioridade para regularização fundiária.

FONTE: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação de Almirante Tamandaré

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação.

QUADRO A.3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

População Total contagem 2007	93.055
Menores de 1 ano	1.578
De 1 a 4 anos	6.654
De 5 a 9 anos	9.600
De 10 a 14 anos	10.010
Colégio Estadual	12
Escola Estadual	5
Escola Municipal	27
Centro Municipal de Educação Infantil	16
Escola Rural	17
Ocupações Irregulares	23
Com escolas dentro dos seus limites	1
Coberta pelo raio de abrangência da escola	16
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	4
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	2

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação de Almirante Tamandaré (2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

CAMPINA GRANDE DO SUL

QUADRO A.3.3 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

Responsabilidade	Não existe um departamento específico ou uma equipe exclusiva para tratar do tema dos Assentamentos Precários, mas é a Diretoria de Urbanismo que está responsável, dentro da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Há o problema de loteamentos irregulares, em que os lotes foram invadidos/ocupados e não há posse regular, e existem casos de loteamentos irregulares porque o loteador está com pendências com relação aos processos na prefeitura. Mas, nesses casos, há uma infraestrutura básica e maior facilidade para resolver os problemas. Há também casos em que parte de algum terreno não edificável foi invadida, na continuidade de um loteamento regular, em geral, por exemplo, no fundo de vale, de um atoleiro ou terreno público (limítrofe a um loteamento). Terrenos não cadastrados e áreas construídas não cadastradas foram verificados a princípio para quantificar o problema. Todos esses tipos são designados como áreas de subabitação dentro da ideia de assentamentos subnormais do PEMAS 2002 (Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais).
Caracterização e atualização de informações	<p>Não existe um acompanhamento sistemático dos assentamentos. Houve uma melhora no monitoramento a partir do PEMAS 2002, pois a partir deste levantamento foram realizados projetos específicos e mais pontuais de regularização fundiária, bem como de urbanização (canalização de água e esgoto).</p> <p>Quanto à atualização de informações, utilizam ortofotos e baseiam-se em planos específicos. As ortofotos foram feitas em 1998 e 2007. Em 2000 realizaram um projeto de implantação de informações georreferenciadas. O plano para assentamentos subnormais foi realizado em 2002 (PEMAS). Um plano sobre habitação foi feito em 2008/2009.</p>

FONTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento de Campina Grande do Sul

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com diretor de Urbanismo da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

QUADRO A.3.4 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CAMPINA GRANDE DO SUL

População	36.644
Equipes de Saúde da Família	6
Cobertura Populacional (nº de ESF x 3.500)	20.700 (56,49%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	40
Cobertura Populacional (nº de ACS x 575)	23.000 (62,77%)
Equipes de Saúde Bucal	6
Cobertura Populacional	36.644 (100%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	9.183
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	7.237
Unidade de Saúde	5
Centro Social Rural	1
Assentamentos Precários	13
Com Unidades de Saúde	0
Coberto pelo raio de abrangência da US	13
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	0
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	0

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento/Diretoria de Urbanismo de Campina Grande do Sul (2003)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. Nº 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para a equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.5 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE CAMPINA GRANDE DO SUL

População Total contagem 2007	35.396
Menores de 1 ano	488
De 1 a 4 anos	2.278
De 5 a 9 anos	3.551
De 10 a 14 anos	3.744
Colégios Estaduais	5
Escola de Educação Especial	1
Escolas Municipais	8
Centro Municipal de Educação Infantil	8
Ocupações irregulares	13
Com escolas dentro dos seus limites	0
Coberta pelo raio de abrangência da escola	11
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	0
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	2

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento de Campina Grande do Sul/Diretoria de Urbanismo (2003)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

CAMPO LARGO

QUADRO A.3.6 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

Responsabilidade	Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O Departamento de Habitação tem um setor de fiscalização que faz vistoria das denúncias sobre ocupação de áreas. A Diretoria de Assuntos Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento de Campo Largo também é co-responsável pelos planos e ações na área.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	A prefeitura trata como assentamentos precários: 1. as áreas que estão ocupadas mas que deveriam ser reservadas para a Prefeitura, e as áreas chamadas verdes, de cada loteamento aprovado; 2. os loteamentos clandestinos que se encontram em áreas particulares, que não foram aprovados, ou se encontram irregulares por ocuparem áreas de risco; e, também, 3. as ocupações em faixas não edificáveis da Companhia de Energia, do Departamento Nacional e/ou Estadual de Estradas de Rodagem.
Caracterização e atualização de informações	Foi realizado, em 2007, um trabalho de checagem de áreas dos loteamentos aprovados, loteamentos clandestinos e áreas não edificáveis, tendo sido atualizado em 2008, porque houve projetos de regularização e relocação de moradias. Os dados estão relatados nos Planos Diretor e de Habitação, permanecendo a mesma equipe de técnicos nos setores responsáveis. Há um disque-denúncia sobre ocupações, e é feita vistoria das denúncias. Nem sempre, contudo, esta é feita imediatamente.

FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Largo

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com a técnica da Secretaria Municipal de Governo, o Diretor de Assuntos Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento de Campo Largo e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.

QUADRO A.3.7 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CAMPO LARGO

População	110.796
Equipes de Saúde da Família	15
Cobertura Populacional (nº de ESFx3.500)	51.750 (46,71%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	80
Cobertura Populacional (nº de ACSx575)	46.000 (41,52%)
Equipes de Saúde Bucal	12
Cobertura Populacional	82.800 (74,7%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	28.311
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	9.915
Unidade de Saúde	19
Assentamentos Precários	89
Com Unidades de Saúde	1
Coberto pelo raio de abrangência da US	75
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	2
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	11

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais (2007)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. Nº 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.8 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE CAMPO LARGO

População Total contagem 2007	105.492
Menores de 1 ano	1.345
De 1 a 4 anos	5.768
De 5 a 9 anos	8.945
De 10 a 14 anos	9.721
Escolas Municipais e Estaduais de Segundo Grau	21
Escolas Municipais e Estaduais de Primeiro Grau	10
Escola Municipal de Educação Especial	2
Creche	17
Ocupações Irregulares	89
Com escolas dentro de seus limites	3
Coberta pelo raio de abrangência da escola	50
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	17
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	19

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia de Desenvolvimento de Campo/Diretoria de Assuntos Habitacionais de Campo Largo (2007)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

QUADRO A.3.9 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

População Total contagem 2007	105.492
Densidade Demográfica (hab./km ²)	87
Linhas de ônibus	21
Número de municípios com os quais possui integração no transporte público	3
Ocupações irregulares	92

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (2009)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

CAMPO MAGRO

QUADRO A.3.10 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

Responsabilidade	A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) divide-se em Departamento de Serviços Urbanos e Departamento Habitacional e é responsável pela questão dos assentamentos precários.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Toda área ocupada sem aprovação para fracionamento (subdivisão do lote) ou loteamento é considerada uma ocupação irregular: áreas sem aprovação da prefeitura e órgãos competentes; áreas públicas e particulares ocupadas. Ocupações em áreas impróprias para habitação, como fundos de vales, áreas de risco – alagáveis, áreas sujeitas a desmoronamento –, áreas de alta declividade (>30%), mesmo dentro de um lote regular sem licença de construção, também são classificadas como ocupações irregulares.
Caracterização e atualização de informações	...

FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Magro

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Contato por telefone com técnico do Departamento Habitacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Sinal convencional utilizado

... Dado não disponível.

QUADRO A.3.11 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CAMPO MAGRO

População	23.328
Equipes de Saúde da Família	6
Cobertura Populacional (nº de ESF x 3.500)	20.700 (88,73%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	37
Cobertura Populacional (nº de ACS x 575)	21.275 (91,20%)
Equipes de Saúde Bucal	3
Cobertura Populacional	20.700 (88,7%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	3.874
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	528
Unidade de Saúde	4
Unidade de Saúde 24 Horas	1
Assentamentos Precários	10
Com Unidades de Saúde	0
Coberto pelo raio de abrangência da US	9
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	1
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	0

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2007)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. Nº 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.12 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE CAMPO MAGRO

População Total contagem 2007	22.325
Menores de 1 ano	327
De 1 a 4 anos	1.337
De 5 a 9 anos	2.129
De 10 a 14 anos	2.290
Colégio Estadual	3
Creches	2
Escola Municipal	5
Ocupações irregulares	10
Com escolas dentro de seus limites	0
Coberta pelo raio de abrangência da escola	5
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	0
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	5

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2007)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

COLOMBO

QUADRO A.3.13 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE COLOMBO

Responsabilidade	Departamento de Habitação. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação é responsável por dados mais gerais da infraestrutura urbana de Colombo. A Secretaria de Planejamento é responsável pela articulação de dados entre as secretarias.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Para a prefeitura, assentamento precário é entendido como ocupações irregulares e se baseia fundamentalmente na irregularidade fundiária e nas áreas que não poderiam ser ocupadas, como margem de rio, área de preservação ambiental, faixa de domínio de rodovia. Segundo a prefeitura, a regularização fundiária é essencial para o município de Colombo, por isso a preocupação em atuar em loteamentos e parcelamentos irregulares (sem aprovação e em desacordo com o poder público). Há quatro projetos vinculados à parceria da COHAPAR, Prefeitura e Governo Federal, pelo financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há uma área para urbanização (Fazenda Rincão), financiada pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como uma área em projeto de reurbanização (Vila Zumbi dos Palmares), além de outros estudos para regularização fundiária.
Caracterização e atualização de informações	O departamento de Habitação não esclareceu sobre os procedimentos de atualização, nem sobre como consolida as informações. O setor de georreferenciamento municipal ainda está se estruturando.

FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Colombo

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com técnico do Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

CURITIBA

QUADRO A.3.14 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Responsabilidade	Existe a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) para cadastramento e disponibilização de lotes, bem como programas de urbanização e implantação de infraestrutura, de responsabilidade das Secretarias Municipais (de Urbanismo, de Planejamento, entre outras). Várias secretarias podem produzir intervenções urbanas. Mas, o IPPUC, em geral, coordena e participa de grupos interinstitucionais que desenvolvem planos municipais. Recentemente, em 2008, foram realizados vários planos para Curitiba, e em todos havia equipe do Instituto, estão disponíveis no seu site. É o IPPUC que trabalha os dados de sensoriamento remoto e, pelas ortofotos, identifica as ocupações irregulares e estima o número de famílias em cada um deles.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Entende-se que ocupações irregulares são todos os assentamentos urbanos efetuados sobre áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pelas leis de parcelamento 6.766/70 (federal) e 2.460/66 (municipal). Há também uma classificação interna em: loteamento clandestino sem regularização, loteamento clandestino em regularização, assentamento em regularização, assentamento sem regularização.
Caracterização e atualização de informações	Há uma quantificação, mapeamento e monitoramento dos assentamentos precários, a partir de ortofotos retificadas e comparadas com a delimitação de áreas de preservação, públicas e de acordo com reclamações de proprietários. Não há uma programação para atualização, como uma rotina, mas as ortofotos foram feitas em 2000, 2005 e 2007. As informações sobre condições sociais, porém, são pontuais e dependem de planos específicos a serem desenvolvidos. O Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente foi aprovado em 2007.

FONTE: IPPUC

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com diretor de informações do IPPUC.

QUADRO A.3.15 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CURITIBA

População	1.828.092
Equipes de Saúde da Família	175
Cobertura Populacional (n° de ESFx3.500)	603.750 (33,03%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	551
Cobertura Populacional (n° de ACSx575)	580.750 (31,77%)
Equipes de Saúde Bucal	147
Cobertura Populacional	1.014.300 (55,5%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	595.353
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	522.478
Unidade de Saúde	112
Urgências Médicas	9
Especializada (Centro de Especialidades, Mãe Curitibana, Centro de Orientação e Aconselhamento Odontológico)	11
Centro de Atenção Psicossocial (Álcool e outras drogas, Transtorno Mental e Infantil)	12
Hospital Geral	1
Laboratório de Análises Clínicas	1
Assentamentos Precários	341
Com Unidades de Saúde	4
Coberto pelo raio de abrangência da US	327
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	4
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	6

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, IPPUC (2005)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. N° 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.16 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE CURITIBA

População Total contagem 2007	1.797.508
Menores de 1 ano	21.112
De 1 a 4 anos	90.601
De 5 a 9 anos	127.551
De 10 a 14 anos	146.240
Escola de Educação Básica Municipal	172
Creche e Pré-escola Municipal	168
Escola Municipal de Educação Especial	3
Ocupações irregulares	341
Com escolas dentro dos seus limites	13
Coberta pelo raio de abrangência da escola	260
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	35
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	33

FONTES: IBGE (2007), IPPUC (2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

QUADRO A.3.17 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

População Total contagem 2007	1.797.508
Densidade Demográfica (hab./km ²)	4.250
Linhas de ônibus	422
Número de municípios que têm integração no transporte público	17
Ocupações irregulares	341

FONTES: IBGE (2007), IPPUC (2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

FAZENDA RIO GRANDE

QUADRO A.3.18 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Responsabilidade	Secretaria de Ação Social, Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Em Fazenda Rio Grande, assentamentos precários são classificados como ocupações irregulares. São elas: ocupações em área particular e pública com irregularidade fundiária; e áreas de risco: beira de rios, valetas, locais de alagamento.
Caracterização e atualização de informações	Até então não existe procedimento regular e rotineiro para diagnosticar e atualizar as informações sobre assentamentos precários. Uma equipe terceirizada é responsável pelo Plano de Habitação do Município, devendo entregá-lo para aprovação do poder municipal no final de abril de 2010. A expectativa dos técnicos municipais é de que as informações atualizadas para o Plano possam diagnosticar atuais problemas e descrever a situação geral para que novas medidas e procedimentos na área sejam realizados.

FONTE: Secretaria Municipal de Ação Social da Fazenda Rio Grande

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O contato se deu por telefone com Coordenador de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria de Ação Social.

ITAPERUÇU

QUADRO A.3.19 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU

Responsabilidade	Setor de Engenharia, subordinado à Chefia do Executivo.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	O que existe em Itaperuçu, segundo o Departamento de Engenharia, são loteamentos irregulares e ocupações próximo à linha férrea. Dois bairros possuem esse tipo de fenômeno: Jardim Saara e Jardim Itaú II. Os dados não estão em mapa. A prefeitura tem limitações com relação à coleta, armazenamento e disponibilização de informações.
Caracterização e atualização de informações	...

FONTE: Setor de Engenharia do Município de Itaperuçu

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O contato foi feito por telefone com engenheira. Houve dificuldades para contato, por falta de telefone específico e de site. Fomos até a cidade em meados de janeiro de 2010 e a prefeitura estava em recesso para reformas.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

MANDIRITUBA

QUADRO A.3.20 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA

Responsabilidade	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Ocupação irregular – habitação em áreas de risco e de preservação ambiental (várzeas e córregos). Irregularidade fundiária (ocupações em terrenos da prefeitura ou particular), com criação de ruas sem nome ou aprovadas por lei. Mandirituba apresenta várias irregularidades com relação à aprovação de loteamentos e atualmente está em processo de regularização dos loteamentos já construídos.
Caracterização e atualização de informações	...

FONTE: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Mandirituba

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O contato se deu por telefone com técnica da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

PINHAIS

QUADRO A.3.21 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

Responsabilidade	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
Conceitos e classificações de assentamentos precários	O município de Pinhais trata os assentamentos precários como ocupações irregulares.
Caracterização e atualização de informações	<p>O município possui um sistema de informações geográficas bastante completo para uso interno dos técnicos da prefeitura. Assim, todos os procedimentos de rotina realizados nas secretarias podem ser fundamentados pelo sistema e aquilo que do procedimento é atualização alimenta o sistema. No entanto, não houve esclarecimento sobre os procedimentos para avaliação, diagnóstico e atualização de dados na área de habitação e ocupações irregulares.</p> <p>No segundo semestre de 2009, o Plano de Habitação de Interesse Social estava sendo elaborado por empresa terceirizada. Não tivemos acesso ao documento final e às novas atualizações dali provenientes.</p>

FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Pinhais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com a Diretora do Departamento de Desenvolvimento Urbano e o Coordenador de informações, ambos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

QUADRO A.3.22 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE PINHAIS

População	116.984
Equipes de Saúde da Família	2
Cobertura Populacional (n° de ESF x 3.500)	6.900 (5,90%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	29
Cobertura Populacional (n° de ACS x 575)	16.675 (14,25%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	34.551
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	19.793
Unidade de Saúde	10
Unidade de Saúde - Atenção integral à mulher	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	1
Centro de Especialidades	1
Hospital Psiquiátrico	1
Clínica Odontológica	5
Assentamentos Precários	39
Com Unidades de Saúde	0
Coberto pelo raio de abrangência da US	35
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	2
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	2

FONTES: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Pinhais (2009)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. N° 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.23 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE PINHAIS

População Total contagem 2007	112.038
Menores de 1 ano	1.705
De 1 a 4 anos	6.816
De 5 a 9 anos	10.088
De 10 a 14 anos	10.410
Colégios Estaduais	13
Creches	15
Escolas Municipais	30
Escola de Educação Especial	1
Ocupações Irregulares	39
Com escolas dentro dos seus limites	3
Coberta pelo raio de abrangência da escola	28
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	3
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	5

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Pinhais (2009)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

QUADRO A.3.24 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

População Total contagem 2007	112.038
Densidade Demográfica (hab./km ²)	1.935
Linhas de ônibus	38
Número de municípios com os quais possui integração no transporte público	4
Ocupações irregulares	39

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (2009)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

PIRAQUARA

QUADRO A.3.25 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

Responsabilidade	Do ponto de vista administrativo, as questões relacionadas à habitação e regularidade fundiária sempre ficaram sob a guarda da Secretaria Municipal de Urbanismo. Em fevereiro de 2008, foi constituído o Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social, órgão que reúne técnicos das secretarias municipais de Urbanismo, Ação Social, Meio Ambiente, Finanças e Procuradoria do Município. O público-alvo de atuação do Núcleo são as famílias ocupantes de áreas irregulares (públicas e privadas), especialmente de APPs, as famílias que vivem em condições precárias de habitabilidade (independentemente da regularidade ou não do lote) e cuja renda se situe entre zero e quatro salários mínimos.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Uma ocupação irregular estaria baseada na inadequação fundiária. Além do problema das ocupações irregulares, existem também as famílias que residem em lotes regularizados mas em habitações precárias, sem água encanada, sem luz elétrica e sem saneamento. A ocupação do bairro Guarituba fez com que os índices de precariedade habitacional no município alcançassem níveis nunca antes assistidos. Trabalham com a ideia de manchas de ocupações, mas que não delimitam os contornos efetivos da irregularidade.
Caracterização e atualização de informações	Não se tem informações georreferenciadas nem tampouco atualizadas. Utilizam informações pontuais, por exemplo, de áreas que foram cadastradas para intervenção específica. Uma das expectativas dos técnicos da prefeitura com relação à construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social, assim como ao Plano Municipal de Regularização Fundiária, é justamente a obtenção de informações e números, senão precisos, mais próximos da realidade.

FONTE: Núcleo de Regularização Fundiária de Piraquara

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com o Secretário de Urbanismo e a Coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária.

QUATRO BARRAS

QUADRO A.3.26 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS

Responsabilidade	A Secretaria de Planejamento Urbano e Obras está responsável por definir os parâmetros das construções e as atividades comerciais que podem funcionar em cada local, avaliando os loteamentos irregulares e atuando também nos processos de regularização fundiária.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	Segundo as informações via contato, em Quatro Barras há problemas apenas com loteamentos irregulares. Porém, o município respondeu, na MUNIC 2008, que possui favelas, com base nos seguintes critérios: ocorre ocupação de terreno em propriedade alheia; a maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade; e há construções não regularizadas por órgãos públicos. Também possui loteamentos irregulares, com base nos critérios: área sem aprovação prévia do poder público municipal e com falta de titulação correta da terra. Os critérios que eles definiram para a existência dessas duas categorias de assentamentos precários são semelhantes. Há, inclusive, processo de regularização dos bairros Pinheirinho e Vila Florestal.
Caracterização e atualização de informações	...

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras de Quatro Barras

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Houve contato por telefone com técnica da Secretaria de Planejamento Urbano e Obras.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

QUADRO A.3.27 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

Responsabilidade	Secretaria de Habitação e Secretaria de Urbanismo. A primeira está mais voltada para os programas nacionais e municipais existentes, de cadastramento para oferta de lotes e financiamento, tendo iniciado, recentemente, procedimentos para se adequar a programas de regularização, reassentamento e urbanização de ocupações irregulares. A outra secretaria produz dados de caráter geral para a cidade.
Conceitos e classificações de assentamentos precários	A prefeitura trabalha com o termo 'ocupações irregulares'. São áreas que não obedecem aos parâmetros previstos no plano diretor da cidade (áreas de preservação ambiental, mananciais e margens de rio). O morador pode até ter documentação, mas a lei proíbe a construção. Dentro dela, há áreas específicas de invasão – apropriação indevida em área particular e pública.
Caracterização e atualização de informações	Em 2009, foi realizado Plano de Habitação de Interesse Social por empresa terceirizada. Os dados disponibilizados são dessa consultoria. Quanto a outros procedimentos internos de acompanhamento e atualização dos dados, estes não estão esclarecidos.

FONTE: Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Reunião com Secretário Municipal de Habitação.

QUADRO A.3.28 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES E EQUIPES DE SAÚDE, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

População	272.530
Equipes de Saúde da Família	17
Cobertura Populacional (n° de ESFx3.500)	58.650 (21,52%)
Número de Agentes Comunitários de Saúde	154
Cobertura Populacional (n° de ACSx575)	88.550 (32,49%)
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Residenciais	68.743
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas Residenciais	38.242
Unidade de Saúde	24
Unidade de Saúde 24 Horas	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	1
Centro de Especialidades	2
Centro de Especialidades Odontológicas	1
Hospital	5
Hospital e Maternidade	2
Assentamentos Precários	91
Com Unidades de Saúde	2
Coberto pelo raio de abrangência da US	63
Parcialmente coberto pelo raio de abrangência da US	9
Sem US e sem cobertura pelo raio de abrangência	17

FONTES Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, SANEPAR (2009), IPARDES, Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais (2009)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O Ministério da Saúde atualiza a população estimada pelo IBGE (2008) para efetuar os repasses do Piso da Atenção Básica (PAB) por meio de portaria. Port. N° 3067 23_12_2008. Cálculo: Pop. 2008 + pop assentada entre 2000 e 2005 para os municípios onde não houve contagem pop em 2007.

Unidades atendidas residenciais é todo imóvel residencial para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

A cobertura populacional para a equipe de saúde da família e para o número de agentes comunitários de saúde é calculada pela média de atendimento estipulada pelo Ministério da Saúde.

QUADRO A.3.29 - INFORMAÇÕES SOBRE UNIDADES ESCOLARES, QUESTÕES SOBRE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DAS MESMAS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

População Total contagem 2007	263.622
Menores de 1 ano	4.127
De 1 a 4 anos	17.600
De 5 a 9 anos	23.624
De 10 a 14 anos	24.816
Centro Municipal de Atendimento Especializado	15
Centros Municipais de Educação Infantil	33
Colégios Estaduais	20
Escolas Estaduais	6
Escolas Municipais	67
Escola de educação especial	
Ocupações irregulares	91
Com escolas dentro dos seus limites	4
Coberta pelo raio de abrangência da escola	62
Coberta parcialmente pelo raio de abrangência da escola	10
Sem escolas e sem cobertura pelo raio de abrangência	15

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais (2009)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

QUADRO A.3.30 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

População Total contagem 2007	263.622
Densidade Demográfica (hab./km ²)	295
Linhas metropolitanas	18
Linhas rurais	11
Linhas urbanas	56
Número de municípios que têm integração no transporte público	3
Ocupações irregulares	91

FONTES: IBGE (2007), Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais (2009)

NOTA: Elaboração do IPARDES.